



Câmara dos Deputados
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



Relatório de Atividades

Sumário

Apresentação – Balanço da CDHM em 2016

CDHM EM NÚMEROS	9
Emendas ao Orçamento	10
Projetos de Lei aprovados	10
Atuação Temática	11
Repressão dos Movimentos Sociais	12
CDHM realiza audiência pública para debater violações de direitos humanos em manifestações	12
Tentativa de convocação dos ministros sobre espionagem de movimentos sociais	14
Pedido de informação para o ministro General Ethygoyen	15
Manifesto: movimento social não é organização criminosa	17
Líder do MST é posto em liberdade e STJ decide que movimento social não é organização criminosa	26
CDHM promove segunda audiência pública sobre criminalização dos movimentos sociais	27
Diligência da CDHM ao Paraná aborda criminalização de militantes que lutam pela reforma agrária	29
Integrantes da CDHM fazem reunião de emergência com estudantes e entidades de direitos humanos para discutir ocupações de escolas	31
Representação à PGR para garantir direito à liberdade de expressão nos Jogos Olímpicos	32
CDHM e movimentos sociais se reúnem com governador para denunciar violência policial em manifestações	38
CDHM denuncia nova repressão policial a manifestantes no DF em protesto contra aumento da tarifa de transporte	39
CDHM participa de primeira reunião do Comitê de Pacificação de conflitos em manifestações	40
Defensores de Direitos Humanos	41
Audiência Pública alerta para descontinuidade dos programas de proteção	41
Presidente da CDHM alerta sobre ameaça de morte recebida pelo deputado Luiz Couto e pede providências	43
Presidência da CDHM pede providências sobre assassinato de caiçara	44
Presidente e vice da CDHM manifestam solidariedade ao Condepe e defensores de Direitos Humanos em São Paulo	44
Direito Humano ao Meio-Ambiente- A Tragédia de Mariana	46
Após audiência da CDHM, MPF impugna homologação de acordo da Samarco que excluiu participação de atingidos pelo rompimento da barragem	47

Manifestação da CDHM denuncia acordo da Samarco e defende pacto com participação de todos os envolvidos.....	48
CDHM realiza diligência para apurar situação dos atingidos por crime ambiental da Samarco/Vale/BHP	50
Direito à Água.....	54
CDHM levanta propostas para garantir direito humano à água	54
Atingidos por Barragens	55
Audiência conjunta entre CDHM e CMADS lança livro e debate projetos hidrelétricos na região do Rio Tapajós	56
CDHM apura violações de Direitos Humanos contra atingidos por barragem no Paraná	56
Retrocessos nas Políticas Públicas	57
Defensores de direitos humanos manifestam preocupação quanto ao risco de retrocessos	57
Somente articulação poderá barrar perdas de direitos, defendem participantes de Fórum Social e Parlamentar.....	59
Encontros regionais do Fórum Social e Parlamentar Direitos Humanos Pela Democracia.....	60
Etapa pernambucana	60
Etapa mineira	61
Etapa goiana	62
CDHM pede explicações a ministros interinos.....	63
Direitos dos Povos Indígenas	64
Presidente da CDHM pede agilidade em demarcações	64
Presidente da CDHM, Deputado Padre João, recebe lideranças indígenas do Acre.....	64
Parlamentares visitam indígenas atacados no MS	65
Deputados da CDHM discutem situação de indígenas com procurador geral da República	67
Para cobrar providências contra massacres de indígenas no MS, presidente da CDHM participa de audiência com ministro interino da Justiça.....	68
Ato público comemora Dia Internacional dos Povos Indígenas	68
Presidente da CDHM recebe lideranças e manifesta apoio à manutenção de programas de saúde indígena.....	69
Genocídio de povo Guarani-Kaiowá no MS é incontestável, conclui missão conjunta do Parlamento Europeu e CDHM	70
Violência no Campo.....	74
Estado compactua com aumento da violência no campo, dizem debatedores em audiência pública	74
Em audiência, CDHM promove debate sobre transferência de terras da União para o Amapá.....	77
Presidente da CDHM pede recriação da Ouvidoria Agrária Nacional	77

Presidente da CDHM recebe denúncia de ataque a auditores fiscais do trabalho ...	79
Comissões debatem denúncias de trabalho escravo no Sul de Minas	80
Sistema Prisional	82
CDHM realiza missão extraordinária a Manaus e Boa Vista, cidades onde ocorreram as primeiras chacinas em presídios em 2017.....	82
Violência Policial e Judicial	85
Presidente da CDHM pede providências ao governador do RJ sobre homicídios na Cidade de Deus	85
Abusos em detenção de Anthony Garotinho	85
Agressão policial mata jovem em parque de Brasília	87
Direito Humano à Alimentação	88
Seminário pelo Direito à Alimentação propõe articulação institucional contra retrocessos no combate à fome	88
A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, em parceria com movimentos sociais, nos dias 30/11 e 1/12, Seminário Nacional sobre Direito Humano à Alimentação. Na ocasião, o modelo de produção agrícola concentrado em grandes propriedades e a precarização das políticas de apoio à agricultura familiar foram criticados.....	88
Educação no Campo	94
Audiência Pública reforça importância da educação do campo e da luta pela democracia	94
Violência Contra a Mulher.....	96
Brasil tem um caso de estupro a cada dois minutos, estimam pesquisas divulgadas em audiência pública.....	96
Presidente da CDHM pede providências a respeito de promotor que violou dignidade de vítima	98
Retirar autonomia legal da EBC afronta a democracia, dizem participantes de audiência.....	99
CDHM e CCULT abordam violações de Direitos Humanos de jornalistas no exercício da profissão.....	102
Direitos LGBT	103
Seminário LGBT da Câmara reafirma a importância do diálogo e da tolerância....	104
Direito à Cidade	105
Audiência debate Direitos Humanos de populações de terrenos ocupados em Minas Gerais	105
Igualdade Racial	106
Racismo institucional – o caso Gracinha	106
CDHM recebe representantes do Fórum Permanente pela Igualdade Racial.....	107
Saúde Mental	108
Especialistas temem retrocessos na política de saúde mental	108
Tráfico de Pessoas	110

Em audiência pública, palestrantes sugerem mudanças na lei para repressão do tráfico e desaparecimento de pessoas	110
Parteiras Tradicionais	112
Trabalho de parteiras tradicionais precisa ser reconhecido, concluem participantes de audiência.....	112
Orgulho Autista	114
Políticas públicas são essenciais à inclusão de autistas, afirmam pais em audiência	114
Setor Privado.....	116
Responsabilidades das empresas com os direitos humanos carece de regulação, sustentam especialistas	116
Criança e Adolescente.....	118
Apesar de avanço legal, direitos ainda são violados, avaliam expositores em audiência alusiva aos 26 anos do ECA	118
Relações Internacionais.....	121
“Relatório parece falar da Suécia, não do Brasil”, diz PFDC sobre documento do Governo sobre direitos humanos*	121
CDHM apresenta contribuições ao mecanismo de avaliação dos direitos humanos da ONU	123
Presidente da CDHM recebe embaixador do Marrocos.....	124
Presidente da CDHM recebe comitiva da República do Irã	124
Presidente da CDHM e outros 20 parlamentares se solidarizam com os professores do México.....	126
Apelo às autoridades da Turquia pela paz e respeito aos direitos humanos do povo curdo.....	126

Apresentação

Balanço da CDHM em 2016

A atuação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias em nossa gestão (de maio de 2016 a fevereiro de 2017) foi pautada pela condicionante do Golpe que, por meio do Impeachment, destituiu a presidenta Dilma Rousseff e alçou ao governo federal um aglomerado político sem compromissos com os direitos humanos. A ruptura com a soberania popular expressa no voto tem implicado desde então no desmonte do estado promotor de bem-estar e na quebra do estado de direito, com uso do aparato jurídico para fins políticos, causando dramáticos retrocessos. Nesse período, a CDHM reafirmou-se como trincheira de resistência e espaço de promoção da democracia aberto ao cidadão, à sociedade civil e aos movimentos sociais.

Entidades sociais e órgãos públicos com atuação em direitos humanos foram chamados logo no início da gestão para uma audiência pública que produziu subsídios ao plano de trabalho do colegiado.

O plano foi complementado com a inclusão, por iniciativa dos deputados membros, de temas que ganharam relevância na conjuntura, permitindo que a CDHM incidisse sobre os principais fatos e disputas em torno dos direitos humanos.

O Fórum Parlamentar e Social "Direitos Humanos Pela Democracia" constituiu-se, durante o processo do Impeachment da Presidenta Dilma, num espaço de visibilização da posição dos movimentos sociais sobre os direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais ameaçados pela ruptura do processo democrático. Edição inaugural do Fórum teve lugar na própria Câmara dos Deputados, em Brasília, seguida por edições regionais realizadas em Recife (PE), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Goiânia (GO). Foram oportunidades de oitiva de denúncias de violação de direitos humanos e criminalização de lideranças populares e movimentos sociais organizados, bem como de defesa da democracia, do Estado Democrático de Direito e dos direitos conquistados na Constituição Federal, na legislação nacional e em políticas públicas de inclusão social.

Esses temas foram recorrentes em todos os momentos de mobilização social contra o Golpe e contra as principais propostas do governo Temer que retroagem em direitos sociais, entre os quais destacamos as grandes manifestações contra o Impeachment, as ocupações de escolas contra a reforma do ensino médio, os protestos contra a PEC 55 e os anúncios das reformas da Previdência e trabalhista. Em várias audiências

públicas e diligências, bem como visitas a presos políticos e reuniões com autoridades governamentais da União, do Distrito Federal e dos Estados, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara defendeu o direito de livre organização e manifestação, a liberdade de expressão e as iniciativas de mediação de conflitos ante episódios de truculência policial e arbítrio judicial.

No final do ano de 2016, esses eixos de intervenção foram consolidados em duas importantes iniciativas da Comissão: a divulgação de quarenta projetos que atentam contra os direitos humanos em tramitação no Congresso Nacional e o relatório alternativo ao do governo brasileiro junto ao Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil, em sintonia com os estudos do Laboratório de Estudos da Mídia e Esfera Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entidades da sociedade civil e a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos.

No decorrer dessa gestão, foram realizadas pela Comissão, 25 audiências públicas, 8 reuniões deliberativas, 3 seminários, 4 fóruns e 10 diligências. Destaco o papel das diligências, que nos permitiram atuar diretamente em situações agudas de conflitos e violações nos lugares onde elas ocorreram. Além desses eventos, a CDHM posicionou-se publicamente, prestou solidariedade a vítimas e cobrou explicações e providências de autoridades a respeito das violações que chegaram ao conhecimento do colegiado.

Situações limites, como a onda de chacinas de presos no sistema penitenciário no período de recesso parlamentar, exigiram - com a anuência da Presidência da Câmara - diligências emergenciais nos estados de Amazonas e Roraima. Relatórios sobre a realidade verificada e recomendações aos estados visitados, além da proposta de uma Agenda Nacional pelo Desencarceramento foram divulgadas em seguida.

O papel efetivo da Comissão diante da ofensiva de desconstituição de direitos humanos visou a denunciar, refrear e tentar reverter ações do governo golpista contra conquistas históricas, além de apresentar propostas concretas de implementação e recuperação de políticas públicas. A estratégia, portanto, foi combinar a resistência, respaldada no princípio da não-retroatividade nos direitos humanos, aliada à ação propositiva.

A defesa da democracia e dos direitos alcançados com o Estado Democrático de Direito constituem-se, pois, em agendas essenciais para a continuidade dos trabalhos da CDHM, tendo em vista que os fatos em curso, a edição de medidas de exceção, o crescimento da violência do Estado contra a cidadania e a busca de uma hegemonia de valores contrários aos direitos humanos constituem-se em graves e permanentes

ameaças aos princípios consagrados em nossa Constituição para a promoção da dignidade da pessoa humano e para o ordenamento político democrático do Estado.

Os posicionamentos e ações da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, alinhados à consciência democrática e ao espírito solidário existentes na sociedade e em conformidade com os padrões internacionais de direitos humanos, estão aqui relatados com a finalidade de dar transparência ao trabalho realizado, na esperança de que possam inspirar a contribuição de outras entidades e pessoas em prol dos direitos de todos.

Deputado Padre João

Presidente

CDHM EM NÚMEROS

REUNIÕES DELIBERATIVAS – 08

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – 25

SEMINÁRIOS – 03

OUTROS EVENTOS (ato público e fórum) - 04

DILIGÊNCIAS – 10

Emendas ao Orçamento

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) contemplou quatro ações por meio de emendas ao Orçamento da União de 2017. As emendas fortalecem programas de promoção e defesa dos Direitos Humanos.

1) Promoção dos Direitos Humanos – Ação abrangente que contempla 9 programas orçamentários: Centro de Referência em Direitos Humanos; População em Situação de Rua; Educação em Direitos Humanos; Direito à Memória e à Verdade; Registro Civil de Nascimento; Promoção dos Direitos LGBT; Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa; Promoção da Saúde Mental; e Promoção do Respeito à Diversidade Religiosa. **A emenda proposta pela CDHM é de R\$ 50 milhões à iniciativa.**

2) Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais. **Emenda sugerida pela CDHM é de R\$ 50 milhões para essa ação.**

3) Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados. **Emenda sugerida pela CDHM é de R\$ 200 milhões para essa iniciativa.**

4) Defesa dos Direitos Humanos – Ação abrangente que contempla 6 programas orçamentários: Proteção a Testemunhas Ameaçadas; Proteção a Defensores de Direitos Humanos; Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte; Combate ao Trabalho Escravo; Combate à Tortura e Direitos Humanos e Segurança Pública. **Emenda sugerida pela CDHM é de R\$ 100 milhões para este conjunto de programas.**

Projetos de Lei aprovados

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados aprovou dois projetos de lei. O primeiro foi o PLC 221/16, da deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ), que inclui como objetivo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a aplicação de recursos na superação das desigualdades raciais. O relator do projeto foi o deputado Luiz Couto (PT-PB). Como se trata de um projeto de lei complementar, terá que ser levado à apreciação do plenário.

Entre as proposições sujeitas à aprovação conclusiva pelas Comissões, foi aprovado o PL 2.397/15, de autoria da deputada Erika Kokay (PT-DF), que “acrescenta o art. 56-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio”. O deputado Luiz Couto relatou esse projeto.

ATUAÇÃO TEMÁTICA

Campos temáticos que se destacaram

Movimentos sociais e defensores de direitos humanos

A criminalização de organizações e lideranças com repressão violenta a protestos foi uma constante no período. Diante de tais investidas, a CDHM realizou várias diligências, audiências públicas, manifestações e outras formas de ação. Cabe celebrar nesse sentido resultado positivo das gestões da comissão que culminaram com o julgamento, pelo STJ, que reconheceu que o movimento dos trabalhadores sem-terra não é uma organização criminosa, mas uma organização desejável em um Estado democrático. O colegiado também intermediou para que a Lei de Segurança Nacional não fosse aplicada a manifestantes e para a criação do “Comitê de Pacificação de Conflitos em Manifestações” no Distrito Federal.

Direito humano ao meio ambiente

A CDHM realizou audiência pública sobre as responsabilidades da Samarco, Vale e BHP Billiton logo após a tragédia causada ao Vale do Rio Doce. A CDHM realizou ainda, ao longo de uma semana, com o Movimento dos Atingidos por Barragens, diligência ao longo do Vale do Rio Doce, onde verificou in loco os danos causados e a situação dos atingidos pela criminosa ruptura da barragem do Fundão. A CDHM também foi a Montes Claros, onde debateu a questão da escassez de água no Semiárido e levantou propostas de solução para o problema.

Denúncia da desconstituição de direitos humanos pelo governo federal

A CDHM se manifestou contra a extinção e precarização de órgãos voltados à realização de direitos da classe trabalhadora e segmentos empobrecidos da população. O fim de ministérios como o MDA, a extinção da Ouvidoria Agrária Nacional, o fim de programas de atendimento à agricultura familiar, o fim da autonomia da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) e a precarização dos programas de proteção a testemunhas são exemplos disso. A CDHM realizou fóruns parlamentares em diversas regiões do Brasil para avaliar os impactos do golpe contra os direitos humanos. A CDHM também procurou intermediar a favor dos secundaristas e universitários que se manifestaram contra o desmonte da educação pública.

Mobilização contra a ofensiva anti-indígena do governo Temer e de sua bancada no Congresso Nacional

A Comissão manteve-se como aliada confiável dos povos indígenas, tendo realizado audiências públicas e diligências na região dos povos Guarani, no Mato Grosso do Sul, uma delas em conjunto com representação do Parlamento Europeu. A principal emenda ao Orçamento da União produzida pela CDHM foi direcionada à FUNAI, no valor de R\$200 milhões.

Deter a violência no campo

A CDHM tratou, em audiências públicas, diligências e pedidos de providências, sobre a violência no campo, como assassinatos, atentados e criminalização de trabalhadores.

Deter a violência policial e judicial

A CDHM se manifestou diversas vezes a respeito da violência policial, além de ter pedido providências a respeito de denúncias de abusos. A violência judicial também foi objeto de

atenção da presidência, como no caso da prisão do ex-governador e deputado Anthony Garotinho.

Respeito aos povos do campo e segurança alimentar e nutricional

A CDHM se dedicou ao debate sobre o direito humano à alimentação, estimulando a criação de frentes parlamentares de segurança alimentar e nutricional no país, e sobre a educação do campo, como projeto que coloca o trabalhador como protagonista do conhecimento. Um seminário reuniu movimentos e ativistas da área e definiu uma agenda de ações na área.

Direitos LGBT

A CDHM realizou o 13º Seminário LGBT do Congresso Nacional, com o lema: “O próximo pode ser você”, em parceria com as comissões de cultura e de legislação participativa.

Sistema prisional

Em meio à explosão das tensões do sistema prisional e das rivalidades entre facções criminosas, que causaram massacres durante rebeliões em diferentes pontos do país no começo de 2017, a CDHM foi uma voz ativa na denúncia das causas da superlotação e outros problemas de gestão, além de apresentar propostas para amenizar a crise humanitária dos presídios brasileiros. Visitamos as penitenciárias em Manaus (AM) e Boa Vista (RR) para conhecer os problemas de perto e dialogar com autoridades e famílias dos presos.

Relatório Paralelo à ONU

A CDHM ofereceu sua contribuição ao Estado brasileiro e ao mecanismo de Revisão Periódica Universal da Organização das Nações Unidas para avaliar a situação dos direitos humanos no Brasil. A partir de audiência pública, do estudo da dinâmica dos direitos humanos no país, da análise dos projetos em tramitação que representam riscos de retrocesso, elaboramos um relatório paralelo da CDHM, apresentado como adendo ao relatório oficial do poder Executivo ao Conselho de Direitos Humanos da ONU.

O espaço da CDHM foi também espaço para a visibilidade e voz de mulheres em luta por direitos, da população negra, das crianças, das parteiras tradicionais, dos quilombolas, das comunidades vítimas da mineração e do agronegócio, dos trabalhadores sem-teto, das pessoas com deficiência, dos autistas e suas famílias, entre outros especialmente vulneráveis neste momento histórico de concentração de poder e renda.

Repressão dos Movimentos Sociais

CDHM realiza audiência pública para debater violações de direitos humanos em manifestações

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou no dia 14.09 audiência pública para debater a criminalização e repressão aos movimentos sociais. Além de oportunidade de abrir os microfones a vítimas de violência policial para

denunciarem crimes que sofreram durante manifestações, a audiência resultou em uma série de providências e encaminhamentos que a CDHM tomou.

Os relatos apresentados na audiência narraram uma série de atentados perpetrados por agentes públicos contra direitos fundamentais. É o caso, por exemplo, do advogado Mauro Rogério Silva, que ao tentar auxiliar manifestantes detidos sem razão em uma manifestação contra o governo de Michel Temer em Caxias do Sul (RS) no dia 31 de agosto, foi detido, espancado e torturado.

“Fui dialogar com os policiais e, ao apresentar minha carteira de advogado da OAB, contei seis segundos para ser jogado contra a parede e algemado. Algumas pessoas gravaram um vídeo do ocorrido, mas ele não mostra os horrores que foram praticados contra mim. Na delegacia, sofri ações de tortura, queriam me causar dor, sofrimento e humilhação. Usaram comigo uma técnica de tortura que eles chamam de “pacotinho”, uma espécie de pau de arara moderno”, relata.

Mesmo após sua liberação da delegacia, Mauro conta que sua vida nunca mais foi a mesma. Ele está sofrendo ameaças de morte e tanto ele como seus filhos tiveram suas vidas devassadas, com informações pessoais deles circulando em grupos de policiais em aplicativos de mensagens.

A história do também advogado Renato de Almeida Freitas é semelhante nos contornos das agressões. Abordado por estar escutando *rap* em uma rua de Curitiba (PR), Renato foi vítima de racismo e agredido física e psicologicamente antes de ser colocado em um camburão. “Diziam que um ‘negrinho’ como eu jamais poderia ser advogado e me bateram de muitas formas. Minha sorte é que dentro do camburão consegui pegar meu celular que estava escondido e postei em uma rede social que estava sendo preso sem motivo e levado a uma delegacia. Quando eles descobriram, apanhei ainda mais, incluindo pisões na face e nas mãos”, narrou.

A médica Maria Alessio, por sua vez, teve que ser conduzida a uma delegacia em Brasília (DF), no dia 31 de agosto, por buzinar em apoio à manifestação que apoiava a presidenta Dilma Rousseff, afastada no mesmo dia pelo Senado. “Sofri todo tipo de intimidação, me cercaram com viaturas policiais e tiravam fotos de mim e do meu carro. Depois me conduziram até a delegacia em uma espécie de ‘escolta’ pelo simples fato de eu manifestar apoio a uma manifestação”, conta.

No entanto, não é apenas na face da repressão que as forças de segurança violam os direitos humanos, ressaltou o jornalista Fausto Salvadori Filho, autor de reportagem que denunciou a infiltração do oficial do Exército William Pina Botelho em movimentos

sociais, descoberto após sua atuação na prisão indevida de 26 pessoas em uma manifestação contra o governo Temer em São Paulo. “Descobrimos que a atuação deste infiltrado vinha desde 2015, quando participou de reuniões de diversos movimentos sociais e entidades ligadas à esquerda”, afirmou. “No caso de São Paulo, a Secretaria de Segurança Pública se recusou a comentar o episódio e as Forças Armadas jamais admitirão que fazem uso de expedientes desse tipo, mas é uma prática recorrente desde antes do governo atual assumir, o que pode representar uma atuação independente destes grupos”.

A Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Deborah Duprat, salientou a preocupação com a tentativa de imunizar a polícia diante de seus excessos. “Sempre que tentamos inibir a violência policial, sobretudo em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o órgão em que eu atuo sofre criminalização, tendo diversas representações contra nós, como se a defesa dos direitos humanos fosse algo que tivesse uma competência exclusiva de um órgão. O direito à manifestação é assegurado pela Constituição e o direito à crítica e à manifestação é um oxigênio para a democracia, validado pelo próprio Supremo Tribunal Federal recentemente”.

Encaminhamentos

Com base nos relatos da audiência, o presidente da CDHM, deputado Padre João, solicitou formalmente providências para as respectivas secretarias de segurança pública, Ministério Público, Prefeitura de Curitiba, Ordem dos Advogados do Brasil e Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Tentativa de convocação dos ministros sobre espionagem de movimentos sociais

Foram pautados, para a reunião deliberativa do dia 14/09, requerimentos de convocação de ministros, apresentados pelo Deputado Nilto Tatto. O parlamentar pedia a convocação do Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Etchegoyen, do Ministro da Defesa, Raul Jungmann, e do Ministro da Justiça e da Cidadania, Alexandre de Moraes. O objetivo era que prestassem esclarecimentos “sobre a possível prática de ‘crime de espionagem’, crime de abuso de autoridade, crime de falsidade ideológica e ato de improbidade administrativa, dentre outras infrações, consistente na possível infiltração ilegal e antidemocrática em manifestação e protesto contra o Governo Golpista do Sr. Michel Temer, do Sr. Willian Pina Botelho, capitão do Exército e membro

do serviço de inteligência, pelo menos desde 2013, conforme tem noticiado todos os veículos de mídia brasileiros e internacionais". A base do governo, entretanto, obstruiu a sessão, impedindo a votação dos requerimentos.

Pedido de informação para o ministro General Ethygoyen

A nomeação do General Sérgio Etchegoyen para assumir o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do Governo foi acompanhada por informações, divulgadas pela imprensa, de que o ministro pertencia a uma ala do Exército que via com preocupação movimentos sociais como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os jornais ainda indicavam que o ministro teria intenção de promover o monitoramento dos movimentos sociais no país.

Em reunião da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados, no dia 06/07/2016, foi aprovado o requerimento de convocação nº 37/2016 CDHM, alterado para pedido de informação, que formulou questões para o ministro sobre a competência do GSI e a pertinência da investigação de movimentos sociais pelo ministério.

Em resposta, o ministro se limitou a repetir as diretrizes da Política Nacional de Inteligência, de forma genérica, sem responder diretamente aos questionamentos formulados no requerimento. Não explicou porque os movimentos sociais “preocupam” o Estado, nem qual seria o limite de “legitimidade” que ensejaria uma investigação por parte da inteligência.

Diligências a Goiás verificam situação de dirigente e militante do MST presos sob a lei de organizações criminosas

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Padre João (PT-MG), ao lado dos deputados Marcon (PT-RS) e Valmir Assunção (PT-BA) viajaram a Goiás em 14/06 para verificar a situação do dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), José Valdir Misnerovicz, preso desde 31 de maio em Aparecida de Goiânia (GO). A prisão resultou do enquadramento do MST na Lei 12.850/13, que tipifica organizações criminosas.

Em Goiânia, os parlamentares se reuniram na Assembleia Legislativa com o Secretário Municipal de Direitos Humanos, Pedro Wilson, com o também deputado

Federal Rubens Otoni (PT-GO) e com a deputada estadual Isaura Lemos, além de representantes de movimentos sociais.

Em 22/06 os integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputados Patrus Ananias (PT-MG) e Nilto Tatto (PT-SP), visitam o integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Luiz Batista Borges, preso em Rio Verde (GO) desde 14 de abril. A prisão do militante também resultou do enquadramento na lei de organizações criminosas.

De acordo com dirigentes do MST de Goiás, em abril juízes das comarcas de Santa Helena, Mineiros e Rio Verde, decretaram a prisão preventiva de quatro militantes do movimento, sem que tivessem cometido nenhum crime. Os juízes alegaram que esses líderes fazem parte de uma organização criminosa, no caso uma entidade que luta pelo direito dos trabalhadores rurais à terra.

Além de Misnerovicz e Luiz Batista Borges, estavam com ordem de prisão decretada Diessyka Santana e Natalino de Jesus, do acampamento Padre Josimo Tavares. Esse assentamento fica em terras da usina de etanol Santa Helena, em processo de recuperação judicial, área já declarada da União.

Criminalização

Os deputados que foram a Goiás consideram Misnerovicz e Borges presos políticos, pois os líderes de trabalhadores lutam por direitos de coletividades e está incorreto o enquadramento como “organização criminosa”. Durante encontro com os parlamentares, Misnerovicz reafirmou ser absolutamente inocente e que foi preso unicamente por intermediar negociações com os ocupantes da Santa Helena.

Para Padre João, é importante que a CDHM realize essas diligências, “tendo em vista a gravidade do conflito, pela posse da área em litígio, bem como a criminalização do movimento social em curso, criando ambiente para massivas violações de direitos humanos”.

O parlamentar argumenta que a Lei 12.850, foi criada para atuar contra lavagem de dinheiro e tráfico, mas “que neste e noutros casos estava sendo usada para legitimar atos típicos de um Estado de exceção”. Segundo afirma, com base nesta legislação, os inquéritos são sigilosos e podem automaticamente contar com delação premiada, infiltração de agentes, quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico, escuta ambiente e “outras arbitrariedades”.

Ainda conforme o deputado, diferentemente do enquadramento por formação de quadrilha, a organização criminosa pressupõe a teoria do domínio dos fatos. Assim, ao entender o MST como organização criminosa, a Justiça determina que qualquer

militante pode ser acusado em qualquer inquérito que seja iniciado, acrescenta. “É a tentativa absurda de colocar na ilegalidade um movimento democrático”.

Manifesto: movimento social não é organização criminosa

Os Presidentes das Comissões de Direitos Humanos do Congresso Nacional, outros 25 parlamentares, 67 entidades e dezenas de cidadãos e cidadãs brasileiros e estrangeiros subscreveram manifesto contra a criminalização do MST, em 04/07. De acordo com a nota, os movimentos de caráter reivindicatório não podem ser enquadrados como organizações criminosas, uma vez que procuram, de forma legítima, fazer valer o programa previsto na Constituição de 1988. Leia o texto.

MANIFESTO: MOVIMENTO SOCIAL NÃO É ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi considerado, por setores da Justiça de Goiás, como uma organização criminosa – crime previsto na Lei nº 12.850/2013. Por este fundamento estão presos José Valdir Misnerovicz, geógrafo com mestrado pela UFG, e Luiz Batista Borges, trabalhador rural. Essas decisões judiciais são absolutamente incompatíveis com as leis vigentes, com a Constituição e com o Estado Democrático de Direito.

A luta por novos direitos e pela efetivação de direitos já previstos é inerente à democracia, além de ser um imperativo decorrente da Constituição de 1988. Conforme seu artigo 3º, são objetivos fundamentais da República construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Ora, se esses são objetivos, é precisamente porque a norma máxima do ordenamento jurídico brasileiro reconhece as profundas desigualdades e injustiças da realidade nacional, e que estabelece, na positivação desses desígnios, um programa de ação a ser perseguido pela sociedade e pelo Estado.

Por isso a organização em movimentos sociais não apenas é lícita como desejável. São as articulações com propósitos reivindicatórios que permitem o avanço na concretização dos objetivos fundamentais previstos pelo próprio constituinte. O propósito dos movimentos sociais não é violar o Direito, mas, rigorosamente o contrário, fazê-lo valer.

A ocupação de terras, delito específico que daria a característica de organização criminosa ao MST de Goiás, é expressão dos direitos civis e políticos (art. 5º, IV, XVI

e XVII) e visa a concretizar as normas constitucionais que preveem que a propriedade privada é garantida na medida em que se verifique o cumprimento de sua função social (art. 5º, XXIII, art. 170, III, art. 182. § 2º, art. 184, art. 186). Ou seja, no caso dos imóveis rurais, aqueles que não tenham aproveitamento racional e adequado, que não utilizem de forma adequada os recursos naturais disponíveis, que não observem as normas do direito do trabalho e que não favoreçam o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores, não cumprem o disposto constitucional.

O uso das ocupações de terras, assim, é instrumento completamente legítimo de pressão para realização de política pública. As ocupações são, também, mecanismos de efetivação urgente de necessidades vitais que são dos direitos humanos à alimentação e moradia (art. 6º). Significam, muitas vezes, recurso imediato para preservação da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1, III).

A decisão de considerar como criminosas as atividades de um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil e do mundo, essencial para o avanço na efetivação dos direitos humanos, tem viés político e arbitrário. É incompatível com o que se espera de um sistema de justiça que respeite a Constituição de 1988. Movimento social não é organização criminosa; a luta política não é crime.

ASSINAM:

PARLAMENTARES

Deputado Federal Padre João, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados

Senador Paulo Paim (PT/RS), Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal

Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF), Presidenta da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos

Deputado Federal Paulo Pimenta, 1º Vice-Presidente da CDHM

Deputado Federal Nilto Tatto, 2º Vice-Presidente da CDHM

Senador Humberto Costa (PT/PE), ex-Ministro de Estado da Saúde

Deputado Federal Patrus Ananias (PT/MG), ex-Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Deputado Federal Pepe Vargas (PT/RS), EX-Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e de Direitos Humanos

Deputado Federal Afonso Florence, Líder do PT na Câmara

Deputado Federal João Daniel (PT/SE), presidente do Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores na Câmara

Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

Senadora Gleise Hoffmann (PT/PR)

Senadora Vanessa Graziotin (PC do B/AM)

Deputada Federal Margarida Salomão (PT/MG)

Deputado Federal Adelmo Leão (PT/MG)

Deputado Federal Assis Carvalho (PT/PI)

Deputado Federal Beto Faro (PT/PA)

Deputado Federal Bonh Gass (PT/RS)

Deputado Federal Leonardo Monteiro (PT/MG)

Deputado Federal Luiz Couto (PT/PB)

Deputado Federal Marcon (PT/RS)

Deputado Federal Paulão (PT/AL)

Deputado Federal Pedro Uczai (PT/SC)

Deputado Federal Valmir Assunção (PT/BA)

Deputado Federal Valmir Assunção (PT/BA)

Deputado Federal Wadih Damous (PT/RJ)

Deputado Federal Zé Carlos (PT/MA)

Deputado Federal Zeca do PT (PT/MS)

ENTIDADES

Amig@s MST-Italia

Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB

Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil

Associação Brasileira de Agroecologia - ABA

Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – ANCED

Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS

Centro de Defesa de Direitos Humanos Heróis do Jenipapo - CDDHHJ

Centro de Defesa dos Direitos Humanos Nenzinha Machado - CDDHNM

Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA

Centro para la Democracia, la Creatividad y la Inclusión Social - DEMOS

Centro Popular de Formação da Juventude - Vida e Juventude

Círculo Palmarino

Comissão Pastoral da Terra

Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos do Piauí - CEEDHPI

Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Piauí - CEPCTPI

Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino

Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino

Commission Amérique latine et Caraïbes Parti de Gauche France

Conectas Direitos Humanos

Confederação Nacional de Entidades Negras - CONEN

Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG

Conselho Indigenista Missionário

Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB

Conselho Pastoral dos Pescadores

Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE

CRIOLA

ELO Ligação e Organização

Encontros da Nova Consciência

Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF BRASIL/CUT

FIAN Brasil - Rede de Informação e Ação pelo Direito Humano a se Alimentar

Fórum de Mulheres de Imperatriz, Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Padre Josimo.

Fórum Maranhense de Mulheres

Frente Brasil Popular - Goiás

Frente Povo Sem Medo

Fundação Marica Saraiva

Iniciativa das Religiões Unidas - URI (CC BRASÍLIA)

Instituto Pólis

Instituto da Mulher Negra – GELEDÉS

Instituto de Capacitação, Assessoria e Projetos - ICAP

Instituto Samara Sena - ISENA

Intersindical - Central da Classe Trabalhadora

Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social

Justiça Global

Juventude Socialismo e Liberdade

Levante Popular da Juventude

Marcha Mundial das Mulheres

Movimento Camponês Popular - MCP

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Movimento dos Pequenos Agricultores

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Nova Consciência

O Estopim

Partido de la Refundacion Comunista – Izquierda Europea (Italia)

Pastoral Da Juventude do Meio Popular - Goiás e Brasil

Plataform Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo - PIDHDD

Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil

Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos

Rete Radié Resch - Roma/Italia

RiMaflow, Fabbrica Recuperata di Milano

Tatiane dos Santos Duarte - Doutoranda em Antropologia Social - UnB

Terra de Direitos

União Nacional LGBT

Via Campesina Brasil

CIDADÃOS

Dom Enemésio Angelo Lazzaris, bispo de Balsas e Presidente Nacional da CPT

Dom Heriberto Hermes, O.S.B, Bispo Emérito da Prelazia de Cristalândia e Coordenador Executivo do Centro de Direitos Humanos de Cristalândia

Ermínia Maricato, professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São e ex-Ministra Adjunta das Cidades

Pa. Romi Márcia Bencke, Secretária-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

Frei Betto, escritor

Adelaide Gonçalves - professora Universidade Federal do Ceará

Adelson Fernandes Moreira, professor de Física do CEFET-MG.

Alexandre Guedes - Adv. OAB/PB - 5546- REJUDH.

Ana Amelia Melo, Departamento de História da Universidade Federal do Ceará

Ana Carolina Caruso Cavazza OAB/SP 269.595

Ana Claudia Diogo Tavares

Anakeila de Barros Stauffer - professora adjunta da FEBF/UERJ.

André Vasconcelos Ferreira, Professor do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará

Antonia Neide Costa Santana - professora do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú em Sobral (CE).

Ariovaldo Ramos - Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito

Baby Siqueira Abrão, jornalista

Caetano de Carli - Professor do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRPE

Carlos Schmidt ,professor aposentado de economia da UFRGS

Celi Taffarel, Professora Dra. Titular FAGED UFBA, Coordenadora dos Grupos de Pesquisa GEPEC e LEPEL FAGED/UFBA

Cesar Cordaro - Advogado

Claudia Jardim, Jornalista

Corinta Maria Grisolia Geraldi - professora da Unicamp

Cristina Gross Villanova, OAB/RS 43328

Daniela Félix - OAB/SC 19.094

Denise da Veiga Alves - OAB/DF 24.399

Eliana Rolemberg, Membro do Conselho Diretor da ABONG - Associação Brasileira de ONGs / Direção estadual Bahia

Elmano de Freitas, advogado e Presidente do PT de Fortaleza

Elsa Plaza Müller. España

Erina Batista Gomes, Advogada OAB PA 15.601

Fernando Antonio Dos Santos Matos OAB / PE 12. 436

Frei Diamantino P. de Carvalho, OFM

Gabriella Scheer – Collectif Solidarité France-Brésil

Gérson Wasen Fraga, professor da Universidade Federal da Fronteira Sul

Giselle Flügel Mathias Barreto- Adv. OAB/DF 14300

Guilherme Costa Delgado

Heloisa Helena Mesquita Maciel - professora e assistente social

Horacio Martins de Carvalho, pesquisador agrário

Iaris Ramalho Cortês - OAB/DF 3141

Irenísia Torres de Oliveira - Professora do Departamento de Literatura da Universidade Federal do Ceará

Isabela Corby OAB/MG 120777.

Janete Triches, Professora da Unesc

Jean Luc Pelletier, Associação dos Amigos do MST da França

João Wanderley Geraldi - professor titular da Unicamp

Jorge Luiz Souto Maior, professor da Faculdade de Direito da USP

José Carlos de Araújo, Professor da Universidade Federal do Ceará

José Claudinei Lombardi - Prof. Titular, FE Unicamp, Coordenador Ex. HISTEDBR

Juan Grabois, Secretariado Nacional CTEP Argentina

Juventude Revolução - Núcleo UFBA

Leonel Wohlfahrt, Especialista em Uso de Recursos Naturais Renováveis, Técnico em Planejamento e Desenvolvimento Social da FASE

Leonilde Servolo de medeiros - CPDA/UFRRJ

Lígia Chiappini, Prof. De Literatura e Cultura Brasileira e Hispano-americana, FU-Berlin

Lindomar Dias Padilha, filósofo indigenista

Luana Natielle Basílio e Silva OAB/PB 16.750

Luciana de Souza Ramos OAB/AM 5237

Luiz Carlos de Freitas

Luiz Carlos Pinheiro Machado, professor, presidente do Instituto André Voisin

Luiz Roncari, docente sênior USP/FFLCH/DLCV

Maíra Taquiguthi Ribeiro - Indigenista Especializada

Maria Fernanda Milicich Seibel, advogada

Maria Helena Guimarães Pereira, agente literária

Maria Victoria de Mesquita Benevides, Socióloga, Profa. Aposentada Da USP

Mariana Mei de Souza OAB-SP 174.581

Mariana Prandini Assis - Doutoranda Em Ciencia Política, The New School For Social Research

Marleide Rocha, advogada

Mauricio Acuña, doutorando pela Universidade de São Paulo e Princeton University

Mônica Nogueira, Professora da UnB

Monique Murga, Albi, France, Présidente du Comité des Amis du Mouvement des travailleurs ruraux sans terre (MST)

Munir Jorge Felicio, Pesquisador do NEAGEO

Myllena Calasans de Matos - OAB/BA 15736

Nancy Cardoso, pastora metodista

Natanaelsenir Saraiva Bastos

Oneide Bobsin, Professor das Faculdades EST

Peter Rosset, Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano (CECCAM)

Priscylla Joca, doutoranda em Direito pela Universidade de Montreal

Renata dos Reis Cordeiro OAB -MA 7854

Roberto E. Zwetsch - Professor das Faculdades EST - São Leopoldo

Rodrigo Castelo, professor da Unirio e diretor da Adunirio (Andes-SN)

Rodrigo de Medeiros Silva, OAB/RS 102235A

Sônia Maria Alves da Costa, OAB-TO 619, Doutoranda em Direito/UnB

Tatiana Berringer, Professora de Relações Internacionais da UFABC

Tayse Ribeiro de Castro Palitot- mestranda em gênero e dh pela UFPB, CPF:097
351 644 50

Vanessa Lima- advogada

Walnice Nogueira Galvão – Prof. USP

Wilson Mozena Leandro - Professor EA-UFG

Líder do MST é posto em liberdade e STJ decide que movimento social não é organização criminosa

José Valdir Misnerovicz, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), teve habeas corpus concedido pela Sexta Turma do STJ no dia 18/10. O julgamento foi objeto das atenções da presidência da CDHM, de outros parlamentares, religiosos e organizações de direitos humanos. Os Ministros julgadores entenderam que a militância em movimentos sociais não é crime, e é desejável em uma democracia, em termos convergentes com os posicionamentos expressos pela CDHM.

Veja nota do Deputado Padre João sobre o caso e sobre as providências tomadas pela CDHM.

“O caso envolvendo a Usina Santa Helena de Açúcar e Álcool é mais um dos episódios onde a defesa da propriedade privada está se sobrepondo ao direito à terra, ignorando o princípio da função social. Devedora de cerca de R\$ 1,2 bilhão entre débitos trabalhistas, tributários, previdenciários e privados, segundo informações do Ministério da Fazenda, a Santa Helena é alvo de mais de três mil ações trabalhistas.

As prisões de Valdir e outros três militantes, dos quais dois seguem presos, é fruto de uma das ações de reintegração de posse que atendiam somente o interesse da empresa, em que pese sua dívida bilionária. Apesar de reunião de mediação entre a pessoa que se apresentou como proprietário do imóvel e as famílias, no momento em que as barracas dos acampados eram desmontadas, o proprietário autorizou o despejo de agrotóxico sobre a lavoura de milho agroecológico feita pelas famílias. O ato revoltou

os acampados, e o tumulto resultou em um trator queimado. Foi a partir deste episódio que um juiz de Direito da comarca de Santa Helena determinou a prisão dos quatro militantes, além de qualificar o MST como organização criminosa

Diante dos fatos ocorridos, parlamentares da CDHM vem acompanhando o caso e tomou uma série de providências. O então presidente da Comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), oficiou o governador de Goiás, Marconi Perillo, o presidente do Tribunal de Justiça de Goiás e o juiz da causa, ponderando que atividades de movimentos sociais de caráter reivindicatório não podem ser qualificadas como organizações criminosas.

No mês de junho, já sob a presidência do deputado Padre João (PT-MG), a CDHM realizou duas diligências de visita aos presos políticos. Os Presidentes das Comissões de Direitos Humanos do Congresso Nacional, outros 25 parlamentares, 67 entidades e dezenas de cidadãos e cidadãs brasileiros e estrangeiros assinaram manifesto contra a criminalização do MST e em solidariedade aos presos em Goiás.

A CDHM solicitou à Ouvidoria Agrária Nacional um conjunto de medidas, como acompanhamento do processo relativo ao domínio e posse da Usina Santa Helena, do processo criminal relativo aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra envolvidos no conflito da Usina Santa Helena, o esclarecimento da importância da reforma agrária e da atividade de mediação de conflitos para evitar graves violações de direitos humanos, a articulação junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional a respeito do risco de frustração do interesse público na cobrança da dívida tributária da Usina de Álcool e Açúcar Santa Helena, e a realização de uma reunião com Comissão Nacional de Combate aos Conflitos no Campo visando à solução mediada do conflito pela posse e propriedade da Usina Santa Helena, que segue em debate.

Sendo assim, saúdo a libertação de José Valdir Misernovicz e a ressalva feita pelos ministros do STJ de que os movimentos sociais não são organizações criminosas, uma conquista importante para a promoção dos direitos humanos. Entretanto, uma vez que o colegiado decidiu manter a prisão preventiva dos outros réus, seguirei acompanhando de perto o caso e atuando para resguardar o direito à manifestação e à organização dos movimentos sociais, trabalhando para a resolução do imbróglio jurídico sobre a destinação da propriedade.”

CDHM promove segunda audiência pública sobre criminalização dos movimentos sociais

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou no dia 09.11 audiência pública para debater a criminalização dos movimentos sociais. A partir de requerimento do deputado Nilto Tatto (PT-SP), o debate apresentou um panorama das violações de Direitos Humanos contra movimentos e como agentes do Estado vem, segundo os expositores, praticando abusos de toda a ordem contra lideranças dos movimentos sociais e utilizando violência como forma de intimidação.

O ex-ministro da Justiça no governo da presidenta Dilma Rousseff, Eugênio Aragão, pontuou os muitos excessos praticados no país hoje, partindo desde ministros do STF que se manifestam sobre processos em andamento, até questões mais graves, como as interpretações da lei guiadas por cunho político nas decisões do Ministério Público, até flagrantes violações de direitos constitucionais, como a divulgação ilegal de escutas envolvendo até mesmo a figura da então presidenta Dilma Rousseff.

A professora de Direito da UnB Beatriz Vargas avaliou que este sentimento de ódio e de criminalização dos movimentos sociais transcende a posição partidária e ideológica, e lamenta as contradições da Constituição Cidadã. “A Constituição de 1988 tem um significado político e que no campo do direito pode ser definido através do conceito de Constituição dirigente. A pessoa humana está no centro do Estado, não apenas no rol dos direitos fundamentais, mas também nos avanços na redistribuição de renda, na criação de processos inclusivos. Apesar desses avanços, ela é muito frágil ao vincularmos o que está escrito nela com o campo das decisões políticas. Ela pode ser violada frequentemente”.

Para a presidenta do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Ivana Farina, o papel dos Conselhos é fundamental para garantir a existência de um estado democrático de direito. Ivana recordou o caso de José Valdir Misnerovicz, militante do MST que foi mantido preso político por oito meses, e o fato de que a perseguição aos movimentos como o MST ocorre há muito tempo, em maior ou menor grau, pelas forças policiais. Um dos episódios mais emblemáticos da criminalização dos movimentos sociais foi a ação desencadeada na última sexta-feira (04.11) contra o MST.

Rosana Cebalho Fernandes, membro da Coordenação Nacional do MST, contou em forma de poesia o terror provocado pela Polícia Civil na Escola Nacional Florestan Fernandes, ligada ao MST, instalada em Guararema-SP. “Ação organizada da PM. O circuito interno registra 10 camburões. 4 policiais invadem a Escola Florestan Fernandes. A militância resiste. Dois punhos algemados, uma costela quebrada, 64 anos. Em 30 metros crianças brincam de esconde esconde. 3 tiros. Resistência, tiros, socos, chutes, dois punhos algemados. Companheira artista popular. Nenhum

mandado. Ameaça de morte “hoje alguém aqui vai morrer, pode ser nós ou vocês. Vocês vão perder. Solidariedade e resistência. Uma síntese poética do último dia 4 de novembro”, disse a militante, comovendo o público presente. Rosana informou que o MST segue com presos políticos, inclusive em Goiás, e relatou o pânico instaurado nos assentamentos do Paraná, onde a Polícia Civil expediu mandados de prisão contra lideranças do movimento, acusando-as de serem membros de organização criminosa.

A estudante secundarista Ravena Soares Carvalho representou um outro front de resistência aos ataques contra a democracia no país: as ocupações de escolas do Ensino Médio. Por meio de uma carta escrita pelos alunos do Cemab, escola do Distrito Federal onde estuda, Ravena relatou a truculência da ação policial de desocupação da escola, que envolveu 300 homens armados com fuzis e metralhadoras para retirar à força da escola cerca de 50 estudantes desarmados. A estudante pontuou: “Só queremos lutar por nossos direitos. Não podemos ser tratados dessa forma”.

Diligência da CDHM ao Paraná aborda criminalização de militantes que lutam pela reforma agrária

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) realizou no dia 17.11 uma diligência ao estado do Paraná para abordar violações de Direitos Humanos no contexto de conflitos agrários no estado. Motivados por ação policial que prendeu militantes ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), uma comitiva de deputados federais, liderada pelo presidente da CDHM, Padre João (PT-MG), foi até a região de Quedas do Iguaçu para apurar denúncias recebidas de criminalização dos movimentos que lutam pela reforma agrária e até mesmo assassinatos de militantes.

A diligência, que contou também com os deputados Marcon (PT-RS) e Zeca Dirceu (PT-PR), além dos deputados estaduais Tadeu Veneri, presidente Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa paranaense, e Professor Lemos, começou com uma visita aos militantes do MST presos preventivamente nos municípios de Corbélia e Cascavel depois da deflagração da Operação Castra, da Polícia Federal.

Em seguida, a comitiva foi ao Acampamento Dom Tomás Balduino, onde foi recepcionada por trabalhadores acampados. No período da tarde, a CDHM foi à juíza responsável pelo caso, a quem apresentou as demandas e denúncias colhidas ao longo do dia.

Para concluir o primeiro dia da jornada, a CDHM realizou uma audiência pública que reuniu autoridades policiais, do Poder Judiciário, lideranças de movimentos sociais,

moradores dos acampamentos e de assentamentos da região, na Câmara de Vereadores de Quedas do Iguaçu. Lá, os acampados e assentados trouxeram suas denúncias até a Comissão. Além das arbitrariedades da Operação Castra, as famílias relataram violência policial, discriminação e restrição de acesso aos assentados a serviços de saúde e educação públicas.

A diligência ocorreu em meio ao acirramento dos conflitos agrários no Paraná, que assassinaram 17 pessoas nos últimos vinte anos. Apenas neste ano, dois militantes do MST foram mortos em circunstâncias pouco esclarecidas e outros oito foram presos na Operação Castra sem a devida fundamentação jurídica. A partir destes indícios de violação dos Direitos Humanos, a CDHM visitou a região dos conflitos a fim de colher denúncias e identificar medidas que pudessem ser tomadas contra as arbitrariedades e violências que historicamente atingem o MST da região.

Os oito militantes presos indevidamente foram visitados pela comitiva, que negociou a transferência de sete deles para uma penitenciária com melhores condições de higiene, trabalho e segurança. Em seguida, a CDHM realizou uma reunião com a juíza designada para o caso, com o intuito de registrar que a Comissão está acompanhando os desdobramentos deste episódio.

Leia a manifestação do Deputado Padre João a respeito do caso:

“Expresso minha solidariedade ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Lutar para construir uma sociedade livre, justa e solidária não é crime; pelo contrário, é cumprir o mandamento expresso na Constituição da República (artigo 3º, inciso I).

A liberdade de manifestação, organização e de associação é inerente à democracia, além de prevista na Constituição da República (art. 5º, incisos IV, XVI e XVII) e no direito internacional dos direitos humanos (Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, arts. 19, 21 e 22, Convenção Americana de Direitos Humanos, art. 13).

Sendo assim, repudio a operação policial que, segundo relatos e imagens, foi realizada de forma violenta, com tiros e sem ordem judicial, contra a Escola Nacional Florestan Fernandes, no dia 04/11. Trata-se de um importantíssimo centro de educação popular, com papel nacional e internacional.

Repudio ainda as prisões feitas contra integrantes do movimento social no centro-sul do Paraná, da bacia do Rio Iguaçu. Lá se encontra aquele que é possivelmente o maior complexo de assentamentos de reforma agrária do Brasil.

Essa é a mesma região onde dois trabalhadores foram assassinados no último dia 07 de abril. Ao que indicam os depoimentos e as circunstâncias, camponeses teriam sido atacados por Policiais Militares, dentro de uma área já declarada como de propriedade da União.

O episódio não é isolado. Em 2009 o Brasil foi condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos por assassinato de trabalhador rural no Paraná. Lembremos ainda da repressão absolutamente desproporcional e violenta de professores e servidores públicos em abril de 2015 em Curitiba, promovida pela Polícia Militar, e da intransigência do Governo estadual em negociar com o movimento legítimo de ocupações de escolas, que tem seu epicentro nesse estado.

Os instrumentos judiciais e policiais têm sido utilizados com finalidade política. Os limites ao poder punitivo e persecutório, expressos no devido processo legal, são um legado básico do Iluminismo, e vêm sendo flagrantemente desrespeitados. Mas isso se faz de forma seletiva.

Enquanto movimentos reivindicatórios são perseguidos, agentes que detêm poder econômico permanecem imunes. É o caso, por exemplo, da tragédia provocada pela Samarco-Vale-BHP Billiton: não há um réu sequer sobre os crimes que causaram a destruição de uma bacia hidrográfica inteira e que provocaram a morte de 20 pessoas.

A operação contra o MST é em tudo coerente com a quebra do Estado Democrático de Direito e com o regime de exceção que paulatinamente se consolida no Brasil. Caminhamos para uma ditadura, que contemporaneamente se utiliza de instituições judiciais e policiais para perseguir organizações de caráter popular e reivindicatório”.

Integrantes da CDHM fazem reunião de emergência com estudantes e entidades de direitos humanos para discutir ocupações de escolas

Por solicitação da União Brasileira de Estudantes Secundaristas e de lideranças de ocupações de escolas recebidas na CDHM pelo Deputado Paulo Pimenta, vice-presidente da Comissão, e pela Deputada Erika Kokay, membro da Comissão, no dia 31/10, a CDHM reuniu-se informalmente, em caráter emergencial, no dia 01/11, para debater as violações cometidas no âmbito das ocupações às escolas de Ensino Médio.

Estiveram presentes, além de lideranças secundaristas, a Dra. Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; Mário Volpi, coordenador do Programa Cidadania dos Adolescentes da Unicef; Lucimara Cavalcante, Conselheira do CONANDA; Fábio Félix, Presidente do Conselho de Direitos da Criança e do

Adolescente do DF; Camila Lanes, presidenta da UBES; Diogo Moraes, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto ao FNDE, entre outros representantes de instituições e entidades ligados ao tema.

O objetivo da reunião foi consolidar um grupo de estudantes e autoridades que estejam em diálogo para acompanhar e agir sobre as violações de direitos humanos cometidas contra as ocupações. Representante de estudantes ocupantes do Centro de Ensino Médio Ave Branca de Taguatinga – DF contou que jovens contrários à ocupação têm utilizado de bombas caseiras para atacar as escolas. Já a representante de ocupantes do Centro de Ensino Médio 304 de Samambaia - DF denunciou que os colegas têm sofrido até mesmo ameaças de morte nesse contexto. Relatos dão conta, ainda, de que a polícia – embora ciente – tem se negado de impedir esses ataques.

A falta de diálogo na construção da reforma do Ensino Médio e a PEC 55 do governo Temer, de congelamento de investimentos públicos por 20 anos, motivaram os estudantes a ocupar mais de mil escolas no país. Violentas ações policiais tem sido deflagradas para forçar desocupações, muitas sem mandado judicial, outras por meio de ordens judiciais abusivas, como uma que ocorreu no DF, em que um juiz autorizou o emprego de técnicas de tortura, como a privação de sono dos ocupantes, além de autorizar que esses jovens sejam responsabilizados criminalmente por ocupar as escolas.

Como conclusão da reunião, os deputados Paulo Pimenta e Erika Kokay ingressaram com uma representação ao CNJ – Conselho Nacional de Justiça, dirigida à sua presidenta, Carmen Lúcia, cobrando providências contra os abusos cometidos pela decisão judicial do TJDF. O documento argumenta que violar a Constituição a fim de criminalizar manifestações políticas tem se tornado parte da rotina política do país. Além disso, o direito à participação em manifestações políticas, o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade e o direito à educação garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente também tem sido ignorados.

Esta Comissão prosseguiu acompanhando as ocupações com a finalidade de assegurar a proteção da integridade física dos estudantes e o respeito a seus direitos fundamentais. No dia 9 de novembro, o tema voltou ao debate na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em audiência pública sobre a criminalização dos movimentos sociais.

Representação à PGR para garantir direito à liberdade de expressão nos Jogos Olímpicos

Para assegurar aos cidadãos o direito à liberdade de expressão, positivado no texto constitucional, o presidente da CDHM, Deputado Padre João, apresentou, no dia 08/08, representação ao Procurador-Geral da República. No mesmo dia a Justiça Federal do Rio de Janeiro concebeu liminar requerida pelo Ministério Público, que assegurou o direito à manifestação nos espaços oficiais dos jogos. A representação da CDHM foi apresentada em resposta a várias ações repressivas com uso desproporcional de violência contra diferentes manifestações pacíficas de protesto durante os jogos.

Leia a justificativa do parlamentar:

“A Lei 13.284/2016, que dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, em seu artigo 28, estabelece condições para acesso e permanência nos locais oficiais. A respeito da liberdade de manifestação com utilização de cartazes ou faixas, o inc. IV impõe a seguinte restrição ‘não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, de caráter racista ou xenófobo ou que estimulem outras formas de discriminação’. Mais adiante, no inc. X, temos como condição para permanência no local dos jogos ‘não utilizar bandeiras para outros fins que não o da manifestação festiva e amigável.’

A leitura do texto legal é clara quanto ao limite das restrições estabelecidas ao exercício do direito constitucional à liberdade de expressão, que se referem ao conteúdo e a forma das manifestações. Quanto ao conteúdo, a limitação não recai sobre todo e qualquer cartaz ou faixa, mas tão somente sobre aqueles com mensagens racistas ou xenófobas ou que estimule práticas discriminatórias. Quanto à forma, a manifestação deve ser festiva e amigável, vedando as que não estiverem de acordo com este fim.

O §1º do art. 28 ainda estabelece que ‘É ressalvado o direito constitucional ao livre exercício de manifestação e à plena liberdade de expressão em defesa da dignidade da pessoa humana’. A repetição da norma constitucional não se faz por acaso. Trata-se de reafirmar que as vedações devem recair apenas sobre o rol taxativo estabelecido na lei. Qualquer limitação ao exercício da cidadania, em uma ordem democrática, deve estar claramente descrita no texto legal, não podendo ser estabelecida pela autoridade administrativa de forma discricionária.

As placas ‘Fora Temer’, de teor político reivindicatório, não se enquadram de forma alguma nessas características. Cartazes de papel e camisetas não são bandeiras e, portanto, também não estão vedados. Além disso, a Lei proíbe, como manifestação oral, apenas “xingamentos ou cânticos discriminatórios, racistas ou xenófobos”. “Fora Temer” é um protesto sem essas características e, portanto, pode ser entoado nos espaços

oficiais. Demais expressões de cunho político também são permitidas, desde que sem teor discriminatório ou violador da dignidade humana, por exemplo.

Os interesses das 'empresas que compram direitos e investem muito dinheiro para ter sua imagem associada aos Jogos' -- motivo alegado diretor de Comunicações das Olimpíadas, segundo a imprensa, para proibirem-se manifestações nas arenas -- não estão acima dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição de 1988, como o direito à liberdade de expressão.

O Comitê Olímpico Internacional não pode decidir as condições de acesso e permanência nas arenas dos jogos. Quem o define é a lei, e o COI deve obedecê-la. Nem o Comitê nem as polícias são poderes paralelos acima da legislação brasileira.

Pelas razões enumeradas, entendemos que a ação das polícias na segurança dos jogos, assim como a orientação do COI divulgada pela imprensa, é ilícita, arbitrária e violadora dos direitos. Nesse sentido, solicito ao Procurador-Geral da República providências para garantir a fiel observância da Constituição Federal e da Lei 13.284/2016, em atendimento a esta representação.”

Intermediação evita aplicação de lei da ditadura em Brasília

A Polícia Militar do Distrito Federal prendeu, no dia 13 de dezembro de 2016, 72 manifestantes, segundo a Secretaria de Segurança Pública, depois de ato político na Esplanada dos Ministérios contra a PEC 55, que congela por 20 anos o orçamento de políticas sociais. Advogadas, advogados e parlamentares acompanharam a situação no Departamento de Polícia Especializada (DPE) do Parque da Cidade, em Brasília, onde estavam presas mais de 60 pessoas. Estiveram no local os deputados do Partido dos Trabalhadores João Daniel, Érika Kokay, Ana Perugini, Paulo Pimenta, Leonardo Monteiro, Adelmo Leão, Carlos Zarattini e Padre João, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Esteve presente também o deputado do PSOL - Partido Socialismo e Liberdade Glauber Braga. Coube ao líder do PT na Câmara, Afonso Florence, também presente, dialogar com o Governador Rodrigo Rollemberg.

As prisões, de acordo com os relatos de advogados, foram feitas no momento em que os manifestantes estavam indo embora do ato. Eles saíram da Torre de TV e se dirigiram à UnB, e buscaram um caminho em que pudessem se afastar dos focos de conflito com a polícia. No início da Asa Norte, entretanto, duas viaturas -- que os manifestantes acreditavam estar escoltando-os -- cercou os jovens na altura da SQN 103. Eles foram revistados e atingidos com spray de pimenta. Os manifestantes relataram, ainda, que

sofreram atos de humilhação. Além deles, mais três pessoas que passavam na rua teriam sido incluídas arbitrariamente no grupo e detidas.

Todos foram levados para a Delegacia no Parque da Cidade, sem que as condutas fossem individualizadas e sem que pudessem ter acesso a advogado. O fundamento das prisões, de acordo com o informado na delegacia, foi, a princípio, o artigo 20 da Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170/1983). Segundo o dispositivo, é crime, entre outras condutas, cometer depredação e incêndio por “inconformismo político”.

A mediação dos deputados se deu para que os presos pudessem ser acompanhados por advogados nos procedimentos na delegacia, para que as condutas consideradas crimes fossem individualizadas e para que a Lei de Segurança Nacional não fosse aplicada.

A Lei de Segurança Nacional foi elaborada durante o regime militar. De acordo com o Deputado Padre João, “é uma lei de inspiração autoritária, incompatível com o Estado Democrático de Direito e após o golpe de 2016 volta a ser aplicada”. Os parlamentares lembraram que a lei, de um lado, tem tipos penais abertos e vagos, permitindo um campo amplo de interpretação, que gera insegurança jurídica. De outro lado, a LSN tem objetivo claro de coibir manifestações políticas. O Deputado Padre João pondera: “o artigo 20 visa a coibir, expressamente, manifestações de cunho reivindicatório! Ora, a liberdade de expressão política não apenas é cláusula pétrea como é inerente a qualquer regime minimamente democrático”. Ele explica que por essa razão ele e outros parlamentares apelaram “no sentido de que uma norma de cunho ditatorial não fosse aplicada. Se há crimes cometidos, que se aplique o Código Penal, que já prevê os crimes de dano contra o patrimônio”.

Após reunião com delegados, parlamentares, advogadas e advogados populares foram assegurados as prerrogativas de advogado e os direitos das pessoas detidas. Por volta das 5h da manhã, após oitivas, todos os manifestantes que estavam na Delegacia de Polícia Especializada foram liberados. De acordo com o advogado assessor da Comissão de Direitos Humanos e Minorias presente, os estudantes assinaram um termo circunstanciado em que foi apontado o crime de dano (art. 163 do Código Penal), cuja pena é detenção de um a seis meses, ou multa. A polícia, portanto, atendeu ao apelo de não aplicação da LSN.

Para o Deputado Padre João, “a soberania popular vem sendo vilipendiada de várias formas. O voto foi usurpado, os direitos sociais estão sendo destruídos, e a liberdade de expressão vem sendo aniquilada pelo aparato policial e jurídico”. Ele ainda ponderou que “o maior dano cometido ontem não foi pelos estudantes do lado de fora do

Congresso Nacional, mas dentro do Plenário do Senado Federal, ao aprovar a PEC 55, que extermina direitos à educação, à saúde, à alimentação, ao acesso à água, enfim, vários direitos individuais e sociais fruto de conquistas históricas”.

A Lei de Segurança Nacional é conhecida como um dos resquícios da ditadura ainda não formalmente extirpados da legislação. Projeto de Lei nº 7951/2014, dos deputados Renato Simões - PT/SP, Erika Kokay - PT/DF, Fernando Ferro – PT/PE, Amauri Teixeira – PT/BA e Luiz Couto - PT/PB, propõe a revogação dessa lei.

Recorrência de ações violentas contra protestos

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias já acompanhava os episódios de violência contra manifestantes e realizou duas audiências públicas no segundo semestre de 2016 para debater o tema e propor encaminhamentos. Além disso, no dia 29 de novembro, data da votação do 1º turno da PEC 55, quando uma escalada de repressão policial transformou a Esplanada dos Ministérios em um cenário de violações de Direitos Humanos, o Deputado Padre João solicitou apuração das denúncias junto às autoridades do Distrito Federal.

Parlamentares, entidades e movimentos sociais protocolam denúncia contra arbitrariedades policiais em manifestação no DF

Entidades da sociedade civil e parlamentares protocolaram junto ao governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, e à secretária de Segurança Pública e Paz Social, Márcia de Alencar Araújo, denúncia da ação policial abusiva e arbitrária no contexto da manifestação ocorrida em Brasília no último dia 13, contra a aprovação da PEC 55 pelo Senado Federal.

A denúncia relata preocupação com as sistemáticas violações ao exercício da cidadania e do direito à manifestação, garantidos pelo artigo 5º da Constituição Federal, questionando a razão de um forte aparato repressivo impedindo o exercício do direito de ir e vir. “O inexplicável isolamento do espaço público, com fechamento de vias, é uma primeira ofensa à Constituição da República”, diz o texto. Os signatários da denúncia estranham, também, a diferença de tratamento de manifestantes, uma vez que para aqueles que foram à Esplanada pedir o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff e a volta do regime militar tiveram livre acesso e circulação nos arredores do Congresso Nacional, inclusive armados.

Outro ponto levantado foi o uso abusivo da força e violência policial. Vídeos e reportagens veiculadas pela imprensa mostram arbitrariedades e uso de spray de

pimenta contra pessoas que sequer participavam da manifestação, o que denota ausência de risco para a atuação policial que justificasse tais medidas.

O desfecho da ação policial, que culminou na prisão de 72 manifestantes, foi eivado de ilegalidades, aponta a denúncia. Os manifestantes foram detidos sem que suas condutas individuais fossem individualizadas, o que é uma prática ilegal. Além disso, a Polícia Civil vetou o acesso a advogados, direito constitucional que somente teve sua garantia após a chegada de deputados federais à delegacia.

“Considerando a obrigação do Estado de investigar e, se for o caso, julgar e punir violações de Direitos Humanos (...) os requerentes vem dar ciência formal dos fatos e requerer que sejam empreendidos todos os esforços e adotadas todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis a fim de investigar os fatos e, se for o caso, julgar e punir os responsáveis”, completa a denúncia.

Signatários

Assinam a denúncia os seguintes movimentos sociais e entidades da sociedade civil abaixo relacionadas:

Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Artigo 19, Articulação, Justiça e Direitos Humanos – JUSDH, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Terra de Direitos, Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, Coletivo Margarida Alves de Assessoria Parlamentar, Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal (CUT/DF), Justiça Global, Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Plataforma de Direitos Humanos – DHESCA Brasil, Grupo Tortura Nunca Mais – Bahia, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Centro de Direitos Humanos de Sapopemba, Rede Social de Direitos Humanos, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Central dos Movimentos Populares (CMP), Marcha Mundial das Mulheres, Levante Popular da Juventude, Frente Brasil Popular do Distrito Federal, Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais – AATR, Rede Nacional de Advogados Populares – RENAP, Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDECH, Rede Nacional de Negras e Negros LGBT – Rede Afro LGBT, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, Michel Platini Gomes Fernandes, presidente do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Fabio Felix da Silveira, presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA/DF, Alexandre Varela, membro do Conselho Distrital de Segurança Pública (Condisp), e o advogado Patrick Mariano Gomes, que protocolou a denúncia.

Assinaram também os deputados federais Padre João (PT-MG), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Afonso Florence (PT-RS), Chico Alencar (PSOL-RJ), Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), Erika Kokay (PT-DF), Glauber Braga (PSOL-RJ), Ivan Valente (PSOL-SP), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Jean Wyllys (PSOL-RJ), João Daniel (PT-SE), Luiza Erundina (PSOL-SP), Marcon (PT-RS), Nilto Tatto (PT-SP), Patrus Ananias (PT-MG), Paulo Pimenta (PT-RS), Valmir Assunção (PT-BA) e Wadih Damous (PT-RJ), além dos senadores Humberto Costa (PT-PE), Lindbergh Farias (PT-RJ), Paulo Paim (PT-RS) e Paulo Rocha (PT-PA).

CDHM e movimentos sociais se reúnem com governador para denunciar violência policial em manifestações

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM) reuniu-se no dia 21 de dezembro com o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, para tratar da violência policial e do abuso de autoridade nas manifestações de cunho político em Brasília.

Participaram da reunião a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), representando a CDHM, os deputados Carlos Zarattini (PT-SP), líder do PT na Câmara, e Zé Geraldo (PT-PA), além de advogados populares e lideranças do MST, da CUT, da UBES, da UNE, do Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, da Articulação Justiça e Direitos Humanos - JusDh, da Marcha Mundial das Mulheres, do PCdoB e do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Além do governador, acompanhou a reunião a secretária de Segurança Pública e Paz Social do Distrito Federal, Márcia de Alencar Araújo.

Os parlamentares e representantes de movimentos sociais manifestaram preocupação com o fato de enquadrarem manifestantes com base na Lei de Segurança Nacional ou na Lei de Organizações Criminosas. Levantaram preocupações, também, quanto à violação das prerrogativas dos advogados, das diversas práticas abusivas adotadas pela PM-DF - que tem alvejado até mesmo idosos e crianças com gás de pimenta - e da negação sistemática em lugar de investigação de arbitrariedades cometidos pela Polícia Militar no DF.

Para Carlos Zarattini, os indivíduos responsáveis pelos atos de vandalismo nunca são presos ou investigados. “Geralmente são manifestantes pacíficos que acabam nas delegacias”, afirmou. Por sua vez, Zé Geraldo ressaltou que os movimentos não têm tido acesso ao Congresso. “Precisamos estabelecer diálogo entre o GDF e as

presidências da Câmara e do Senado para evitar que as pessoas sejam impedidas de entrar na Casa”, pontuou.

De acordo com a deputada Erika Kokay, não podemos usar atos de vandalismo para justificar práticas abusivas da polícia. Ela lembrou das garantias asseguradas em documentos internacionais sobre livre manifestação política. Nas “Diretrizes sobre Liberdade e Reunião Pacífica”, elaborado pela Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) afirma-se que “o uso de violência por um pequeno número de participantes em uma manifestação (incluindo o uso de linguagem incitatória) não transforma automaticamente uma manifestação pacífica em não-pacífica, e qualquer intervenção deve objetivar lidar com os indivíduos envolvidos nas ações violentas ao invés de dispersar o evento todo” e que “um indivíduo não deixa de usufruir o direito de liberdade de reunião pacífica como resultado de atos puníveis cometidos por outros no curso dos protestos se o indivíduo em questão permanecer pacífico em suas intenções e comportamento”.

Encaminhamentos

Os parlamentares presentes e lideranças dos movimentos representados na reunião constituíram um Comitê de Pacificação para se reunir periodicamente com a Secretaria de Segurança Pública do DF com o intuito de definir um protocolo de ação para os atos e, posteriormente, reunir-se para avaliar sua aplicação. A primeira reunião desse Comitê foi agendada para 16 de janeiro.

CDHM denuncia nova repressão policial a manifestantes no DF em protesto contra aumento da tarifa de transporte

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDHM), deputado Padre João (PT-MG), enviou, no dia 06 de janeiro de 2017, um ofício ao governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, apresentando denúncias recebidas pela CDHM de arbitrariedades policiais contra manifestantes em protesto contra o aumento das passagens de ônibus e metrô no DF.

Nas imagens recebidas pela Comissão, algumas delas veiculadas na imprensa e em redes sociais, é possível observar policiais da cavalaria atropelando

pessoas desarmadas, além do uso indiscriminado de spray de pimenta contra quem apenas corria buscando fugir do efeito do gás.

“É inconcebível que num Estado democrático de direito haja tamanha aversão à liberdade de expressão e manifestação e, pior, que as forças de segurança ao invés exercerem seu papel constitucional de garantidoras de tais direitos se transformem, mediante o uso desmedido da força, em ameaças à integridade física dos cidadãos”, diz Padre João na nota.

Há duas semanas, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, representada pela deputada Erika Kokay (PT-DF), estivera juntamente com outros parlamentares e representantes de movimentos sociais, em reunião com o governador Rodrigo Rollemberg e com a secretária de Segurança Pública e Paz Social do Distrito Federal, Márcia de Alencar Araújo.

Segundo Padre João, “é com pesar que constatamos que antes mesmo da primeira reunião da Comissão criada para contribuir na superação da violência contra manifestações, ocorra esse novo ato de transgressão aos direitos humanos por parte da Polícia Militar direcionada a indivíduos que nada faziam além de exercer pacificamente um direito constitucional”.

O objetivo do ofício, reitera o texto, é evocar o espírito de diálogo e cooperação estabelecido na referida reunião e solicitar a apuração disciplinar relativa ao episódio de abuso de autoridade que trazemos ao vosso conhecimento.

CDHM participa de primeira reunião do Comitê de Pacificação de conflitos em manifestações

O Governo do Distrito Federal realizou, no dia 16/01, a primeira reunião do Comitê de Pacificação, criado para ser um fórum mediador entre organizações da sociedade civil, a Polícia Militar e autoridades distritais, visando impedir arbitrariedades e ações repressivas gratuitas contra manifestantes em atos convocados em Brasília. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) esteve representada pela deputada Érika Kokay (PT-DF).

Segundo a deputada Érika, “Brasília virou uma cidade proibida, porque um lugar onde a mobilidade custa 5 reais e onde as pessoas são impedidas de se manifestar, este é um lugar proibido”.

Na opinião da secretária de Segurança Pública e Paz Social do Distrito Federal, Márcia de Alencar Araújo, algumas situações de conflito são decorrentes de ações de outras instâncias alheias ao GDF, como por exemplo, a proibição de acesso aos anexos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que causa animosidade nos manifestantes. A secretária ressaltou ainda que o governo distrital não é contra as manifestações e, apesar de vídeos e fotos divulgados na imprensa apontarem o contrário, firmou que “nós não temos imagens de manifestantes feridos”.

Sobre a ponderação da secretária a respeito das responsabilidades compartilhadas no que se refere a tumultos, Érika Kokay ressaltou que a CDHM sempre se posicionou a favor do acesso amplo da sociedade aos espaços do Parlamento, muitas vezes cobrando da Presidência da Câmara essa liberação e intervindo em situações de excessos por parte da Polícia Legislativa.

De qualquer forma, Érika informou que os representantes da CDHM no Comitê apresentariam aos novos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, assim que assumirem em fevereiro de 2017, a definição de parâmetros para o ingresso de representantes de movimentos sociais, entidades da sociedade civil e manifestantes de modo geral nas dependências das casas, entre outras ações de pacificação em seu âmbito.

Defensores de Direitos Humanos

Audiência Pública alerta para descontinuidade dos programas de proteção

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados promoveu, no dia 26/10, audiência pública para debater a situação dos Programas de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas e a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

O presidente da CDHM, deputado Padre João (PT-MG), autor da iniciativa, entende que estes programas fazem parte do núcleo essencial das políticas de defesa dos Direitos Humanos, mas passam por fragilidades estruturais. “Centenas de pessoas estão com suas vidas dependentes destes programas, entretanto, muitos gestores apresentaram à CDHM os problemas estruturais que vem passando para implementá-los, seja por falta de repasses de verbas por convênios, pouca ou nenhuma participação da sociedade civil e precariedade nos vínculos entre os executores das políticas e as instâncias decisórias. Recebemos relatos de lideranças ameaçadas de morte que tiveram atendimento negado na Secretaria de Direitos Humanos durante o governo interino. Estes temas precisam ser visibilizados, atendidos e respondidos”, explica o deputado.

Padre João lembrou ainda que na semana anterior, em reunião deliberativa, a CDHM aprovou o envio de recursos no montante de R\$ 50 milhões por meio de emenda ao Orçamento da União para atendimento a programas de defesa dos Direitos Humanos, entre os quais os de proteção a pessoas sob ameaça.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria-Geral da República, Deborah Duprat, entende que há dois problemas centrais na gestão dos programas de proteção: o modelo de financiamento e a prestação de contas. “O modelo de financiamento é repleto de problemas. Não podemos ter em hipótese alguma a descontinuidade da proteção, e o convênio utilizado atualmente é o pior modelo possível para isso, porque quando não há repasse ou o contrato acaba, a proteção também encerra. O modelo de prestação de contas também é falho, pois uma instrução normativa do Tesouro Nacional cria tantos empecilhos que as entidades não dispõem de técnicos suficientes para dar conta das exigências impostas, o que acarreta no não recebimento de recursos”.

A diretora do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Karoline Alves de Castro, descreveu os programas existentes de proteção às testemunhas do Governo Federal e negou que esteja havendo desamparo, citando a assistência fornecida. “Aluguel, alimentação e itens de vestuário são cobertos pelo programa. Existe uma expectativa de comportamento, e caso esteja fora do esperado, dentro de regras claras e definidas pelo conselho deliberativo do programa, a pessoa pode ser excluída. O orçamento disponibilizado foi de mais de R\$ 14 milhões para estes programas”, informa.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) destacou o histórico da luta pelos Direitos Humanos no Brasil para reforçar a importância da participação social na mobilização do Estado brasileiro no desenho de programas que atendam às vítimas: “A sociedade

reconheceu que o Estado era o maior violador de Direitos Humanos e que, portanto, ele não poderia ser o único gestor dos recursos destes programas. Temos recebido muitas denúncias de descontinuidade, de falta de repasse de verbas, e isso significa que a vida dessas pessoas corre risco”. Maria do Rosário sugeriu a criação de um grupo de trabalho a partir da audiência no sentido de repercutir a audiência e buscar junto ao governo federal análise da modelagem atual e viabilidade dos programas de proteção, criando meios de financiamento permanente para estas iniciativas.

Os debatedores apresentaram um entendimento de que é necessário reforçar a interlocução com o Governo Federal para manter os recursos a estes programas. Os deputados Padre João e Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) encaminharam a intenção de dialogar com o relator do Orçamento, senador Eduardo Braga, para garantir a inclusão da emenda apresentada pela CDHM aos programas de proteção, assegurando os Direitos Humanos das vítimas.

No dia 21 de novembro o Deputado Padre João formalizou à Secretária Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, Flávia Piovesan, a necessidade de criação de um grupo de trabalho a fim de debater e convergir esforços para solucionar problemas prementes dos três programas de proteção, notadamente de regulamentação da celebração de parcerias e da prestação de contas.

Presidente da CDHM alerta sobre ameaça de morte recebida pelo deputado Luiz Couto e pede providências

Depois de receber denúncias de ameaças de morte contra o deputado Luiz Couto (PT-PB), o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, deputado Padre João (PT-MG), solicitou, no dia 05/10, ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e ao ministro da Justiça e Cidadania, Alexandre de Moraes, providências de garantia da segurança do parlamentar.

O deputado Luiz Couto, membro da CDHM, recebeu no dia 22 de setembro um aviso, através de um e-mail, sobre um plano orquestrado com a finalidade de assassiná-lo, a mando de um ex-policia militar. O próprio deputado já havia requerido à Polícia Federal e a órgãos de segurança do estado da Paraíba, inclusive ao governador Ricardo Coutinho, a investigação da procedência do e-mail e a veracidade das denúncias enviadas.

Muitas outras ameaças e informações sobre planos de atentados contra a vida do deputado Padre Luiz Couto já foram feitas nos últimos anos. O parlamentar já contou com a segurança da Polícia Federal, que foi suspensa.

Presidência da CDHM pede providências sobre assassinato de caçara

O 2º Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Deputado Nilto Tatto (PT/SP), no exercício das atribuições regimentais do colegiado, esteve em diligência ao município de Trindade (RJ), onde recebeu denúncias do assassinato do jovem caçara Jaison Caique Sampaio, de 23 anos, ocorrido no dia 2 de junho, dentro de sua própria casa.

Segundo os relatos dos comunitários, ouvidos pelo parlamentar, a família já vinha sendo ameaçada por dois sargentos da Polícia Militar, a serviço da empresa Trindade Desenvolvimento Territorial - TDT. No dia 02 de junho, os policiais teriam adentrado a residência de Jaison, sem qualquer mandado judicial; assassinaram-no, tentaram matar seu irmão e depois se dirigiram à delegacia alegando legítima defesa. A família tem medo de que a única testemunha do crime seja também assassinada.

De acordo com o deputado Nilto Tatto, “o crime insere-se em um conflito fundiário mais amplo, emblemático de uma aliança criminosa que muitas vezes ocorre entre empresas e policiais. A disputa pelos territórios do litoral de Trindade remonta à década de 1970, e os trindadeiros lutam por seu território e por sua gestão sustentável, enfrentando a especulação e a grilagem”.

A CDHM requereu, no dia 08/06, às autoridades locais informações sobre as investigações criminais. Para o presidente da CDHM, deputado Padre João, “a impunidade alimenta o ciclo de violência, e não pode ser tolerada. Ao mesmo tempo, expresse solidariedade aos caçaras, em homenagem à sua luta e resistência”.

Presidente e vice da CDHM manifestam solidariedade ao Condepe e defensores de Direitos Humanos em São Paulo

Diante de associações entre a investigação de participação de membro do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo com o próprio Condepe e com defensores de direitos humanos de forma geral, os deputados Padre João (PT-MG) e Nilto Tatto (PT-SP), emitiram nota com o seguinte teor.

“1. O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo - o CONDEPE - é uma referência nacional na defesa dos direitos humanos, pela legislação inovadora que o criou, pela trajetória histórica e coerente de 25 anos de vida e pelo compromisso das entidades que o compõem com a promoção e a defesa da cidadania. Dele

participam não só representativas entidades de defesa dos direitos humanos de São Paulo, como instituições da operação do Direito (a OAB, o Poder Judiciário, o Ministério Público), a Assembleia Legislativa e o próprio Governo do Estado.

2. Por essa trajetória, suas relações com o Governo do Estado de São Paulo têm sido tensas e conflituosas, marcadas pela autonomia e independência do Conselho na formulação de denúncias de violação dos direitos humanos e na proposição de políticas públicas para a promoção e a defesa desses direitos atingidos, muitas vezes, pelas instituições do Estado.

3. Não se justificam, pois, nos marcos de uma operação policial contra uma das principais chagas do Estado de São Paulo - o domínio dos presídios paulistas por facções do crime organizado - os ataques de autoridades públicas, de ampla repercussão midiática, contra o Conselho. É de se louvar que o combate ao crime organizado, que chegou onde está no controle de importantes unidades do sistema penitenciário paulista pela incúria, complacência ou omissão do Estado, avance e produza resultados na defesa dos direitos da população, intimidada pela violência, e da ressocialização de presos e presas nos marcos da lei. O que não se tolera é a tentativa de intimidação e difamação de uma das mais respeitáveis instituições de defensores e defensoras de direitos humanos do país e a desqualificação de sua atuação, como se verificou ontem e hoje.

4. As denúncias de violência policial, tortura e violação de direitos da população penitenciária do Estado de São Paulo são feitas pelo CONDEPE desde sua origem, em 1991, muito antes do domínio das facções criminosas sobre os presídios paulistas. A origem dessas denúncias é a inserção do Conselho numa triste realidade de opressão e marginalização, a relação das entidades que o compõem com agentes penitenciários, familiares, defensores e a própria população encarcerada. A consistência das denúncias, uma vez processadas pelo CONDEPE, é atestada por dezenas de casos que geraram investigações, denúncias e condenações de agentes públicos, bem como ampla repercussão em organismos nacionais e internacionais de direitos humanos. Esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados recebeu, em sua história, dezenas dessas denúncias e atesta a seriedade e equilíbrio com que o CONDEPE sempre procedeu na análise e encaminhamento da apuração das denúncias que recebeu.

5. É particularmente preocupante que tenham sido apreendidos os arquivos, inclusive digitais, documentos de caráter sigiloso sobre casos anteriores e em curso de violação aos direitos humanos. São registros de vidas em risco que estão agora sob a guarda de

instituições que devem respeito à identidade de vítimas e denunciantes de violações contida nesses arquivos. Essa Comissão solicita especial atenção do Poder Judiciário, do Ministério Público e das instituições policiais envolvidas nessa operação quanto ao resguardo da integridade e sigilo das informações ali contidas, bem como a mais rápida devolução ao Conselho dos mesmos, para que este possa dar continuidade a seus trabalhos.

6. Quanto à prisão temporária do vice-presidente do Conselho, Luiz Carlos dos Santos, o único dos mais de quarenta presos da operação a ter seu nome e acusações divulgados amplamente pelos órgãos policiais à imprensa, esta Comissão manifesta a necessidade de garantia dos direitos de ampla defesa e da presunção da inocência como valor indispensável na busca da Justiça. O que não se tolera é a criminalização do Conselho, a desqualificação de sua ação e denúncias e a condenação pública dos defensores de direitos humanos no curso de uma operação policial da qual se conhecem apenas fragmentos vazados para setores da mídia tradicionalmente sensacionalistas e contrários à defesa dos direitos humanos.

7. A CDHM solicitou ao Juízo de Presidente Venceslau especiais cuidados quanto aos arquivos apreendidos no CONDEPE e a garantia do sigilo sobre as informações nele constantes, bem como oficiou ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no mesmo sentido. Solicitou ainda ao Governo do Estado, em particular às Secretarias de Justiça e Defesa da Cidadania, da Administração Penitenciária e de Segurança Pública, informações sobre os inquéritos policiais correlatos à operação e a apuração do envolvimento de agentes públicos do Estado nas ações do crime organizado nos presídios paulistas.

8. Nossa solidariedade ao CONDEPE e aos defensores e defensoras de direitos humanos de São Paulo.

Brasília, 23 de novembro de 2016.

Dep. Padre João - Presidente

Dep. Nilto Tatto – 2º Vice-Presidente

Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados”.

Direito Humano ao Meio-Ambiente- A Tragédia de Mariana

Após audiência da CDHM, MPF impugna homologação de acordo da Samarco que excluiu participação de atingidos pelo rompimento da barragem

O Ministério Público Federal informou, no dia 30 de maio, que impugnou a homologação do acordo entre Samarco, União e governos de Minas Gerais e Espírito Santo.

Segundo noticiou o jornal Valor Econômico, o procurador regional da República Felício Pontes Jr, justificou a impugnação por não terem sido observados “pressupostos para o aperfeiçoamento do acordo, entre eles a ausência de participação popular na sua formulação e a falta de legitimidade dos entes federativos para dispor a respeito dos direitos das vítimas”.

No dia 25 de maio, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias havia realizado audiência pública para avaliar o acordo. Participaram quatro representantes de famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, além de representantes da Samarco, do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União e do Ibama.

Autor do requerimento da audiência pública, o presidente da CDHM, deputado Padre João (PT-MG), defende “a formulação de um novo pacto, desta vez com a participação das vítimas e dos Ministérios Públicos da União e do Estado de Minas Gerais”.

“Endosso a manifestação de cinquenta entidades da sociedade civil e de movimentos sociais que repudiam a homologação ocorrida ontem, por parte de Desembargadora do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, do acordo entre as empresas Vale, Samarco e BHP e os Governos Municipal, Estadual e Federal.

O acordo deveria visar à reparação, à mitigação e à compensação dos prejuízos decorrentes da tragédia de Mariana – o maior crime socioambiental da história do Brasil. Porém, na forma em que foi redigido, o instrumento serve acima de tudo para livrar os responsáveis de suas responsabilidades civis, administrativas e criminais.

As pessoas atingidas não participaram da construção do documento. Além disso, a homologação do acordo se deu no seio de um processo que não trata das compensações e que tramita em um juízo juridicamente incompetente para a causa – tanto que o Ministério Público não o ratificou diante das manifestas ilegalidades. Pelo contrário: dias antes da homologação o MPF instaurou ação para reparação de danos em mais de 150 bilhões de reais.

Qualquer acordo, para que seja válido, deve compreender a reparação integral pelos danos: não apenas pelos terríveis prejuízos ambientais, mas também pelo sofrimento

de pescadores, de pequenos agricultores, de indígenas e de populações tradicionais, decorrente da perda dos meios de subsistência, dos modos de vida e da memória impostos aos pescadores, pequenos agricultores, indígenas e populações tradicionais.

Os causadores dos danos – empresas e governos – não podem decidir, sozinhos, como as vítimas e o meio ambiente serão reparados. Não bastassem as consequências da tragédia, a realização de um acordo sem a participação efetiva das pessoas atingidas agrava o quadro de violação dos seus direitos humanos.

Por isso, reitero a exigência de que uma solução seja construída com a participação efetiva das atingidas e dos atingidos e dos membros do Ministério Público diretamente envolvidos com a demanda nos territórios”.

Manifestação da CDHM denuncia acordo da Samarco e defende pacto com participação de todos os envolvidos

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Padre João (PT-MG), enviou, no mês de junho, nota oficial às autoridades contra o acordo celebrado entre a Samarco e representantes dos poderes públicos federal, de Minas e do Espírito Santo sobre o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG). Em nome da CDHM, Padre João pede que o acordo tenha seus vícios sanados ou que seja anulado.

Contestado pelo Ministério Público Federal, o ajuste não contou a participação das vítimas da tragédia. Segundo o MPF, os valores monetários previstos também são insuficientes para a reparação dos danos causados. Estima-se que o total a ser pago até 2030 pela empresa ficaria entre R\$ 18 bilhões e R\$ 26 bilhões.

O documento preparado por Padre João baseia-se em audiência pública realizada pela CDHM o com participação de representantes das famílias atingidas, da Samarco, do MPF e da Defensoria Pública. Representantes das vítimas foram unânimes em reclamar que não foram ouvidos para a construção do acordo e que a empresa ignora suas manifestações.

Ações

Os representantes da mineradora na audiência afirmam que a empresa atua com base na transparência, na participação das comunidades impactadas e na fiscalização pelo poder público. Para Padre João, no entanto, está claro que isso não corresponde à realidade. “As violações de direitos humanos, a ausência de medidas de prevenção e recuperação e a falta de participação dos atingidos é a tônica em todas as falas dos representantes das comunidades”, ressalta.

Segundo explicou José Luiz Furquim Werneck Santiago, a Samarco assumiu o compromisso de reconstruir as localidades devastadas pelo rompimento da barragem e de executar um programa de ressarcimento e indenização às vítimas. Entre as ações em andamento, conforme disse, estão a recuperação de bens culturais, de atividades econômicas e produtivas, a reconstrução de sete pontes e a antecipação de indenizações de R\$ 20 mil a 338 famílias atingidas.

O acordo prevê ainda, de acordo com Santiago, apoio a povos indígenas afetados, desenvolvimento de programas de saúde, atendimento psicossocial a 1.185 famílias, recuperação das margens e da fauna do Rio Doce.

Acordo ilegítimo

O MPF, entretanto, garante que essas ações, além de insuficientes, são ilegítimas, pois foram acordadas entre os agentes do desastre. A Samarco é controlada pela BHP Billiton (anglo-australiana) e Vale, que conta com participação acionária do governo brasileiro. Diante disso, Padre João também destaca na nota que o “acordo parte de um pressuposto absurdo, foi firmado entre os causadores dos danos, sem participação das vítimas”.

De acordo com o procurador da República no Estado de Minas Gerais, integrante da Força Tarefa Rio Doce, Edmundo Antônio Dias, trata-se de “um consórcio governamental-empresarial”, o que fere a legitimidade processual. Além disso, segundo argumenta, os valores estabelecidos têm como referência o lucro da empresa, e não a necessidade de recuperação socioambiental. “Esses valores estão em patamar inferior ao lucro líquido da Samarco nos anos anteriores ao desastre”, afirma.

Diante disso, na ação civil pública ajuizada em dois de maio deste ano, o MPF estipula o valor da ação em R\$ 155 bilhões. O cálculo, segundo o procurador, foi estabelecido a partir do desastre ecológico ocorrido no golfo do México. “Não existe laudo técnico que possa dimensionar o valor dos danos e não há estudo socioambiental do problema causado pelo rompimento da barragem”, justifica.

A nota foi encaminhada para:

- o presidente do Tribunal Regional da Primeira Região, Mário César Ribeiro;
- a desembargadora federal relatora dos embargos declaratórios nos agravos de instrumento apresentados pelo MPF, Maria Do Carmo Cardoso;
- ao juiz federal Cláudio José Coelho Costa;
- ao governador de Minas Gerais, Fernando Damata Pimentel;

- ao governador do Espírito Santo, Paulo Cesar Hartung Gomes; e
- ao advogado-geral da União, Fábio Medina Osório.

Em dois de julho a Ministra Diva Malberli, do STJ, suspendeu o acordo, pelas seguintes razões: desrespeitou decisão do STJ de que a competência para julgar processos sobre a tragédia de Mariana seria da 12ª Vara Federal de Minas Gerais, onde tramita a ação dos 155 bi; não há indicativo de que qualquer município atingido tenha participado das negociações; não participou do acordo membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; não houve amplo debate sobre o acordo com a participação dos cidadãos, da sociedade civil organizada, da comunidade científica e dos representantes dos interesses locais envolvidos.

A Ministra manteve os efeitos das decisões que dizem respeito a providências emergenciais: estancamento do vazamento, avaliação da contaminação de pescados, controle da proliferação de espécies sintrópicas, elaboração de estudos de mapeamento dos diferentes potenciais de resiliência, depósito judicial inicial de dois bilhões de reais a serem utilizados na execução do plano de recuperação integral dos danos, apresentação de plano global de recuperação socioambiental da Bacia do Rio Doce etc.

A decisão da Ministra do STJ vai ao encontro da reivindicação dos atingidos, para que o acordo fosse anulado ou refeito e pela procedência da Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal. A suspensão do acordo também atende à reivindicação do Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Padre João (PT/MG). Há recursos judiciais procurando restabelecer a homologação do acordo, que, entretanto, segue sendo cumprido entre as partes, que consideram que ele é um instrumento particular.

CDHM realiza diligência para apurar situação dos atingidos por crime ambiental da Samarco/Vale/BHP

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), deputado Padre João (PT-MG), liderou diligência, entre os dias 31 de outubro e 5 de novembro, em dez municípios nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A diligência fez parte da “Jornada 1 Ano de Lama e Luta”, articulada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em parceria com movimentos sociais e comunidades atingidas pelo rompimento da barragem da empresa Samarco, controlada pelas

multinacionais Vale e BHP, classificado como o maior crime ambiental da história do Brasil. O episódio, que resultou na morte de 20 pessoas, completou um ano no dia 05 de novembro.

O objetivo da diligência foi apurar violações de Direitos Humanos das populações atingidas, ouvir relatos e denúncias de famílias vitimadas pelo episódio e avaliar o que tem sido feito por gestores públicos e empresas responsáveis pelo crime para reparar os danos profundos provocados pela passagem da lama, incluindo a destruição de cidades inteiras.

Segundo o deputado Padre João (PT-MG), é estarrecedor que em quase um ano tão pouco tenha sido feito para reparar os prejuízos de ordem econômica, social, cultural e religiosa. “Os relatos impressionaram. Nas cidades que visitamos no Espírito Santo, trabalhadores, donas de casa e proprietários de pequenos comércios relatam que até hoje beber água da cidade provoca doenças de pele e renais. Em Minas, devido à morte do Rio Doce, comunidades inteiras de pescadores perderam sua subsistência e a compensação que recebem é de um terço do que ganhavam, vivendo na miséria”.

Uma das observações que a equipe da CDHM fez durante a diligência é que a despeito do que dizem as empresas que cometeram os crimes, a lama segue descendo pelos rios. É o caso da foto que ilustra essa matéria, que mostra o encontro dos rios do Carmo e Gualaxo, em Barra Longa (MG), mostrando o cruzamento das águas limpas do Gualaxo com as enlameadas do Carmo, que seguem até desaguar no Rio Doce.

Padre João ressalta ainda a ação insuficiente do poder público na resolução destes danos, muitas vezes defendendo os interesses das empresas. “Nos relatos que ouvimos, ficou comprovada a tese que desenvolvemos a partir das audiências e reuniões que fizemos na CDHM anteriores à diligência: os governos estaduais de Minas e do Espírito Santo buscaram realizar acordos sem a participação dos atingidos, desconhecendo a realidade penosa das vítimas e propondo alternativas que estão muito aquém do necessário para reparar os danos econômicos, sociais e ambientais causados”, aponta.

Violações de Direitos Humanos

Durante os seis dias da diligência, a CDHM ouviu dezenas de atingidos e apurou de que forma as empresas envolvidas, órgãos públicos e autoridades políticas se posicionaram diante dos crimes praticados. A opinião quase unânime é a de que pouco foi feito.

Os relatos de violações de Direitos Humanos abordaram diversas facetas: o direito à água, vetado às populações das cidades do Espírito Santo e parte dos municípios de Minas, está exemplificado nas denúncias recebidas em Linhares e Colatina, ambas no ES, de que mesmo após um ano do episódio, a água para consumo não é potável e em algumas comunidades sequer pode ser utilizada para lavar a roupa.

Atingidos questionam também o critério adotado pela Samarco, Vale e BHP Billiton para selecionar os moradores aptos a receber os cartões com recursos visando a reparação dos prejuízos. Enquanto proprietários de estabelecimentos fechados em virtude da inviabilidade de uso do rio Doce receberam esta reparação, os trabalhadores demitidos nestes comércios foram excluídos dessa negociação. Grupos de pescadores procuraram a CDHM relatando estarem à beira da miséria, pois o que recebem mensalmente das empresas é cerca de um terço do que ganhavam com a pesca.

Povos indígenas manifestam que seu direito à religiosidade lhes está sendo negado. Como vários povos necessitam do rio para realização de rituais que promovem a relação deles com a água, a “morte” do Rio Doce impede a prática, afetando o direito de comungarem e a vida coletiva.

De maneira geral, identificamos oito frentes de constatações de Direitos Humanos violados:

1. **Negativa de cadastramento de pessoas atingidas pelo desastre.** Há diversos relatos de pessoas que afirmaram estar em situação similar a de seus vizinhos e parentes – como, por exemplo, viverem no mesmo bairro e desenvolverem a mesma atividade econômica – e, contudo, não terem sido incluídas no cadastro e, conseqüentemente restarem desprovidas do auxílio emergencial providenciado pela Fundação Renova. Tal fato releva grave violação da dignidade da pessoa humana, diante da supressão dos meios de subsistência de diversas pessoas (causada pelo desastre, de responsabilidade da Samarco, da Vale e da BHP Billiton), aliada à ausência de auxílio econômico.
2. **Impactos sobre a saúde dos atingidos.** Diversas foram as manifestações sobre os problemas de saúde decorrentes do consumo da água captada do Rio Doce, ainda que supostamente própria para o consumo.
3. **Discriminação contra a mulher,** verificada na negativa de cadastramento. Embora não seja expressamente adotado como critério pela Fundação Renova, há diversas reclamações relatando a negativa de concessão de benefícios a mulheres, sob os mais diversos argumentos – muitas afirmaram

a desconfiança dos responsáveis pelo cadastro em relação à realização da atividade pesqueira por mulheres, o que justificaria a concessão do benefício apenas para o *chefe de família*.

4. Prejuízo no **abastecimento de água potável**, constatado pelos inúmeros relatos ao longo do curso do rio, especialmente nos municípios de Colatina/ES e Governador Valadares/MG. Muitos temem efeitos de longo prazo do consumo de algum nível de metais pesados presentes no líquido. Diversas pessoas compram água mineral nesses municípios, outros valem-se de poços existentes na propriedade de amigos e parentes.
5. No que diz respeito aos habitantes do subdistrito de Bento Rodrigues, verifica-se estar em curso outro ato de violência pela mineradora Samarco: **a construção do Dique S4, que cobrirá parte considerável da vila**. É necessário que a eventual construção de dique na área afetada de Bento Rodrigues seja a última opção a ser considerada, de modo a preservar a memória dos moradores sobre o lugar em que se desenvolveu toda a sua história, além do acesso a território coletivo. Não obstante, parece esta ter sido a primeira opção considerada pela empresa criminosa, ratificada pelo Governo de Minas Gerais.
6. Ainda em relação aos moradores de Bento Rodrigues, consta que **ainda não foi construída a nova comunidade na qual se instalarão**. Imperiosa, portanto, a realização das obras da nova comunidade, a fim de garantir efetivar adequadamente o direito à moradia dessas pessoas, que foram as principais afetadas pelo desastre, promovendo, ainda que não de forma perfeita, o restabelecimento da forma de vida tradicional da comunidade.
7. **Indenização insuficiente das famílias afetadas**, especialmente das que dependiam do rio para desempenhar suas atividades.
8. **Desmobilização de movimentos sociais** que tentam alertar os atingidos sobre seus direitos. Relataram-se ameaças a atingidos por pessoas responsáveis pelo cadastramento, no sentido de que, caso se associassem a qualquer movimento social, o cartão-benefício fornecido poderia ser cancelado (para quem o recebesse) ou poderia dificultar a inclusão no cadastro.

As denúncias apuradas no relatório da diligência foram encaminhadas aos órgãos do Ministério Público Federal e Estadual, ao Comitê Interfederativo (para averiguar o cumprimento do mínimo reparatório estabelecido no TTAC), à Defensoria Pública da União e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. A apuração das denúncias e

a resposta dos entes públicos aos problemas encontrados foram acompanhadas por esta Comissão, que permaneceu disponível para ouvir todas as denúncias da população a respeito da continuidade de violações de direitos humanos ou de novas violações.

Direito à Água

CDHM levanta propostas para garantir direito humano à água

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados promoveu reunião aberta para avaliar as condições de uso da água como bem público na região do Semiárido Brasileiro, na Câmara Municipal de Montes Claros (MG), no dia 25/11.

A audiência contou com a participação do presidente da CDHM, deputado Padre João (PT-MG), autoridades estaduais e municipais e representantes de vários segmentos das comunidades da região Norte de Minas.

Padre João explicou que a CDHM realizou diligências em busca de propostas para construir uma contribuição consistente do Congresso Nacional. “Para isso, estamos dialogando com as comunidades atingidas pelo uso poluidor e irregular dos recursos hídricos, como fizemos há duas semanas numa visita às comunidades atingidas pelo rompimento criminoso da barragem da Samarco, Vale e BHP”.

A região do Semiárido, por estar passando por escassez de água, foi escolhida para ser uma das visitadas no âmbito desse projeto, esclarece o Deputado Padre João.

Participaram da audiência representantes de comunidades ribeirinhas, povos quilombolas, pequenos agricultores, acadêmicos e membros de entidades do movimento social, como o MAB, a CPT, a Cáritas e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, que nos trouxeram denúncias da atuação de conglomerados econômicos no sentido de bloquear o acesso à água destes grupos, seja por meio da monocultura do eucalipto, muito forte na região, ou por desvios de água dos poços artesianos, com a conivência de órgãos públicos.

As autarquias e demais estatais responsáveis por regulamentar a questão foram convidadas para o debate e, dentre as que compareceram, se comprometeram a levar as denúncias aos respectivos órgãos.

Direito reconhecido pela ONU

O deputado Padre João explicou que “o acesso à água ainda é pouco conhecido como direito humano nas próprias comunidades onde ela falta, mas é contemplado pela ONU,

ao estabelecer que a água limpa é um bem indispensável e insubstituível. Daí porque convidamos o principal porta-voz da ONU nesse tema para dar sua contribuição”.

O Relator Especial da ONU sobre os Direitos Humanos à Água Potável e ao Saneamento Básico da Organização das Nações Unidas (ONU), o brasileiro Léo Heller, em artigo publicado, lembrou que o Brasil, ao ratificar em 1992 o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), reconheceu o acesso à água como direito humano à alimentação adequada. A ONU define que a água é recurso natural limitado e bem público fundamental para a vida e a saúde, indispensável para viver dignamente e condição prévia para a realização de outros direitos humanos.

Outro conceito do referido Pacto é que “A água deve ser tratada fundamentalmente como um bem social e cultural e não como um bem econômico”, ou seja, nenhum interesse econômico pode se sobrepor ao interesse social e cultural.

Perspectiva ecológica

O Comitê dita, ainda, que “o modo pelo qual o direito à água é exercido deve ser sustentável, de tal forma que possa ser exercido pelas gerações atuais e futuras”. Desta forma, a garantia do direito à água articula-se com a garantia da preservação e do cuidado com o ambiente.

Em 2015 a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu o saneamento básico como um direito humano separado do direito à água potável. Essa deliberação fornece às pessoas uma percepção mais clara do direito ao saneamento, fortalecendo sua capacidade de reivindicá-lo quando o Estado falha em prover os serviços ou quando eles não são seguros, são inacessíveis ou sem a privacidade adequada.

Para o Deputado Padre João, “estes conceitos estabelecidos pela ONU impõem ao Brasil responsabilidades específicas para com suas populações. E abrem ao Legislativo a oportunidade de avançar na elaboração do Orçamento e de políticas públicas garantidoras do direito à água potável e ao saneamento”.

Ao lembrar das obrigações assumidas pelo Brasil perante a sua população e à ONU, Padre João indicou que “é preciso avançar na direção apontada pela ONU e isso significa ajudar a salvar os rios, nascentes e aquíferos, propiciando acesso à água para todos, protegendo a população de doenças e legando às atuais e futuras gerações o acesso a esse bem essencial à vida”.

Atingidos por Barragens

Audiência conjunta entre CDHM e CMADS lança livro e debate projetos hidrelétricos na região do Rio Tapajós

As comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) promoveram em audiência pública o lançamento do livro "Ocekadi: Hidrelétricas, Conflitos Socioambientais e Resistência na Bacia dos Tapajós".

O evento, que ocorreu no dia 15/09, reuniu comunidades, pesquisadores e movimentos para avaliar os impactos socioambientais dos processos de licenciamentos de projetos de hidrelétricas na região da Bacia dos Tapajós. Organizada a partir de requerimento de autoria do 2º vice-presidente da CDHM, deputado Nilto Tatto (PT-SP), a audiência foi uma oportunidade de mostrar a aliança entre o grande capital e o Estado para implantação de projetos que muitas vezes desconsideram a realidade local.

“A audiência mostrou o grau de organização e mobilização das comunidades para fazer o enfrentamento e a defesa de seus direitos. Significou também a possibilidade de um debate de projetos de lei em tramitação na Câmara que aprimoram o processo de licenciamento e fazem frente à bancada ruralista, que associadas aos setores que deram o golpe no Brasil, patrocinam o retrocesso em pautas ambientais”, disse Nilto Tatto.

CDHM apura violações de Direitos Humanos contra atingidos por barragem no Paraná

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou, nos dias 19 e 20.11, diligências ao estado do Paraná com o objetivo de averiguar violações de direitos humanos cometidas contra atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica do Baixo Iguaçu, na região de Capanema.

Uma comitiva de deputados federais participou da diligência, incluindo o presidente da CDHM, Padre João (PT-MG), Marcon (PT-RS), Zeca Dirceu (PT-PR) e Assis do Couto (PDT-PR), ex-presidente da CDHM. Os deputados estaduais pelo Paraná Professor Lemos e Tadeu Veneri também participaram da comitiva. Veneri representava a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná.

Nas diligências buscou-se ouvir famílias atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, organizadas em torno do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Os agricultores da Comunidade Marechal Lott, que dependem das terras para sobreviver, nunca foram indenizados ou reassentados pelo Consórcio Baixo Iguaçu,

responsável pela obra. Os relatos dão conta de que há três anos a empresa faz acordos que não são cumpridos, e as famílias seguem prejudicadas.

Em audiência pública realizada com a comitiva, o MAB e autoridades locais, a CDHM se comprometeu em elaborar um relatório das constatações de violações de direitos humanos feitas *in loco* e anexar a novas denúncias e pedidos de providências que serão feitos às autoridades cabíveis, dentre as quais está o Governo do Estado do Paraná.

“O quadro verificado na diligência revela que o capital privado e os grandes empreendimentos, nestes casos representados pela Araupel Celulose em Quedas do Iguaçu e pelo Consórcio Baixo Iguaçu em Capanema, têm sido priorizados em detrimento da vida e da subsistência do povo local. Em nome do lucro, o Estado opera uma cruzada arbitrária e violenta pela criminalização dos movimentos sociais no Paraná, além de agir com completo descaso diante das autoridades com as minorias políticas”, afirma o deputado Padre João.

Retrocessos nas Políticas Públicas

Defensores de direitos humanos manifestam preocupação quanto ao risco de retrocessos

A CDHM realizou, no dia 19/05, audiência pública aberta, com representações da sociedade civil, movimentos sociais e agentes públicos com atuação em direitos humanos, para debater uma agenda comum na área. Os expositores destacaram a importância do papel do colegiado como uma trincheira de resistência no contexto atual de ascensão de um governo que tem demonstrado pouco apreço às pautas de direitos humanos, e do acompanhamento das pautas legislativas relevantes, estejam elas tramitando ou não na CDHM.

Com grande diversidade de representações, a audiência contou, entre outros, com representantes de trabalhadores rurais, sindicalistas, ativistas da luta antimanicomial, feministas, atingidos por barragens, quilombolas, pescadores, indígenas e estudantes secundaristas.

Muitos debatedores criticaram a quebra da soberania popular, associada ao avanço contra direitos humanos civis, políticos e sociais previstos na Constituição e à retração em políticas públicas para trabalhadores, mulheres, negros, população de baixa renda e minorias. De acordo com Ivana Farina, presidenta do Conselho Nacional de Direitos Humanos, e Débora Dubrat, Sub-Procuradora Geral da República, é importante, nesse

momento, enfatizar o princípio do não retrocesso dos direitos expressos na Constituição de 1988. A advogada Lívia Magalhães, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, reafirmou o compromisso da OAB com a defesa dos direitos humanos.

Destacou-se, ainda, a importância da preservação das competências e da estrutura do Conselho Nacional de Direitos Humanos e dos conselhos de modo geral. O Secretário de Direitos Humanos de Minas Gerais, ex-Deputado Federal e ex-Ministro de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, ressaltou que o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos deve seguir sendo a diretriz da agenda de direitos humanos no Brasil.

Debatedores também criticaram a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e do Ministério da Cultura, além da fusão dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Segundo argumentaram, a redução de status político implica em perda de força política para os programas das pastas. Manifestou-se ainda preocupação quanto ao possível fim da SECADI (Secretaria de Diversidade do MEC) e de outras estruturas de promoção da diversidade e dos direitos humanos. Criticou-se, ainda, o desmonte da Empresa Brasil de Comunicação, considerando que a comunicação pública é importante para os direitos humanos porque existe para dar voz à população, independente de interesses de governos e do mercado.

Foram levantados, como sugestão para o plano de trabalho da CDHM, itens da agenda de direitos humanos, como infância e adolescência, segurança pública, sistema penitenciário e justiça criminal, criminalização de movimentos sociais e direito à liberdade de expressão, igualdade e diversidade de gênero e de orientação sexual, diversidade religiosa, promoção dos direitos das pessoas com deficiência, memória, verdade e justiça, direitos dos trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, pescadores e outros povos tradicionais, direito à saúde, tráfico de pessoas, direitos socioambientais e de atingidos por barragens e por grandes obras, direitos dos trabalhadores, direito à moradia, população em situação de rua, direito humano à comunicação e direitos dos migrantes.

A violência policial contra populações de periferia e a criminalização de movimentos sociais foi um dos principais objetos de preocupação expressos nas falas. De acordo com os ativistas, o direito à liberdade de expressão e participação é inerente à democracia. O Deputado Padre João (PT/MG), presidente da CDHM, ressaltou que o colegiado está aberto a todas as demandas. Ressaltou, ainda, a importância da laicidade do Estado como essencial aos direitos humanos e à democracia.

Somente articulação poderá barrar perdas de direitos, defendem participantes de Fórum Social e Parlamentar

A situação dos direitos humanos depois da instauração do governo interino de Michel Temer foi avaliada durante o Fórum Social e Legislativo Direitos Humanos pela Democracia, realizado em Brasília no dia 29/06.

De acordo com os presentes, somente por meio da unificação dos movimentos sociais e da comunicação eficiente com a sociedade seria possível resistir à retirada de direitos. Para os participantes do fórum, o “ataque à democracia” que o Brasil vive coloca em risco todas as conquistas sociais dos últimos anos. Nilma Lino, ex-ministra de direitos humanos, afirmou que o “golpe não é simplesmente parlamentar, mas extremamente complexo, elaborado e tramado há muito tempo”. “Foi também um golpe midiático, de gênero, de raça e classe, e contra os sujeitos que as políticas sociais em curso beneficiavam”, sustentou.

Para a ministra afastada, a extinção dos ministérios e secretarias voltados a minorias – mulheres, igualdade racial e políticas para a juventude – e sua transferência para o novo Ministério da Justiça e Cidadania é “uma mensagem clara” sobre como o governo interino se relaciona com os movimentos sociais. “É a leitura das lutas de movimentos sociais como se não fossem questão de direito, mas sim de segurança pública”, ressaltou.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Padre João (PT-MG), comparou a situação dos direitos humanos, sociais e políticos no Brasil a um edifício que está ruindo. “E minha angústia é que muitas pessoas estão esperando de braços cruzados”. Padre João ressaltou ainda que o país “tem um acúmulo de direitos que não são de um governo, mas foram conquistados com luta pelo povo” e precisam ser preservados.

Alerta social

De acordo com a ministra afastada do Desenvolvimento Social, Tereza Campelo, “desde 12 de maio, todos os dias um direito foi perdido”. Para acompanhar esse processo, foi criado o site www.alertasocial.com.br, que atualiza diariamente as perdas impostas pelo governo interino. O plenário do fórum decidiu criar também seu próprio observatório de ameaças a direitos, em conjunto com as iniciativas já existentes.

Como exemplo de prejuízos para as áreas sociais, Tereza Campelo explicou que, se o teto de gastos aprovado pelo governo Temer fosse imposto desde 2011, hoje a área de assistência social contaria com R\$ 55 bilhões, e não com os R\$ 78 bilhões atuais.

Campelo afirmou ainda que, além de congelar recursos, o governo interino começa a criminalizar os movimentos sociais e os gestores, com o objetivo de “desacreditar as políticas públicas e os pobres”.

“Acerto de contas”

No entendimento da deputada Érika Kokay (PT-DF), essa retirada de direitos “é pagamento de contas do golpe”. A deputada acredita que, ao enfraquecer a educação ou a saúde pública, desconstruindo a lógica do direito, o atual governo “abre espaço para o rentismo”, porque cria oportunidades para transformar essas políticas públicas em espaço do lucro da iniciativa privada.

Também para Paulo Pimenta o ataque a direitos econômicos, civis e sociais visa a atender a “grupos políticos que se articularam em torno desse golpe”. Segundo afirma, o governo Temer possui “uma agenda a cumprir, que não é opção e, sim, o custo do golpe, dos ajustes que foram feitos”.

Encontros regionais do Fórum Social e Parlamentar Direitos Humanos Pela Democracia

Participantes das três etapas regionais do Fórum Social e Parlamentar de Direitos Humanos pela Democracia denunciam retrocessos e buscam união para resistir.

Etapa pernambucana

No dia 22/07, em Recife, foi realizada a primeira etapa regional do Fórum, durante a 13ª edição do Fórum de Educação Popular (FREPOP).

O evento discutiu iniciativas para dar visibilidade às denúncias de violações em direitos humanos nos planos nacional e internacional e buscou estabelecer agenda permanente de diálogo entre os movimentos de direitos humanos e as várias frentes de luta contra o desmonte de políticas públicas.

Os participantes ressaltaram o desmonte de políticas públicas promovido pelo governo interino, em áreas estratégicas como educação, previdência e direitos humanos. Outro ponto de consenso e a necessidade de fortalecer as mobilizações pela democracia e contra qualquer tentativa de golpe de estado no país.

Participaram da coordenação da atividade as seguintes lideranças: os deputados federais Luiz Couto (PT-PB), Padre João (PT-MG) e Paulão (PT-AL), a deputada estadual de Pernambuco, Teresa Leitão, a vereadora em Recife Marília Arraes, o vereador em Olinda Marcelo Santa Cruz, e o secretário estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania do governo de Minas Gerais, Nilmário Miranda, com a mediação de Renato Simões, assessor da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara.

Etapa paulista

No dia 04 de agosto de 2016, foi a vez de São Paulo receber o Fórum Direitos Humanos pela Democracia. O evento ocorreu na Câmara Municipal da capital paulista, e teve como objetivo construir convergência entre as várias lutas pelos direitos humanos, com respeito à democracia; discutir iniciativas e dar visibilidade às denúncias de violações dos direitos humanos em nível nacional e internacional e estabelecer uma agenda permanente com entidades, movimentos sociais e ativistas de São Paulo para evitar a perda de direitos com o desmonte do estado promovido pelo governo de Michel Temer.

O evento contou com a presença da ministra de Mulheres, Igualdade Racial, Direitos Humanos e Juventude no governo da presidenta Dilma Rousseff, Nilma Lino Gomes, do ex-ministro da Secretaria Geral da Presidência República, Gilberto Carvalho, os deputados federais Padre João (PT-MG) e Nilto Tatto (PT-SP), deputados estaduais, vereadores e operadores da área do direito.

“Em poucos meses do governo ilegítimo, tivemos perda de décadas. Conquistas e direitos foram jogados no lixo. Quando a Constituição é violada, entra o vale tudo. Políticas, programas e Ministérios foram extintos. Negros, índios, pobres, jovens são as maiores vítimas deste processo. É preciso organizar e lutar para impedir este processo que acontece de maneira muito veloz. Temos que resistir,” afirmou o presidente da CDHM, deputado Padre João.

Etapa mineira

Ativistas de Direitos Humanos, parlamentares, representantes de movimentos sociais, de trabalhadores e da juventude participaram, no dia 11/08, da etapa regional do Fórum Social e Parlamentar "Direitos Humanos pela Democracia", na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Cerca de 200 pessoas lotaram o teatro da AL-MG para reafirmar a resistência a quaisquer tentativas de retrocessos democráticos, criticando o desmonte de políticas públicas do governo interino, que ferem direitos até então consolidados no arcabouço social do país.

Como o evento ocorreu em Minas Gerais, ativistas mineiros chamaram a atenção para questões locais, denunciando a truculência da Polícia Militar nos últimos meses, como no episódio da desocupação da Funarte. Ressaltaram também a necessidade de romper preconceitos e fortalecer a luta de segmentos historicamente importantes na luta pelos direitos humanos.

Para o presidente da CDHM, deputado Padre João (PT-MG), o evento significou um marco importante na luta pela democracia. "Em uma conjuntura onde os direitos das pessoas estão sendo arrancados, o Fórum traz uma contribuição relevante para o fortalecimento dos grupos que estão na luta diária pelos direitos humanos e pelo respeito à legalidade e à democracia", disse. O evento contou com a presença do deputado federal Adelmo Leão (PT-MG), e teve o apoio da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Participação e Cidadania.

Etapa goiana

Outra edição do Fórum foi realizada no auditório da Assembleia Legislativa de Goiás, em Goiânia, no dia 18 de agosto.

O evento foi realizado pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; de Direitos Humanos, de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Cidadania e Legislação Participativa do Estado de Goiás, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas de Goiânia; pelo Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino; Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil, Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), Frente Brasil Popular, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); CIMI, CUT, CTB, CPT, Programa de Direitos Humanos da PUC, Programas de Direitos Humanos das Universidades UFG, PUC, UEG e IFG; Instituto Brasil Central (IBRACE), Observatório Goiano de Direitos Humanos

(OGDH), Coordenação de Ações Afirmativas CAF e Núcleo de Direitos Humanos, Educação e Movimentos Sociais da Universidade Estadual de Goiás.

Cerca de 100 pessoas estiveram no auditório Solon Amaral da Assembleia para reafirmar a resistência a quaisquer tentativas de retrocessos democráticos, criticando o desmonte de políticas públicas do governo interino, que ferem direitos até então consolidados no arcabouço social do país.

Como o evento ocorreu em Goiás, ativistas goianos chamaram a atenção para questões locais, denunciando massacres de populações indígenas e ataques ao direito à terra de camponeses devido ao avanço implacável do agronegócio. As lideranças destacaram o papel de entidades do estado na resistência ao golpe em uma conjuntura política desfavorável à agricultura familiar, pois as forças do Estado muitas vezes tratam os trabalhadores do campo como criminosos, citando como exemplo a prisão de militantes do MST (Movimento Sem-Terra), considerados presos políticos pelos movimentos sociais.

Para o presidente da CDHM, deputado Padre João (PT-MG), o evento significou um marco importante na luta pela democracia. "Em uma conjuntura onde os direitos das pessoas estão sendo arrancados, o Fórum traz uma contribuição relevante para o fortalecimento dos grupos que estão na luta diária pelos direitos humanos e pelo respeito à legalidade e à democracia. Não se trata contra um golpe apenas a um partido ou à presidenta Dilma Rousseff, mas a direitos que foram conquistados há décadas e estão sendo dilapidados, disse.

CDHM pede explicações a ministros interinos

No dia 06/07 a CDHM aprovou pedido de explicação, solicitado pelo Deputado Nilto Tatto (PT/SP), para que o governo esclarecesse a Portaria 611/16, que suspende o funcionamento de vários órgãos do ministério por 90 dias. Entre os programas afetados está o de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, da Secretaria Especial de Direitos Humanos. "Tem pessoas correndo risco de vida, e nós temos responsabilidade de saber o que está ou não funcionando", afirma.

A comissão ainda aprovou requerimento de informação ao ministro-chefe interino do Gabinete de Segurança Institucional, General Sérgio Etchegoyen, a pedidos dos deputados Patrus Ananias (PT-MG) e Nilto Tatto (PT-SP). Os parlamentares querem que Etchegoyen explique a intenção, noticiada pela imprensa, de criar um sistema de vigilância para monitorar organizações da sociedade civil. Para Tatto, essa iniciativa

seria uma “afrenta à consolidação da democracia brasileira, porque essas instituições fazem parte do aprimoramento do sistema democrático”.

Direitos dos Povos Indígenas

Presidente da CDHM pede agilidade em demarcações

No dia 09/05 o Presidente da CDHM, Deputado Padre João (PT/MG), pediu ao então ministro da Justiça, Eugênio Aragão, que assine portarias demarcatórias de terras tradicionais que aguardam publicação.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário e o Instituto Socioambiental, havia 14 portarias prontas para serem assinadas, referentes às Terras Indígenas Bragança-Marituba (PA), Irapuá (RS), Jauary (AM), Kanela Memortumré (MA), Lago do Limão (AM), Maró (PA), Munduruku-Taquara (PA), Riozinho (AM), Tumbalalá (BA), Votouro/Kandóia (RS), Wassu-Cocal (AL), Tupinambá de Olivença (BA) e Barra Velha do Monte Pascoal (BA).

Para Padre João, a demarcação de terras indígenas é um imperativo da Constituição da República. De acordo com ele, instabilidade sobre as terras tradicionais é em si uma violação dos direitos humanos, além de ser causa de conflitos que geram ferimentos e mortes.

Presidente da CDHM, Deputado Padre João, recebe lideranças indígenas do Acre

O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, Deputado Padre João, recebeu no dia 22/06 uma delegação com quatorze lideranças indígenas do Acre. As lideranças relatam que a negligência quanto à demarcação de suas terras, a ofensiva dos latifundiários nesse sentido e a possibilidade de aprovação da PEC 215 – Projeto de Emenda Constitucional que atribui ao Congresso a tarefa de demarcações de terras indígenas, de titulação dos territórios quilombolas e de criação de unidades de conservação ambiental - configuram as maiores ameaças contra eles.

Além dos conflitos demarcatórios, as lideranças pedem atenção especial para a saúde e para a educação, negligenciados nos territórios indígenas. A falta de medicamentos, barcos para transporte de pacientes e de escolas são problemas relatados por eles, e que revelam a omissão do Estado diante das violências cotidianamente cometidas.

O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias pediu providências ao Ministério da Justiça interino, solicitando um relatório de todos os territórios indígenas do Acre e a fase de processo demarcatório em que se encontram, a fim de que a Comissão possa se inteirar mais detalhadamente sobre a situação desses povos naquele estado e tomar as providências cabíveis.

Parlamentares visitam indígenas atacados no MS

Com o objetivo de verificar de perto a situação dos indígenas do sul de Mato Grosso do Sul, atacados a balas por fazendeiros no dia 14/06, uma comitiva de deputados viajou para o local. O grupo de três parlamentares – o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Padre João (PT-MG), o vice-presidente, Paulo Pimenta (PT-RS) e Zeca do PT (PT-MS) – conversaram com pessoas que estiveram no local do ataque.

O agente de saúde indígena Clodiode Rodrigues Souza, de 20 anos, da etnia Guarani e Kaiowa, foi morto e cinco outros ficaram feridos, entre eles uma criança, atingida na barriga. A comitiva visitou os feridos no hospital. Lá constataram que os tiros foram para matar, pois atingiram somente regiões vitais, como peito e abdômen. Segundo as vítimas, fazendeiros da região, com auxílio de pistoleiros, já chegaram ao acampamento atirando.

De acordo com o diretor hospital, Genivaldo Silva, até aquele momento a polícia não tinha comparecido ao local para investigar os crimes, nem solicitado nenhuma informação. Segundo afirma, esse é um “comportamento diferente do padrão” de quando ocorre esse tipo de delito.

Retomada

Os conflitos ocorreram na aldeia Ivu/Amambaipaguá, a 20 km da cidade de Caarapó, onde índios procedem ao que chamam de retomada, processo em que ocupam terras habitadas por suas etnias no passado.

O território em disputa nesse episódio foi ocupado pelos Guarani e Kaiowa, mas entregues pelo poder público a fazendeiros de fora da região décadas atrás. Hoje, o

local encontra-se em processo de demarcação e foi declarado como terra tradicional indígena pelo Governo Federal no início deste ano.

Na visita ao local do conflito, o líder Ernesto Veron relatou que o ataque foi promovido por “umas 200 caminhonetes com pistoleiros, fazendeiros e mais o sindicato rural Famasul”.

Ao jornal Folha de S. Paulo, o assessor jurídico da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), Gustavo Passarelli, disse que a entidade não tinha informações sobre o conflito de terça-feira. Ainda segundo o advogado, a federação orienta seus filiados a “ficarem dentro da legalidade, aguardar as decisões do Poder Judiciário” e evitar “qualquer ação que envolva violência”.

“Sem piedade”

De acordo com as vítimas, quem participou do ataque foi um fazendeiro chamado Virgílio. Conforme relatam, no dia anterior Virgílio foi, acompanhado por policiais do Departamento de Operações de Fronteira, da Polícia Militar, e da Polícia Federal, tentar convencer os indígenas a sair das terras ocupadas. Como não houve acordo, asseguram que ele jurou voltar para “resolver do meu jeito”.

Eliezer Benotes relata que os fazendeiros “atiraram sem piedade, não para assustar, mas para matar” além de queimaram uma oca, motos e todos os pertences indígenas, que depois enterraram em valas, como constataram os deputados.

Tio do indígena assassinado, Zenildo Isnarde, que presenciou o momento dos tiros fatais e socorreu o sobrinho, sustenta que o grupo indígena estava desarmado. “A única arma que estão carregando é a lágrima, pelo menino que se perdeu”.

De acordo com matéria da Folha, no primeiro ataque os índios realmente estavam desarmados. Segundo o jornal, somente depois do primeiro confronto, um grupo de indígenas teria rendido três policiais militares e capturado seus armamentos – três pistolas, uma escopeta e onze carregadores.

Luta

A líder Valdelice Veron reforça não se tratar de confronto. “É ataque dos pistoleiros a mando dos latifundiários, somos perseguidos por sermos indígenas, mas não vamos recuar, porque essa terra é de nós, Kaiowá e Guarani”, sentencia.

Padre João assegurou às vítimas: “a esperança de vocês é nossa esperança, a luta de vocês é nossa luta”. O deputado ressaltou ainda que a tarefa dos parlamentares é fazer

valer a justiça. “Não há dúvida que a terra pertence a vocês, e houve de fato o início do processo de demarcação, os fazendeiros têm o direito de contestar, com documentos, não com armas”.

Paulo Pimenta lembrou que, infelizmente, as tragédias envolvendo povos indígenas têm sido corriqueiras, embora a luta indígena busque “nada mais, nada menos” que o cumprimento da Constituição, o direito à terra. “A constituição dá prazo de cinco anos [para a demarcação de terras indígenas], já se vão 30”, destacou.

O deputado também reclamou da impunidade. “Não é possível mais nem uma morte impune, se fazendeiros não concordam [com a demarcação] que vão à Justiça, e não façam massacre, essa foi uma ação criminosa, utilizaram milícia privada”, asseverou.

Já Zeca do PT disse que os defensores dos povos indígenas no Congresso têm “adversários poderosíssimos” – latifundiários, bancada ruralista, governo e parte do Judiciário. “Mas continuaremos resistindo, como vocês resistem aqui”.

No enterro, Padre João afirmou que ali estava sendo enterrado o corpo, mas não a esperança de efetivação dos direitos indígenas.

Apoio

A comitiva teve apoio logístico da Força Aérea Brasileira, do Ministério Público Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Acompanharam os trabalhos a Defensoria Pública da União, a Fundação Nacional do Índio e diversos movimentos sociais, sindicatos e organizações da sociedade civil. A Força Nacional de Segurança, cuja determinação de atuação foi emitida pelo Ministro da Justiça no dia 15, chegou à terra indígena no momento da visita dos parlamentares.

Deputados da CDHM discutem situação de indígenas com procurador geral da República

No dia 06/07 o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Padre João (PT-MG), juntamente com um grupo de parlamentares, reuniu-se com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para tratar da situação dos indígenas do sul do Mato Grosso do Sul. O principal assunto da reunião foi a garantia de proteção a esses indígenas, principalmente a suas lideranças, ameaçados de morte pelos fazendeiros da região.

Para cobrar providências contra massacres de indígenas no MS, presidente da CDHM participa de audiência com ministro interino da Justiça

O presidente da CDHM, deputado Padre João (PT-MG), o 2º vice-presidente da CDHM, Nilto Tatto (PT-SP) e o deputado Ságua Moraes (PT-MT), que preside a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, realizaram no dia 24/08 uma audiência com o ministro interino da Justiça, Alexandre de Moraes.

Os parlamentares apresentaram o relatório da diligência realizada em 15 e 16 de junho aos municípios de Dourados e Caarapó, ambos no Mato Grosso do Sul, onde houve atentados com vítimas fatais contra indígenas do povo Guarani-Kaiowá. Padre João destacou a urgência de colocar cerca de dez lideranças ameaçadas de morte no programa de defensores de direitos humanos protegidos e ressaltou a necessidade de repactuar a relação entre os indígenas e a Polícia Federal, pois tanto a PF como a Polícia Militar da região se colocam ao lado dos ruralistas. A Justiça, por sua vez, demorou mais de 40 dias para expedir mandados de prisão contra os executores dos crimes, contribuindo para a sensação de impunidade.

Eles cobraram do ministro interino providências e o acompanhamento do ministério para garantir a segurança, a integridade e a vida das comunidades indígenas.

Por fim, o presidente da CDHM entregou relatórios de uma CPI criada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, além de relatórios do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que evidenciam a escalada da violência contra os indígenas na última década.

Além desses diálogos, o presidente da CDHM solicitou audiência com o Diretor-Geral da Polícia a fim de tratar pessoalmente das demandas dos povos Guarani e Kaiowá e da denúncia de parcialidade da atuação da Polícia Federal no confronto. A assessoria do Diretor-Geral afirmou que ele estava ciente do pedido, mas não confirmou a agenda.

Solicitou ainda a inclusão dos indígenas ameaçados no Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos, à Secretária Especial de Direitos Humanos Flávia Piovesan. O pedido foi recebido mas não houve resposta.

Ato público comemora Dia Internacional dos Povos Indígenas

Indígenas de todo o País realizam mobilizações em Brasília no dia 9 de agosto, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), como Dia Internacional dos Povos

Indígenas. Com o objetivo de ouvir os índios e outras comunidades tradicionais, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou ato comemorativo no dia 03/08, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

Resultado da mobilização de povos de todo o planeta, a data foi criada em 1995 como forma de apoiar a luta dessas comunidades por condições dignas, e, principalmente, pelo direito à autodeterminação de suas vidas e culturas. O Brasil conta com cerca de 850 mil indígenas, divididos em mais de 200 etnias, de acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010.

A declaração da ONU garante às etnias indígenas o pleno desfrute de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos pela Carta das Nações Unidas, Declaração Universal dos Direitos Humanos e por toda a legislação internacional de direitos humanos. Conforme explica o presidente da CDHM e autor do pedido para a realização do evento, deputado Padre João (PT-MG), “dessa forma, a ONU equipara os direitos dos indígenas aos atribuídos pela entidade aos demais povos e etnias do mundo”.

O evento recebeu também lideranças de outras comunidades tradicionais, como quilombolas, agricultores familiares, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos e apanhadoras de flores. Para Padre João, “o ato representa uma oportunidade de diálogo entre o Parlamento e brasileiros que detêm grande saber tradicional, contribuem para a produção de alimentos saudáveis e constroem a identidade cultural do país, mas têm pouco acesso aos canais de representação”.

Para o presidente da CDHM e autor do requerimento, deputado Padre João (PT-MG), “este é um momento de nos organizar e nos fortalecer contra a supressão de direitos. Portanto o ato marca a resistência dos povos tradicionais e aliados no Congresso contra o desmonte de conquistas sociais pelo governo interino. Será uma oportunidade de diálogo entre o parlamento e esses brasileiros que detêm grande saber tradicional, prestam significativa contribuição para a produção de alimentos saudáveis e ajudam a construir nossa identidade cultural”.

Presidente da CDHM recebe lideranças e manifesta apoio à manutenção de programas de saúde indígena

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), deputado Padre João (PT-MG), recebeu hoje lideranças de povos indígenas que buscaram apoio da Comissão para a manutenção de programas voltados à saúde indígena.

Leonardo Aragão / CDHM



Os indígenas apresentaram um documento intitulado “Mobilização Nacional Indígena”, que manifesta, entre outras coisas, a preocupação com as tentativas de limitar a atuação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e seus Distritos Sanitários Especiais (DSEIs), que compõem o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, integrante do Sistema Único de Saúde e considerado uma das maiores conquistas do movimento indígena brasileiro.

Portarias recentes editadas pelo Ministério da Saúde engessaram a atuação destes órgãos e resultaram em iniciativas de municipalização da atenção básica e da gestão da saúde indígena, o que desagradou às comunidades originárias.

A transferência de gestão do poder público para as Organizações Sociais também gera desconforto entre os indígenas, pelo fato de significarem um retrocesso do princípio da universalidade da saúde consagrado no SUS.

Os povos indígenas reafirmam a necessidade de que a gestão da saúde pública seja feita pelo governo federal, com garantia orçamentária e financeira para a SESA e realização de concursos públicos específicos para a saúde indígena.

Padre João reiterou o apoio da CDHM à causa indígena e lembrou diligências recentes da Comissão ao Mato Grosso e na semana passada aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, ouvindo povos indígenas atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. Destacou, ainda, os efeitos deletérios da PEC 241, rebatizada de 55 no Senado Federal, sobre esta demanda, uma vez que os investimentos em saúde ficarão congelados por 20 anos, caso seja aprovada.

Após a reunião, o deputado Padre João encaminhou um ofício solicitando apoio do ministro da Saúde, Ricardo Barros, à pauta dos povos indígenas.

Genocídio de povo Guarani-Kaiowá no MS é incontestável, conclui missão conjunta do Parlamento Europeu e CDHM

Entre os dias 05 e 09/12 realizou-se missão conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e do Parlamento Europeu, em Brasília

e no Mato Grosso do Sul para encontrar soluções a um tema que vem ocorrendo de forma sistemática no estado: o que consideram genocídio do povo indígena Guarani-Kaiowá. Foram cinco dias de cinco dias de debates, visitas a aldeias, reuniões de trabalho com o Ministério Público Federal e parlamentares. A delegação brasileira foi liderada pelos deputados federais Padre João (PT-MG), presidente da CDHM; Janete Capiberibe (PSB-AP), Edmílson Rodrigues (PSOL-PA) e Zeca do PT (PT-MS). O senador João Capiberibe (PSB-AP) foi representado por assessores.

A agenda começou com uma audiência pública na segunda-feira (05.12), que reuniu os representantes do Parlamento Europeu, parlamentares brasileiros, organizações que lutam pelos direitos dos povos indígenas, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), e indígenas de diversas etnias. A vinda da delegação europeia não foi por acaso.

Fruto da resistência dos Guarani-Kaiowá, que denunciaram em organismos internacionais o extermínio a que estão sendo submetidos em suas terras, o tema provocou debates no âmbito do Parlamento Europeu, composto por 751 membros (todos eleitos de forma direta) e que resultaram em uma resolução do órgão condenando os atos de violência contra os integrantes da etnia Guarani-Kaiowá, apelando às autoridades brasileiras para que tomem medidas imediatas de preservação de direitos humanos e de um plano de trabalho que priorize a conclusão da demarcação de todos os territórios reivindicados pelos Guarani-Kaiowá, uma vez que muitos dos assassinatos de indígenas estão relacionados com a ocupação de terras ancestrais por fazendeiros e empresas, algumas delas multinacionais.

O eurodeputado Francisco Assis, de Portugal, que liderou a delegação do Parlamento Europeu, explicou os motivos da missão “Temos boas relações com o estado brasileiro. Não queremos aqui trazer lições, ensinar nada a ninguém ou resolver o problema, pois sabemos que não está no nosso alcance nem é da nossa competência. Viemos trazer nossa solidariedade, dizer que sua luta é a nossa luta, pois é algo que vai além do vosso povo, envolve toda a humanidade. Sejam europeus, asiáticos, americanos e africanos, quem se preocupa com os Direitos Humanos tem que estar ao lado da luta do povo Guarani-Kaiowá.

Ainda de acordo com Francisco Assis, a resolução visa conscientizar a opinião pública europeia sobre o genocídio contra os indígenas. “Nós fizemos essa resolução também para alertar a Europa do que está ocorrendo. Sabemos que temos uma responsabilidade histórica sobre esta questão e que o problema começou no dia em que pisamos aqui. Podem contar com nossas ações políticas, de fazer sentir junto à opinião pública europeia a situação de um povo que tem todo o direito de existir, de ter

sua própria visão de mundo. Fui informado que os ruralistas desistiram de conversar conosco, de expor nossos pontos de vista. Vejo nessa atitude uma forma de violência. Quando não buscam o diálogo, legitimam o embate. É no diálogo que certos princípios universais, de justiça, surgem. Quero dizer que podem contar conosco. Presenciamos muitas discussões difíceis e vemos como é difícil lutar por direitos que parecem estar absolutamente conquistados.

Desenvolvimento e sangue

No vôo de ida e no percurso de ônibus, contando com o apoio da Aeronáutica brasileira e da Polícia Rodoviária Federal, a vista da janela do avião impressiona quando a delegação sobrevoa o Mato Grosso do Sul. Os vastos territórios tomados por plantações de soja dão um sinal da pujança do agronegócio brasileiro. No entanto, as boas impressões cedem lugar ao desconforto e à tristeza na primeira parada, a aldeia Kunumi Verá, no município de Caarapó. Em frente ao túmulo do agente de saúde Clodiode Aquileu Rodrigues de Souza, 26 anos, assassinado em junho num ataque perpetrado por fazendeiros, as lideranças da aldeia contam detalhes do atentado que resultou em um morto e dezenas de feridos. “Vinha bala de todo lado. Não tínhamos para onde correr”, relata Uelson, que foi um dos porta-vozes dos Guarani-Kaiowá durante a visita.

Para o deputado Padre João, presidente da CDHM, não se tratava de um local desconhecido. Padre João esteve no enterro de Clodiode e narrou o que foi feito, no âmbito da CDHM, de junho até aqui. “Cobramos do Ministério da Justiça a inclusão de lideranças no programa de proteção à testemunha, e pedimos ao Procurador-Geral da República a continuação do inquérito. Depois do nosso apelo houve prisões, mas infelizmente alguns deles já foram libertados. Vamos continuar acompanhando de perto o inquérito sobre este episódio”. E lembrou a importância da mobilização popular para barrar retrocessos. “A luta de vocês é muito importante, mesmo sendo uma minoria, é fundamental. Atos como o que vocês fizeram de ocupação do plenário, que impediu a votação da PEC 215. Se não fosse isso, talvez ela teria sido aprovada. Essa foi uma conquista de vocês.

Nas visitas às aldeias Guayviry e Aty Guasu, novos relatos vieram se juntar aos episódios conhecidos. A imagem de uma senhora, quase centenária, falando em sua língua guarani da dor e inquietude que sente pelo desaparecimento de seu filho, Nizio Gomes, liderança Guarani-Kaiowá da cidade de Aral Moreira, mostra que o estado de barbárie assola o dia-a-dia das comunidades indígenas. Na aldeia Aty Guasu, a delegação participou de uma assembleia que reuniu parentes de vítimas assassinadas.

Segundo informações do Cimi, 426 indígenas foram mortos apenas no Mato Grosso do Sul entre 2003 e 2015.

No terceiro dia da diligência, a delegação foi recebida pelo procurador da República no Mato Grosso do Sul, Marco Antônio Delfino, que mostrou iniciativas do órgão na defesa dos interesses dos indígenas.

A reunião com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul foi reveladora dos dois pontos de vista dissonantes em relação ao genocídio de indígenas. De um lado, a argumentação dos ruralistas, expressa na figura da deputada estadual Mara Caseiro, de que não existe extermínio dos índios e que o motivo de tantas mortes é que eles próprios se matam nas aldeias, acusando o Cimi de estimular o confronto entre indígenas e brancos, manipulando a audiência. Do outro, a perspectiva dos parlamentares brasileiros da diligência, que receberam os apelos das comunidades após dois dias de relatos e recebimento de denúncias.

“Os parlamentares europeus levarão uma mensagem de que a soja produzida no Brasil, assim como o milho e o etanol, e que são exportadas para a Europa, tem marcas de sangue indígena”, aponta o deputado Padre João.

Agendas institucionais

De volta à Brasília, a delegação europeia se reuniu com a presidenta do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Ivana Farina, que narrou os esforços do espaço de representação da sociedade civil na garantia dos direitos dos indígenas, e estiveram com o subprocurador-geral da República, Rogério de Paiva Navarro, que externou os retrocessos em curso relacionados à questão indígena, como a PEC 215.

Por intermédio do senador João Capiberibe, os representantes do Parlamento Europeu teve um encontro com o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL). O senador alagoano se comprometeu a acompanhar o caso de perto e se dispôs a inclusive visitar o Mato Grosso do Sul para contribuir com a resolução do genocídio.

Encaminhamentos

A representação europeia, que esteve no Brasil o dia 10.12, produzirá um relatório com as denúncias de violações de Direitos Humanos recebidas com o intuito de sensibilizar o restante do Parlamento Europeu, bem como o conjunto da sociedade do continente, para o genocídio dos Guarani-Kaiowá.

O chefe da missão, deputado Francisco Assis, reiterou que os eurodeputados presentes no Brasil não podem regimentalmente propor sanções comerciais ao país em função do genocídio, mas que a omissão e a falta de medidas urgentes de proteção aos direitos indígenas pode ter um impacto comercial negativo para o estado do Mato Grosso do Sul, sobretudo para as commodities do agronegócio.

Assis sinalizou a intenção de promover nova missão oficial do Parlamento Europeu ao Brasil em 2017 com o objetivo de averiguar os avanços na proteção dos direitos dos povos indígenas, com ênfase à situação do Mato Grosso do Sul.

Em agosto cinco fazendeiros foram presos pelos fatos ocorridos na Fazenda Yvu. Os pedidos de prisão foram feitos pelo MPF. Os mandatos foram cumpridos no dia 18 de agosto, embora a Justiça Federal de Dourados tenha determinado as prisões em 5 de julho.

Violência no Campo

Estado compactua com aumento da violência no campo, dizem debatedores em audiência pública

Participantes de audiência pública sobre violência no campo no dia 02/08 relataram aumento expressivo dos assassinatos decorrentes de conflitos agrários ano passado e denunciaram a convivência do Estado com as agressões. De acordo com a coordenadora-executiva nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Jean Ann Bellini, de janeiro até agora já foram 32 mortes. “Se continuar neste ritmo, serão 61 ao final do ano”, calcula.

O relatório *Conflito no Campo Brasil 2015*, da CPT, mostra que de 2004 a 2014 o número de mortes permaneceu estável – oscilou entre 39 e 26 anualmente. No ano passado começou nova escalada, e o número de camponeses mortos chegou a 50.

Para o representante da CPT de Rondônia, padre Afonso Maria das Chagas, esse crescimento “reflete, não só o avanço do agronegócio com sua sanha por abocanhar terras públicas, mas evidencia a convivência do Estado”. Prova disso, na opinião do padre, é a “enxurrada de liminares” para retirar assentados de terras públicas.

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) também denunciaram a ação do Estado contra os movimentos sociais. O representante do movimento no Paraná Rudmar Moeses afirma que no estado não enfrentam milícias pagas por fazendeiros, o “aparelho repressor do estado é que comete a violência”.

Fim do mito

Para o jornalista do diário O Estado de São Paulo, Leonêncio Nossa, autor de uma série de reportagens sobre a violência no campo, essa realidade mostra que não se pode mais acreditar no “mito” da ausência do Estado. Ao contrário. “Há dificuldades, mas a polícia e o Judiciário estão muito presentes nessas ações todas, muitas vezes para matar”, denuncia.

Na opinião de Nossa, isso ocorre porque o País hoje vive um “grande consenso em defesa de um agronegócio que tem pareceria com a pistolagem e com a destruição da floresta amazônica”.

O deputado Nilto Tatto (PT-SP) ressalta que esse setor foi eficiente em se vender como moderno e convencer de que o destino do Brasil é ser celeiro do mundo. Entretanto, ressalta, “tem um braço armado que está matando quem quer um pedaço de terra para produzir alimento sadio e mais barato”.

O chefe adjunto da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, João Akira Omoto, concorda que não faltam recursos estatais para solucionar os conflitos pela terra. “Há falta de prioridade para tratar das ações de combate à violência no campo”, diz.

Omoto relatou que levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostra que apenas 7,5% dos casos de homicídio no campo foram julgados entre 2005 e 2008. “A Justiça deveria determinar ações para mudar esse quadro”, reivindica.

Violência simbólica

Para o procurador, esses dados mostram também a existência de uma violência simbólica do poder público contra os trabalhadores rurais. “O Estado sequer produz dados sobre essa chaga, e, por não conhecer a violência no campo, também não produz políticas públicas para combatê-la”.

Presidente da CDHM e um dos autores do pedido de realização do debate, o deputado Padre João (PT-MG), destacou que esses fatos demonstram a necessidade de se discutir o papel do Judiciário, e como setores da Justiça têm sido parciais. “Por um lado, temos trabalhadores presos, alguns que estavam mediando conflitos, e, por outro, a impunidade dos matadores, já que só 7,5% dos inquéritos são concluídos”, pontua.

Padre João acredita que as instituições devem honrar a natureza de sua existência ou também vão cair no descrédito e concorrer para o fim da democracia. “Ela já está ameaçada, uma vez que quem deveria representar o povo não representa”.

Criminalização

Como parte da “violência simbólica”, se intensifica a criminalização dos movimentos sociais, conforme os participantes da audiência. O representante do MST em Goiás Luiz Zarref sublinhou que este ano a Justiça já decretou a prisão de quatro integrantes do movimento com base na Lei 12.850/13, que tipifica organizações criminosas.

O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário, Cleber César Buzatto, afirma que esse processo se estende a lideranças indígenas e a defensores dos interesses dos índios. Demonstração disso, segundo ele, são medidas como a Proposta de Emenda à Constituição 215/00 e a CPI da Funai (Fundação Nacional do Índio), capitaneadas por deputados da bancada ruralista. A PEC 215 transfere para o Congresso a competência para demarcar terras indígenas.

O deputado Patrus Ananias (PT-MG), que também apresentou requerimento para debater a violência no campo, considera “muito grave” esse movimento de criminalizar os movimentos sociais. “Aprendemos com a História que direitos não caem do céu nem brotam espontaneamente da terra, são construídos nas lutas sociais”, ressalta.

Com a criminalização, na concepção do deputado, os agentes públicos querem criar uma ordem jurídica estanque, em que não haja mais possibilidade de se instituírem novas formas de convivência. “Isso é impedir a construção de novos valores sociais na busca de uma Justiça cada vez mais eficaz”.

Providências

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Padre João, solicitou providências investigativas sobre o assassinato dos irmãos Nivaldo Batista Cordeiro e Jesser Batista Cordeiro, integrantes da Liga dos Camponeses Pobres. Solicitou ainda informações acerca dos inquéritos policiais instaurados a respeito do desaparecimento ou assassinato de sete trabalhadores rurais no Estado e sobre procedimentos administrativos sobre o envolvimento de policiais e/ou outros agentes do Estado nos delitos. Solicitou também a realização do exame necrológico para confirmar de forma definitiva a identidade do cadáver reconhecido como sendo da liderança do MAB Nicinha, morta em janeiro.

O deputado também apresentou ao Procurador-Geral da República Rodrigo Janot, no último dia 13 de julho, representação contra o Deputado Jair Bolsonaro, que, durante discurso, incentivou que militantes de movimentos sem-terra fossem baleados. De acordo com o parlamentar, “o discurso de Jair Bolsonaro é criminoso e uma violação dos direitos humanos, uma vez que defende a agressão armada contra populações rurais no Brasil, o que é um dos principais problemas no Brasil hoje. A incitação ao crime, especialmente contra a vida, é vedada a todos, inclusive a nós parlamentares”.

Em audiência, CDHM promove debate sobre transferência de terras da União para o Amapá

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara realizou no dia 24/08 audiência pública sobre transferência de terras da União para o estado do Amapá.

Autora do requerimento para a audiência, a Deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) afirma que é favorável à transferência das terras, mas considera que o decreto foi apressado e está causando insegurança aos assentados, agricultores familiares, comunidades extrativistas, pescadores, ribeirinhos e quilombolas.

Após a assinatura do decreto para a transferência das terras, ações violentas foram desencadeadas por detentores de títulos ilegais emitidos pelo órgão de terras do estado. Esses portadores de títulos não vivem nas áreas em que alegam ser donos. Residentes na área, pequenos agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos e pescadores têm sido ameaçados, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Participaram do debate o Coordenador da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, Luciano Mariz Maia; a Coordenadora-Geral de Regularização de Território Quilombolas do INCRA, Isabelle Picelli, e o Coordenador da Comissão Pastoral da Terra no Amapá, Padre Sisto Magro, e José Dumont, Superintendente Nacional de Regularização Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A deputada Janete Capiberibe defendeu a necessidade de uma integração maior entre o governo do estado do Amapá, órgãos federais como o Incra e o Ministério Público. “O decreto acabou potencializando os conflitos que já existiam no Amapá, pois o processo de transferência das terras foi realizado sem condições mínimas de garantia dos direitos dos beneficiados, causando ainda mais transtornos por falta de acompanhamento”, ressaltou.

Como consequência prática da audiência pública, ficou acordado a retomada da interlocução entre Ministério Público Federal (6ª Câmara e procuradores federais no Estado do Amapá), a CPT e o IMAP, com o respaldo da CDHM.

Presidente da CDHM pede recriação da Ouvidoria Agrária Nacional

Criada em 1996, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, após o Massacre de Eldorado dos Carajás, que matou 19 trabalhadores sem-terra, a Ouvidoria Agrária Nacional (OAN) foi extinta em 2016 no bojo da reforma administrativa de Michel Temer.

À OAN competia promover gestões visando à resolução de tensões e conflitos sociais no campo; estabelecer interlocução com os governos estaduais, municipais, movimentos sociais, produtores rurais e sociedade civil, visando prevenir, mediar e resolver as tensões e conflitos agrários para garantir a paz no campo; diagnosticar tensões e conflitos sociais no campo, de forma a propor soluções pacíficas; consolidar informações sobre tensões e conflitos sociais no campo, com o objetivo de propiciar às autoridades subsídios atualizados e periódicos para tomada de decisão; e garantir os direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em tensões e conflitos sociais no campo.

A Ouvidoria Agrária Nacional também era responsável pelos trabalhos da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo (CNVC), ação interministerial criada em 2006 com missão de sugerir medidas para prevenir, combater e reduzir as diversas formas de violência praticadas contra trabalhadores rurais, proprietários rurais, remanescentes de quilombos, ribeirinhos e atingidos por barragem. A OAN e CNVC desenvolveram o Plano Nacional de Combate à Violência no Campo.

Fruto do trabalho conjunto articulado pela OAN, hoje existem no país 8 Varas Agrárias Federais, 12 Varas Agrárias Estaduais, 20 Promotorias Agrárias Estaduais, 16 Delegacias de Polícia Civil Agrárias, 16 Polícias Militares Agrárias, 28 Ouvidorias Agrárias Regionais do Incra, 9 Ouvidorias Agrárias em Unidades Avançadas do Incra, 2 Ouvidorias Agrárias Estaduais, 16 Defensorias Públicas Agrárias Estaduais, 19 Tribunais de Justiça que baixaram provimentos orientando os magistrados a ouvirem o Ministério Público, Incra e Institutos de Terras antes de decidirem acerca de pedidos liminares de reintegração de posse de imóveis rurais em litígios coletivos, 6 Comissões Estaduais de Resolução de Conflitos Agrários, 2 Recomendações Agrárias expedidas por Ministérios Públicos Estaduais, e 1 Comissão das Relações Agrárias da OAB.

A extinção da OAN significa eliminação de um espaço mínimo de diálogo com o governo, nessa seara tão conflituosa.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2015 foram 50 pessoas assassinadas em conflitos rurais. Esse número é 39% superior ao de 2014, quando 36 pessoas foram assassinadas. O Conselho Indigenista Missionário aponta que só em 2015 foram assassinados 54 indígenas no Brasil. A OAN registrou em 2015 44 homicídios no meio rural, dos quais 10 não foram decorrentes de conflitos agrários e 16 mortes foram decorrentes de conflitos agrários (18 ocorrências ainda estão em investigação e o número de mortes decorrentes de conflitos agrários pode oscilar). Nos primeiros cinco meses de 2016 o número de homicídios no campo já chegou a 24.

De acordo com o Presidente da CDHM, “esses dados que demonstram a necessidade dos trabalhos do órgão, para interlocução e resposta às demandas decorrentes de conflitos no campo. Sem a mediação da Ouvidoria, prevalecerá o poder do mais forte, um poder que frequentemente se expressa pelas armas”. Em carta do dia 02/12, Padre João solicitou a recriação da Ouvidoria Agrária Nacional.

Presidente da CDHM recebe denúncia de ataque a auditores fiscais do trabalho

Grupo Especial de Fiscalização Móvel foi alvo de tiroteio em São Felix do Xingu (PA), no exercício de suas funções. Representações dos auditores fiscais do trabalho, policiais rodoviários federais e de procuradores do trabalho pediram, no dia 31/05, ao deputado Padre João (PT-MG), atenção ao tema.

Uma equipe do Grupo Especial de Fiscalização Móvel - GEFM, formada por Auditores-Fiscais do Trabalho, Policiais Rodoviários Federais e um Procurador do Trabalho, foi alvo de tiros durante uma ação de fiscalização na Terra do Meio, interior de São Felix do Xingu, no Pará, no dia 18 de maio. A fiscalização teve como foco o combate ao trabalho escravo.

Segundo narraram integrantes do grupo, a equipe de fiscalização se deparou com um veículo com seis trabalhadores. Na ocasião, os trabalhadores informaram que tinham acabado de ser ameaçados, agredidos e expulsos de uma fazenda em que laboravam. A agressão partiu de sete homens encapuzados, que portavam armas de fogo longas, de calibres 12 e 44.

Diante da situação, parte do GEFM conduziu os trabalhadores à Vila Central, para resguardar sua segurança. O restante do grupo se dirigiu à outra fazenda, que também era alvo da ação fiscal. Ao chegar ao local, a equipe de fiscalização constatou que a casa onde os trabalhadores ficavam alojados estava toda revirada. Dessa forma, eles foram procurar a sede da fazenda.

No percurso, o grupo se deparou com os agressores, que passaram a disparar tiros de dentro da caminhonete em que estavam. Diante da reação da Polícia Rodoviária Federal na troca de tiros, os agressores fugiram pelo mato, abandonando a caminhonete, deixando no veículo documentos, armamento, munição, GPS, rádio e uma elevada quantia de dinheiro.

Diante desses fatos, a Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, do Ministério do Trabalho, suspendeu a operação na Região, para que a ocorrência seja investigada pela

polícia e o grupo possa voltar a trabalhar em segurança. No momento, toda a equipe está na Vila Central.

Frequentemente Auditores são alvos de ameaças e agressões de empregadores infratores, que descumprem as normas do trabalho decente. As agressões acontecem de Norte a Sul do país, aí incluída a Chacina de Unaí, em Minas Gerais, a mais emblemática, em que três trabalhadores foram assassinados.

Comissões debatem denúncias de trabalho escravo no Sul de Minas

No dia 15/06 as comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Trabalho, de Administração e Serviço Público realizaram audiência conjunta para discutir denúncias de trabalho análogo ao escravo em fazendas produtoras de café no sul de Minas Gerais.

Autor de um dos requerimentos para a realização do debate, o deputado Padre João (PT-MG) ressalta que as empresas Nestlé e Jacobs Douwe Egberts reconheceram que podem ter comprado café de locais que utilizam trabalho escravo. De acordo com matéria do jornal britânico The Guardian, a Nestlé confessou ao centro de pesquisa norueguês DanWatch não ter condições de rastrear a origem dos produtos que adquire por se tratar de uma cadeia complexa, que envolve atravessadores.

A matéria do Guardian afirma que um empregado das fazendas produtoras de café recebe 2 dólares (cerca de R\$ 6,85) para encher uma saca de 60 litros, o que equivaleria a menos de 2% do preço do produto. Ainda segundo o jornal, a DanWatch observou que esses trabalhadores frequentemente utilizam pesticidas banidos da União Europeia. Por isso, reclamam de dificuldades para respirar, problemas de pele e de filhos com malformação congênita.

Segundo a Organização Não Governamental (ONG) Repórter Brasil, dedicada à erradicação do trabalho escravo no país, entre 1995, quando o governo reconheceu a existência do trabalho escravo no território brasileiro, e 2015 foram libertados mais de 47 mil trabalhadores nessa condição.

Outra das autoras do pedido de realização do evento, a deputada Érika Kokay (PT-DF) adiantou que irá apresentar requerimento para criar comissão ou grupo de trabalho para tratar do assunto. Segundo ela, esse grupo deverá trabalhar por uma legislação que preveja rito diferenciado na investigação desse tipo de crime e impeça a comercialização de produto que contou com trabalho escravo.

O presidente da CDHM, deputado Padre João (PT-MG), destacou a precariedade na fiscalização. Isso ocorre, conforme acredita, “porque o Estado ainda é mínimo em relação ao trabalhador”. Acompanhar o assunto mais de perto, “vai ajudar a separar o joio do trigo e a banir o trabalho escravo, de modo a garantir o respeito do trabalhador”.

Estatísticas

Segundo o superintendente regional do Ministério Trabalho e Emprego em Minas Gerais, Marcelo Gonçalves Campos, entre 2012 e 2015 o órgão resgatou 1.023 trabalhadores em condição análoga à escravidão em Minas Gerais. De acordo com o superintendente, apesar de tratar-se de uma situação abominável, “os números são ínfimos”.

No Brasil, como destacou o assessor jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Frederico Toledo Melo, os casos chegaram a 47 mil entre 2013 e 2014, 61% deles em atividades urbanas.

Para o coordenador da Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais (Adere-MG), Jorge Ferreira dos Santos Filho, no entanto, a situação é muito pior do que aparece nas estatísticas. Segundo afirma, condições de trabalho degradantes e jornada excessiva são praticamente a regra nas fazendas de café.

Como explicou o superintendente do trabalho de Minas, para que a atividade seja considerada análoga à escravidão a lei exige quatro condições – trabalho forçado, servidão por dívida, trabalho degradante e jornada exaustiva. “É à luz dessa doutrina e jurisprudência que atuamos”, disse.

Direitos trabalhistas

Santos Filho, entretanto, considera essa exigência legal insuficiente. Em sua opinião, o Estado deveria levar em consideração também o cumprimento da legislação trabalhista. Conforme afirma, mais de 50% dos trabalhadores das fazendas cafeeiras de Minas estão na informalidade. Segundo ele, inspeção da Adere verificou que “na fazenda Alagoas, no Sul do estado, 83% dos empregados não tinham carteira assinada, em Santana do Jaguaré, 54%, e em Campanha, 58%”.

Ainda de acordo com o coordenador da Adere, é comum a contabilidade oficial das fazendas mostrar renda de R\$ 1.800, quando, na realidade, o empregado recebe salário mínimo. O mesmo ocorreria no momento das rescisões contratuais, em que o contratante obrigaria o trabalhador a assinar recibo de até R\$ 3 mil, “quando ele não recebeu nada”.

O ativista afirmou que a Adere vai denunciar o governo brasileiro “por financiar essa situação”, uma vez que os bancos oficiais continuam a conceder financiamento a empregadores que praticam tais infrações.

Já o presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), Silas Brasileiro, ressaltou que dos 300 mil cafeicultores brasileiros, somente 10 encontram-se na lista suja do trabalho escravo. “Nas outras atividades foram 339 empresas”, comparou.

Ações

Silas Brasileiro informou que a CNA estuda ações para punir agricultores que utilizam trabalho escravo. Uma delas seria proibir as cooperativas, exportadores e indústria de comprar o produto resultante do crime. “Consideramos essa a medida mais válida, porque não vão ter para onde escoar a produção. Esperamos fechar esse acordo ainda este ano”, sustentou.

Por sugestão do deputado Nilto Tatto (PT-SP), a comissão encaminhou ofício ao Ministério do Trabalho pedindo intensificação da fiscalização das fazendas cafeeiras no período de colheita. A denúncia também foi incluída no relatório paralelo da CDHM ao mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU).

Sistema Prisional

CDHM realiza missão extraordinária a Manaus e Boa Vista, cidades onde ocorreram as primeiras chacinas em presídios em 2017

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) concluiu no dia 12 de janeiro de 2017 diligência extraordinária aos estados do Amazonas e Roraima para apurar as providências tomadas e os desdobramentos das chacinas ocorridas em presídios nas capitais dos dois estados, Manaus e Boa Vista, na primeira semana do ano.

Liderada pelo presidente da CDHM, deputado Padre João (PT-MG), a missão foi realizada mesmo em meio ao recesso parlamentar, tendo em vista a gravidade dos fatos, com 99 presos mortos dentro de complexos penitenciários.

Em Manaus, a comitiva da Câmara visitou o Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), onde 56 presos foram mortos. O governo do estado do Amazonas não liberou o acesso aos presos e restringiu a visita às áreas administrativas do presídio, onde a delegação foi recebida pelo secretário de administração penitenciária do Amazonas, Pedro Florêncio.

Em seguida, foram inspecionadas a Penitenciária Feminina, vizinha ao prédio do Compaj, e a Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal, onde quatro presos foram mortos no domingo (08.01). Na Cadeia Pública, o deputado Padre João conseguiu conversar com alguns detentos.

“Podemos observar de acordo com os relatos do próprio secretário que o poder público não tem o menor controle sobre o que está ocorrendo dentro dos presídios. As facções criminosas dominam e subjagam os presos, e até armas de grosso calibre, como escopetas, entraram no Compaj, o que demonstra a corrupção ou no mínimo a conivência de agentes públicos”, afirma Padre João.

As condições da Cadeia Pública chocaram a comitiva. A construção que abriga o centro de detenção tem mais de cem anos e não traz condição mínima de guarda dos presos nem de trabalho para os agentes penitenciários e policiais que fazem a segurança, gerando uma série de temores tanto para os detentos como aos profissionais da segurança pública.

Para Padre João, a situação trágica encontrada no Amazonas mostra a falência do modelo de terceirização implantado no estado. “A iniciativa privada, quando assume a gestão de um presídio, visa apenas o lucro. O custo de um preso no Amazonas para os cofres públicos é o dobro da média nacional, e os presos não tem condição nenhuma de ressocialização, estão à mercê das organizações criminosas e com acesso fácil a armas e drogas. Essas chacinas mostram que é uma falácia afirmar que o sistema penitenciário pode ser administrado com eficiência e transparência por empresas privadas”, ressalta.

A CDHM realizou também uma reunião com familiares de presos mortos ou que sobreviveram ao massacre no Compaj, com a intermediação da Pastoral Carcerária. Os relatos indicam que a possibilidade de chacina era iminente no local e que as autoridades sabiam do que estava sendo tramado, inclusive com cartas dos próprios detentos que denunciavam o risco.

Roraima

A comitiva seguiu de Manaus até Boa Vista, capital de Roraima, e visitou a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, onde 33 presos foram mortos supostamente por represália da facção criminosa cujos integrantes foram mortos no Amazonas.

Em conversa com os presos, a CDHM constatou a condição insalubre em que os presos se encontram: ausência de kits de higiene básica, com itens essenciais como creme dental e papel higiênico, comida de má qualidade, algumas vezes estragada, e superlotação das celas. Em determinadas alas da penitenciária, há mais que o triplo de detentos do que a capacidade máxima do espaço.

As condições de trabalho dos agentes penitenciários também chamaram a atenção da CDHM. Na penitenciária feminina de Roraima, por exemplo, agentes relatam que em alguns dias haviam apenas dois funcionários em um turno, o que torna praticamente impossível a gestão do presídio e o atendimento de demandas, como por exemplo, um transporte de emergência médica.

A superlotação encontrada nos dois estados chama a atenção para um problema que necessita de enfrentamento imediato pelo Poder Judiciário: a aceleração das execuções penais. Foram dezenas de relatos de presos que já cumpriram sua pena e seguem detidos; outros com penas brandas que poderiam ter sido transferidos para o regime semiaberto, ou seja, a morosidade da Justiça contribui com a superpopulação carcerária, concluiu Padre João.

Esse foi um dos temas tratados na reunião com a governadora de Roraima, Suely Campos, e o secretário estadual de Justiça e Cidadania, Uziel Castro. A CDHM apresentou as denúncias recebidas por presos do estado e reforçou a urgência de criação de um novo modelo penitenciário que não se limite apenas a criação de novas vagas. O deputado Padre João revelou que buscará contato com a presidenta do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministra Carmen Lúcia, solicitando que o CNJ priorize a organização de mutirões para minimizar o acúmulo de execuções penais no sistema carcerário nacional.

Relatório

Ao retornar das diligências, o deputado Padre João apresentou um relatório com as denúncias e apontando propostas e encaminhamentos para as questões identificadas nos três dias da diligência. O relatório foi oferecido como subsídio ao Parlamento

brasileiro e foi encaminhado para entidades de Direitos Humanos que acompanham a questão carcerária no país, além de autoridades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Violência Policial e Judicial

Presidente da CDHM pede providências ao governador do RJ sobre homicídios na Cidade de Deus

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Padre João (PT-MG), solicitou ao governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, informações sobre as providências tomadas pelo governo estadual para apurar a autoria dos crimes de sete jovens encontrados mortos na comunidade Cidade de Deus, na madrugada do dia 20/11.

A suspeita é de que as mortes possam ser uma represália à queda de um helicóptero da Polícia Militar na região, que vitimou quatro policiais, no dia anterior.

“Os homicídios praticados por agentes do Estado em comunidades de baixa renda, notadamente contra jovens negros, é um dos mais severos problemas de direitos humanos no Brasil. Pela possibilidade de que se trate de mais um episódio dessa natureza, esta Comissão, no exercício de suas atribuições regimentais e constitucionais, instaurou procedimento para acompanhar os desdobramentos das investigações”, afirma o deputado.

Abusos em detenção de Anthony Garotinho

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados recebeu, no dia 23 de novembro, denúncia de violação dos direitos humanos do ex-deputado e ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, formalizada por sua filha e deputada federal Clarissa Garotinho, referente aos episódios de sua recente prisão, de ampla repercussão nacional.

Relatou a deputada, testemunha dos fatos, arbitrariedades cometidas por ordem judicial e ação policial contra o seu pai, em particular no processo de transferência da unidade coronariana do Hospital Municipal Souza Aguiar para a Penitenciária de Bangu, notoriamente sem condições técnicas para receber um custodiado pelo Estado em crise cardíaca, transmitida em rede nacional de TV e redes sociais em toda a sua cruza e violência, no último dia 17.

De acordo com o relato dos fatos pela deputada Clarissa Garotinho, amparada em documentos pessoais, matérias de jornais e redes sociais, a violência cometida contra seu pai foi institucionalmente determinada pelo juiz Glaucenir Silva de Oliveira e cumprida por policiais federais comandados pelo Delegado Paulo Cassiano, após ameaças de prisão ao médico-chefe da unidade coronariana do Souza Aguiar, a serem apuradas.

Presidente da Comissão, o deputado Padre João manifestou solidariedade ao ex-deputado e sua família e determinou providências para que as denúncias fossem instruídas e processadas pela CDHM junto a órgãos competentes para a apuração das violações.

"A escalada da criminalização da política, com forte apelo e articulação midiáticas, tem produzido, a pretexto da justa e necessária luta contra a corrupção, atentados contra os direitos humanos individuais e coletivos, e é objeto de preocupação desta Comissão", enfatizou o deputado Padre João. "Nada justifica a espetacularização da prisão e da transferência do ex-governador, exposto à execração pública quando custodiado pelo Estado, que deveria proteger sua privacidade e direitos, e ainda mais sua saúde, integridade física e a própria vida, colocadas em risco neste episódio lamentável".

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias alertou para a necessidade de apuração dos fatos em defesa não apenas do ex-governador, mas de "centenas, milhares de cidadãos e cidadã que, antes mesmo de formalizadas culpa e condenação, são arbitrariamente submetidos a um sistema penitenciário com mazelas internacionalmente conhecidas. Não se trata de um caso individual excepcional, mas de uma triste regra que atinge especialmente os mais pobres e desassistidos. Apurar e punir casos exemplares como esse deve servir para aprimorar o sistema e impedir que novas vítimas sejam produzidas", afirmou.

"A decisão do Tribunal Superior Eleitoral, nos autos da ação de apuração de crime eleitoral do ex-governador motivador da prisão, de lhe conceder habeas corpus para responder ao processo em liberdade com restrições, parece ser muito mais equilibrada e de acordo com a legalidade e a Justiça", avaliou o presidente da CDHM.

Entre as providências tomadas pela presidência da Comissão, destacam-se os pedidos de apuração das arbitrariedades cometidas pelo juiz, junto ao Conselho Nacional de Justiça, e pelos policiais responsáveis pela operação, junto à Corregedoria da Polícia Federal e à Procuradoria Geral da República, bem como a solicitação de documentos e sindicâncias da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e ao Conselho

Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro para apuração da possível coação e assédio moral contra profissionais de saúde e violação dos princípios e procedimentos do SUS - Sistema Único de Saúde. A Comissão ainda orientou a família e colocou-se à disposição para respaldar uma solicitação formal de verificação das denúncias pelos organismos internacionais de Direitos Humanos, em especial o Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.

Agressão policial mata jovem em parque de Brasília

O jovem Thiago Henrique de Moura Soares voltava com um amigo, no dia 13 de outubro, de um evento cultural no Parque da Cidade, em Brasília quando, no caminho, foi abordado por policiais, momento em que Thiago correu e os agentes o seguiram. Familiares da vítima o encontraram na 1ª Delegacia de Polícia com diversos hematomas pelo corpo, algemado e em convulsão. Em seguida, o jovem foi atendido pelo SAMU e após dias de internação, veio a falecer em 27 de outubro de 2016.

A Polícia Militar do Distrito Federal divulgou nota afirmando que, ao tentar fazer uma busca pessoal na vítima, esta teria tentando sacar a arma de um dos policiais, tendo sido necessário o uso progressivo da força. Após parcialmente imobilizado, prossegue o relato policial, “o abordado começou a lesionar a própria cabeça e joelhos batendo-os no chão. Ao tentar impedir essa autolesão, um dos policiais foi mordido pelo abordado. Em seguida, uma outra equipe chegou em apoio e foram necessários cinco policiais para que o indivíduo parasse de se lesionar e fosse totalmente imobilizado”.

A versão divulgada pela polícia foi contestada pela família, que argumenta que os hematomas espalhados pelo corpo do jovem não eram compatíveis com autolesão. De fato, a hipótese de que uma pessoa se lesionar de forma tão grave a ponto de estar inconsciente no hospital não é verossímil.

O caso foi amplamente noticiado e é objeto de investigação criminal por meio do Inquérito Policial nº 472/2016 em trâmite na 1ª Delegacia de Polícia Civil do Distrito Federal, bem como, de procedimento instaurado de ofício pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

A CDHM solicitou ao procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e a secretária de Segurança Pública que investigassem a responsabilidade dos agentes públicos envolvidos diretamente no episódio, diante dos fortes indícios de ocorrência de violência

policial e/ou abuso de autoridade. Além disso, a CDHM solicitou ao Instituto Médico Legal que a perícia informasse se as lesões encontradas no corpo do jovem eram compatíveis com a descrição contida no inquérito.

Direito Humano à Alimentação

Seminário pelo Direito à Alimentação propõe articulação institucional contra retrocessos no combate à fome

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, em parceria com movimentos sociais, nos dias 30/11 e 1/12, Seminário Nacional sobre Direito Humano à Alimentação. Na ocasião, o modelo de produção agrícola concentrado em grandes propriedades e a precarização das políticas de apoio à agricultura familiar foram criticados.

Presidente da comissão e da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, o deputado Padre João (PT-MG) denunciou os retrocessos nas políticas públicas e o desmonte do Estado, pano de fundo do modelo.

"Estamos em uma conjuntura especialmente difícil de esvaziamento dos programas que visam a distribuição de renda e o bem-estar dos cidadãos e de perseguição a lideranças e gestores. Fico preocupado porque é um desmonte muito grande: fecham o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, esvaziam-se o Incra e a Funai, e não conseguimos dialogar com o público diretamente atingido para que haja uma reação."

Quilombolas

Mariza Rios, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), destacou a falta de atenção às comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, mesmo com os avanços alcançados nos últimos anos.

"São muitos os exemplos. Pegamos apenas um relatório do próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS): 55,6% dos que vivem nas comunidades quilombolas passam fome; 41% das crianças passam fome. A percentagem dos adultos é maior do que a das crianças não porque as crianças tenham recebido a mais, mas porque os pais retiraram do que receberam para alimentar seus filhos."

Consumo de orgânicos

No debate sobre experiências bem-sucedidas de atenção ao direito humano à alimentação, Rafael Cruz, representante do Greenpeace, relatou a luta contra o uso de

agrotóxicos, da valorização da agricultura familiar e do consumo da produção local e orgânica.

"Falar de agrotóxico é falar de modelo também, porque o modelo que sustenta o agrotóxico é o do monocultivo, do latifúndio, da grilagem. O nosso lado da guerra é o do avanço do clamor público por comida sem veneno. O mercado de orgânico cresce no Brasil e no mundo. No Brasil, de 25% a 30% ao ano, mesmo num país em crise".

Segundo ele, o valor movimentado no mundo passou de 29 bilhões de dólares para 72 bilhões de dólares em dez anos. São Paulo, a maior cidade do Brasil, implantou uma política de transição de merenda escolar para merenda agroecológica e isso já está sendo replicado em Porto Alegre e estudado em vários outros municípios, disse Rafael Cruz.

Obesidade

Por sua vez, Luiza Lima Torquato, representante do Conselho Federal de Nutricionistas, alertou para a necessidade de discutir, além da desnutrição, a alimentação de qualidade e o combate à obesidade. Ele criticou o "domínio de alimentos ultraprocessados e com aditivos químicos" no mercado brasileiro e a publicidade "excessiva" desses produtos.

De acordo com a nutricionista, o custo da obesidade ao Sistema Único de Saúde é de quase R\$ 500 milhões por ano.

Criminalização do povo do campo

Ana Cláudia Lima e Silva, representante do Movimento Camponês Popular, afirmou que o camponês é tratado historicamente como criminoso, e que a violência contra o povo do campo apresenta hoje novas formas, como a proibição do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) pelo Tribunal de Contas da União, que praticamente inviabiliza a produção de alimentos pela agricultura familiar visando a comercialização, uma vez que ao exigir o domínio de toda cadeia produtiva, impede aos pequenos agricultores o fornecimento de alimentos, pois a escala menor de produção leva à especialização em determinado produto.

"Temos uma série de formas pelas quais a violência chega ao campo e camponeses não conseguem fornecer alimentação saudável. Diante disso, reafirmamos os valores da produção familiar para garantir a diversidade e o acesso aos mercados locais, fornecendo alimentação saudável na cidade e no campo. É preciso fortalecer a produção de produtos agroecológicos e que aperfeiçoem os marcos da agroindústria.

Articulação

A extinção de mecanismos de participação social na definição de políticas públicas e a criminalização os movimentos que constroem estes processos são decisões políticas que mostram as dificuldades em qualquer avanço no debate sobre acesso à alimentação saudável e livre de agrotóxicos, aponta Gil Marcos Carvalho, presidente da Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais. Gil denunciou que os conselhos estaduais estão sofrendo severas pressões do Estado visando sua desarticulação, desde investigações policiais, acusações indevidas e ameaças do Poder Judiciário. Nos estados do Amapá e Espírito Santo, por exemplo, os Conseas são “triturados” pelo poder político e econômico, apontou.

Nesse contexto de ausência de diálogo, sobretudo no plano federal, a articulação institucional torna-se fundamental. É o exemplo do Mato Grosso, citado por Aída Dinucci, presidenta do Consea mato-grossense. A Frente Parlamentar do estado buscou fortalecer projetos que atendessem aos anseios representados pela sociedade civil por meio do Consea.

O deputado Padre João (PT-MG) reforçou a necessidade dessa articulação. “Precisamos provocar os legislativos estaduais e municipais a se comprometerem com essa questão. Há promotores muito comprometidos com a causa, e se em cada município tivermos um vereador sensibilizado ao tema da alimentação saudável, avançaremos muito. É importante também identificar parceiros na sociedade civil, nos demais conselhos e organizações inter-relacionadas”.

Para Denildo Rodrigues, coordenador nacional da Confederação Nacional Quilombola, as conquistas estão muito distantes para seu povo. “São mais de 5 mil comunidades quilombolas no Brasil, mas desse total não há nem 200 com titulação de propriedade, e dessas 200 o título ainda não foi homologado. Essa situação gera conflito e insegurança alimentar em nossos territórios. Mesmo que tenhamos o documento de posse, se os fazendeiros não foram indenizados eles permanecem no território, e promovem ameaças às lideranças quilombolas. O acesso às políticas públicas é restrito. Aquelas universais chegam, mas as específicas para a comunidade, com o recorte quilombola, a dificuldade é muito grande. Isso está muito vinculado ao racismo existente nos órgãos institucionais. Em função dessa insegurança, vivemos da terra mas não sabemos se nela vamos permanecer”, salientou.

Fruto das discussões nos dois dias do Seminário, as 29 entidades presentes construíram uma carta pela formação de frentes parlamentares de segurança alimentar e nutricional, lida e aprovada por todos os presentes no plenário.

Carta pela formação de frentes parlamentares de segurança alimentar e nutricional

O direito humano à alimentação adequada está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e, desde 2010, está expresso como direito fundamental no artigo 6º da Constituição da República.

De acordo com a ONU, o direito à alimentação adequada realiza-se quando a pessoa tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. Esse direito é ligado à dignidade inerente à pessoa humana e é indispensável para a realização de outros direitos humanos. Ele é também inseparável da justiça social, requerendo a adoção de políticas socioeconômicas e ambientais, orientadas para a erradicação da fome, da pobreza e para a realização dos direitos humanos para todos.

O direito humano à alimentação adequada está relacionado a um modelo de desenvolvimento inclusivo, socialmente justo, ambientalmente responsável e sustentável e que respeite as culturas locais, a pluralidade de modos de vida e a biodiversidade.

O Brasil conquistou nos últimos anos diversos avanços em indicadores de segurança alimentar e nutricional, com o ápice na saída do mapa da fome. Isso foi resultado da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e de políticas públicas de reforma agrária, acesso à terra, à saúde, à educação e ao alimento; políticas que incentivaram a agricultura familiar e camponesa, a agroecologia, a garantia territorial dos povos e comunidades tradicionais e o fortalecimento da participação social dos territórios rurais e dos diferentes segmentos sociais.

Hoje esses avanços, que ainda são insuficientes, estão ameaçados pelo desmonte do Estado brasileiro promovido pelo grupo que se apoderou do governo. Além dos retrocessos em curso, há problemas persistentes: a concentração fundiária, o modelo de desenvolvimento centrado na monocultura e no interesse de corporações transnacionais, o uso de agrotóxicos, a crescente liberação dos transgênicos, a

irresponsabilidade ambiental, a desvalorização de alimentos tradicionais e regionais, a ausência de regulação de produtos ultraprocessados não saudáveis e suas agressivas estratégias de marketing, bem como a presença de “desertos alimentares” – regiões que não possuem oferta acessível de alimentos variados, frescos e livres de veneno.

A atuação organizada de parlamentares engajados na efetividade do direito humano à alimentação é importantíssima, seja pela necessidade de produção normativa, seja pelo papel de fiscalização que o poder legislativo exerce. A formação de frentes parlamentares é um importante mecanismo de catalisação desses esforços em torno da proteção e da promoção de direitos.

A grande maioria das assembleias legislativas e câmaras de vereadores, porém, ainda não conta com frentes parlamentares de segurança alimentar e nutricional. Frentes parlamentares nos estados e municípios são espaços de diálogo com a sociedade e de organizar temáticas e demandas que devem ser regulamentadas localmente. Além disso, têm o papel de monitorar a implantação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e de contribuir na elaboração e efetivação dos respectivos planos estaduais e municipais.

Nesse sentido, as entidades presentes no Seminário Nacional sobre o Direito Humano à Alimentação, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias e pela Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional da Câmara dos Deputados em 30 de novembro e 1º de dezembro de 2016, estimulam a criação de frentes parlamentares estaduais e municipais com foco na segurança alimentar e nutricional, criando uma rede de resistência para evitar retrocessos e para lutar por avanços no campo dos direitos humanos econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Brasília, 1º de dezembro de 2016.

Agentes de Pastoral Negros do Brasil

Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

Associação Brasileira de Agroecologia

Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão

Associação Rede de Pesquisadores e Extensionistas em Segurança Alimentar e Nutricional

Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida

Centro Nordestino de Medicina Popular

Comissão Permanente de Presidentes Estaduais de CONSEAS

Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ

Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Conselho Federal de Nutricionistas

Conselho Indigenista Missionário

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil

FIAN - Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo

Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana – FONSANPOTMA

Greenpeace

Grupo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional Professor Kitoko

Grupo de Trabalho Educação do Movimento Slow Food Brasil

Movimento Camponês Popular

Movimento dos Pequenos Agricultores

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial

Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Rede Nacional de Colegiados Territoriais

Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz

Via Campesina

Educação no Campo

Audiência Pública reforça importância da educação do campo e da luta pela democracia

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou no dia 15.09 audiência pública sobre o direito à educação do campo. Reunindo representantes de movimentos sociais e educadores do campo, a iniciativa demarcou a importância da educação nas escolas em assentamentos e acampamentos, construindo um modelo educacional que compreenda as particularidades e necessidades dos povos camponeses.

Atualmente, o diagnóstico de educadores é que há um movimento de tentar reduzir ou até mesmo extinguir o papel de uma educação voltada aos interesses do campesinato. É o que aponta o professor Roberto Leher, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “Recentemente contabilizamos 40 mil escolas fechadas no país, muitas delas no campo. Há uma política óbvia de apagamento da memória de que existe educação no campo, e, em consequência, de quem reivindica um modo de vida que se confronta com o agronegócio”, disse.

Este discurso, inclusive, tenta ser validado como um campo do conhecimento, ressalta o reitor da UFRJ. “O discurso contra o camponês, tratando-o de forma pejorativa, se autointitula como científico”, explica.

Essa dualidade entre modos de vida e modelos de educação deu a tônica do debate. A mercantilização do ensino, que tende a homogeneizar o ato de educar, deve ser combatida pelos trabalhadores da educação, mantendo uma bandeira histórica do movimento, ressalta Cândida Rossetto, da Confederação Nacional

da Educação. “Desde os mecanismos de financiamento, há um círculo vicioso que favorece o ensino privado. Mesmo nos governos progressistas, tivemos muitos embates na defesa de uma perspectiva de ensino emancipadora”, ressalta.

Fabiano Faria, da Coordenação da Frente Nacional da Escola sem Mordança, salientou o retrocesso presente no projeto Escola sem Partido. “Avançamos em muitas coisas no país nos últimos anos, desde o acesso à educação até a inclusão de jovens na universidade, mas precisamos impedir que se imponha esse modelo que pretende impor o conservadorismo e a mordança na escola, que pretende anular o pensamento crítico e reforçar o preconceito contra as diferenças”. Em que pese este caráter regressivo do Escola sem Partido, Faria saudou a reação dos movimentos que lutam pela educação. “O lado positivo é que este projeto conseguiu reunir pela primeira vez todos os movimentos sociais da educação em torno de uma mesma bandeira, a educação inclusiva, emancipadora e contra o Escola sem Partido”, saudou.

Matilde Araújo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), lembrou da necessidade de manter alerta permanente por nenhum direito a menos. “Não podemos aceitar discursos que querem nos convencer ser melhor ter nossos direitos arrancados em nome de uma recuperação que está pensada para proteger somente a elite”, disse.

O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), José Wilson Gonçalves, defendeu que a luta pela educação está sempre conectada a desafios maiores. “Precisamos fazer o enfrentamento do atual modelo de produção. E cobrar de forma permanente do Congresso o apoio à educação pública e com recorte diferenciado à educação do campo”, contou.

Perspectivas pedagógicas inovadoras e adaptadas às especificidades da população camponesa são elementos de resistência dessa tradição. É o caso da Rede CEFFAs – Centros Familiares de Formação por Alternância. Segundo Joel Duarte Benísio, representante da rede, a metodologia opera como uma “contra-escola“, uma vez que os processos não se resumem aos padrões tradicionais formativos, desenvolvendo uma pedagogia crítica social e libertadora, inspirada na obra do educador Paulo Freire.

Educação Não é Mercadoria

A audiência marcou o lançamento da campanha “Educação É Direito, Não É Mercadoria”, do Fórum Nacional de Educação do Campo. A coordenadora do Fórum, Clarice dos Santos, denunciou ações do governo golpista de, por meio do Ministério da Educação, enfraquecer o órgão.

Resistência

O presidente da CDHM, deputado Padre João (PT-MG), entende que a resistência deve ser a palavra de ordem nos movimentos sociais. “Hoje está colocado um projeto de retrocesso, de ataque às políticas públicas, às conquistas do povo pobre deste país. Mais do que garantir o acesso à educação pública, temos que lutar para que ela se mantenha gratuita. A CDHM será aliada na garantia deste direito humano fundamental”, assegurou.

Violência Contra a Mulher

Brasil tem um caso de estupro a cada dois minutos, estimam pesquisas divulgadas em audiência pública

Em audiência pública da CDHM realizada no dia 09/06, sobre os estupros no Brasil, verificou-se que a realidade do fenômeno é ainda pior do que se considerava. De acordo com estudos recentes, citados pela representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Olaya Hanashiro, a cada dois minutos uma mulher é violentada no país. Até o ano passado, estimava-se uma vítima a cada 11 minutos.

Segundo a pesquisadora, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014, produzido pelo Fórum, mostra que apenas 13% das vítimas registraram o crime. Outro trabalho, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com dados dos serviços de saúde, aponta índice de notificação ainda menor, de 10%.

Assim, na realidade, seriam 500 mil estupros por ano, contra os cerca de 50 mil registrados. A subnotificação, conforme Hanashiro, não surpreende. “Os aparelhos de segurança acabam afastando a vítima porque a obrigam a passar por revitimização, isso se existirem”.

Vítima do médico Roger Abdelmassih, que estuprou 58 pacientes, Vana Lopes confirma essa tese. “As vítimas não denunciam os estupradores porque é muito difícil”. Segundo ela, quando foi violentada, em 1993, recorreu à Justiça para lutar por seus direitos e foi ignorada, mesmo tratamento que recebeu ao ir à delegacia fazer ocorrência. “Não é fácil ir à Justiça e ser desprezada”, relatou.

“Cultura do estupro”

Na concepção dos participantes, a “cultura do estupro” tem como pano de fundo o patriarcalismo e o conservadorismo. A pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres da Universidade de Brasília (UnB), Lourdes Bandeira, ressalta que até hoje acredita-se que só as virgens podem ser vítimas de estupro, como na Idade Média. “Também se considera que só é vítima se gritar, se reagir à agressão”, sustenta.

Conforme Lourdes Bandeira, existe no imaginário social um padrão de vítima e de estuprador. A vítima seria a mulher promíscua, de moral duvidosa, e, o estuprador, um monstro sem controle de seus instintos. A pesquisadora destaca que esses mitos contribuem para a manutenção da cultura do estupro.

Bandeira sublinha que “não existe o grande monstro estuprador, a grande maioria dos ataques é cometida por homens comuns sem nenhuma anomalia, que não consideram que cometeram crime, e são tidos por boas pessoas”. Estudos demonstram que entre 70% e 80% dos casos de violência sexual ocorrem dentro de casa e são praticados por parentes da vítima ou amigos próximos.

A professora da Universidade Federal de São Paulo e ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, também sustenta que os estupradores não são doentes, mas “machistas, patriarcais e de mau caráter”.

Autora do requerimento para a realização do debate, a deputada Érika Kokay (PT-DF), defende ser importante entender que a culpa do estupro não é apenas do estuprador. Para ela, responsável por essa cultura é “a sociedade machista que considera as mulheres – já que quase 80% das vítimas de estupro são do gênero feminino - objetos, nega a elas sua humanidade”.

Crianças e adolescentes

Érika Kokay ressalta ainda que crianças e adolescentes representam 70% do total de casos de violência sexual. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostra que a cada duas horas, uma menina menor de dez anos é estuprada.

Para o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fábio Paes, “o processo que gera o machismo é o mesmo que faz enxergar a criança como não-gente”. Ele defende que a mudança deve ocorrer em três esferas – compreensão do fenômeno, mudança das estruturas sociais e de ações e atitudes. Para isso, considera fundamental incluir esses temas nos currículos das escolas.

“Desmonte”

Os debatedores também denunciaram o “desmonte” da estrutura pública voltada às mulheres. Eleonora Minicucci lembrou que o governo interino retirou o status de ministério da Secretaria de Direitos Humanos. “Já a Secretaria de Políticas para Mulheres virou um ‘puxadinho’ dentro do ministério da Justiça”, disse. Com isso, na concepção da professora, o país volta “à época das trevas, quando a violência contra as mulheres era considerada apenas caso de polícia”.

Érika Kokay sustenta que “a ruptura democrática” ameaça todos os direitos. Na concepção da deputada, nesse momento, “vozes sexistas, machistas e fascistas contidas pelo peso da democracia vêm à tona com força total, como o rompimento de um dique”.

Já a pesquisadora Olaya Hanashiro lembrou que nenhuma conquista está garantida, e é preciso continuar lutando por elas. “Precisamos empoderar nossas crianças e adolescentes, as vítimas, é assim que a gente vai combater essa cultura”, defende.

Presidente da CDHM pede providências a respeito de promotor que violou dignidade de vítima

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), deputado federal Padre João (PT-MG), pediu, no dia 19/09, providências ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público para investigar a conduta e procedimentos adotados pelo promotor de Justiça do Rio Grande do Sul Theodoro Alexandre da Silva Silveira, que proferiu ofensas a uma adolescente vítima de estupro pelo próprio pai. O episódio ocorreu na presença da juíza Priscila Gomes Palmeiro.

Diante do ocorrido, os deputados federais Paulo Pimenta (PT/RS) e Erika Kokay (PT/DF) pediram providências à CDHM. Pimenta aponta que a conduta do promotor é criminosa; violou a dignidade da vítima e o dever de tratar com urbanidade as partes, testemunhas, funcionários e auxiliares da Justiça. A omissão da juíza, por sua vez, de

acordo com o parlamentar, implicou em violação de seu dever de conduzir a audiência de modo a respeitar a dignidade da pessoa humana das pessoas presentes.

A Deputada Erika Kokay (PT/DF) lembrou que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Kokay manifestou-se, ainda, “estarrecida com a existência de uma cultura judicial fundada no adultocentrismo, no machismo, no sexismo, e que é excludente”. Para ela, “a Justiça e os órgãos de investigação carecem e muito de pessoas capacitadas, cientes da responsabilidade da função pública no que tange os princípios básicos sobre os cuidados necessários no trato com vítimas de violação, especialmente em se tratando de crianças e adolescentes”.

Providências

Atendendo à manifestação dos parlamentares, o presidente da CDHM, Padre João, solicitou aos presidentes do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça as providências cabíveis no sentido de apurar e responsabilizar com as sanções legais cabíveis os agentes públicos violadores dos direitos humanos da referida adolescente.

Para Padre João, além de ilícitos, os fatos são “expressão misógina e violadora dos direitos humanos da adolescente e das vítimas de violências sexual”. O episódio não pode, de acordo com ele, ficar impune, “sob risco de indicar conivência do sistema de justiça com a responsabilização das vítimas e não dos algozes”.

Liberdade de Comunicação e Expressão

Retirar autonomia legal da EBC afronta a democracia, dizem participantes de audiência
Participantes de audiência pública sobre o mandato de presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), no dia 21/06, sustentaram que a interferência do presidente interino, Michel Temer, na autonomia da empresa representa um sintoma do momento político do país. Para a coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Renata Mielli, “a situação de estar sob ataque em que a EBC vive é símbolo do ataque à própria democracia, porque esse governo ilegítimo representa uma afronta ao estado democrático de direito”.

O diretor-presidente da EBC, Ricardo Melo, destacou que a criação da empresa cumpriu determinação constitucional, foi discutida em várias audiências públicas e aprovada no Congresso, “inclusive pelo presidente em exercício”. Diante disso, para ele, o que ocorreu ao ser deposto do cargo por Michel Temer foi um “ato institucional, um ataque político à democracia”.

Temer demitiu Melo, nomeado por Dilma Rousseff em 3 de maio deste ano por ele ter sido escolhido pelo Conselho da EBC. Como, por lei, o mandato conferido pelo Conselho é de quatro anos, não coincidente com o de presidente da República, iria até maio de 2020. O governo Temer acabou conseguindo contornar a lei que democratizou a gestão da empresa pública demitindo seu presidente eleito e nomeando outra pessoa para o cargo.

Pluralidade

Deputados de oposição também afirmaram que o governo quer extinguir a EBC “porque não pode conviver com a pluralidade de opiniões”. Na opinião do deputado Pedro Uczai (PT-SC), o que incomoda no sistema público é ele ser independente. “Se não pode ser chapa branca como querem, melhor acabar com ele”, sustenta.

A deputada Érika Kokay (PT-DF) afirmou que um “governo construído nas sombras não quer o contraponto e a diversidade”. Na concepção da parlamentar, o que ocorre na EBC faz parte do processo de atender setores “que possibilitaram o golpe”. Por isso, para ela, o governo interino também ataca fundos de pensão e a abre as empresas de aviação ao capital externo, por exemplo.

Também para o deputado Henrique Fontana (PT-RS), por não ter legitimidade, o governo Temer “se apressa em servir aos interesses que o ajudaram e em sufocar opiniões contrárias”. Mesma opinião do deputado Glauber Braga (Psol-RJ). “Está muito claro que o governo interino quer calar qualquer voz divergente”, assegura.

“Ineficiência”

Líder do PP e vice-líder do governo na Câmara, o deputado Júlio Lopes (RJ) defende ser, sim, necessário “rever as precárias condições de funcionamento da EBC, marcadas pela ineficiência”. De acordo com o deputado, a empresa “tem uma série de apaniguados, inclusive a mulher de Alexandre Padilha, que está lá ganhando R\$ 25 mil, e o pessoal do Edinho Silva, todo mundo ganhando 25 paus”.

Já o deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA) afirmou que a empresa “é completamente incapaz de agradar o público”. Disse ainda que, se fosse privada, com sua

“incompetência”, já teria falido. O parlamentar afirmou que desde sua criação, o Estado já gastou R\$ 2,6 bilhões na EBC, que “tem vergonhoso índice de audiência de 0,1% no Ibope, é um fracasso, uma vergonha nacional”.

Para o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), no entanto, essa visão decorre de uma “questão conceitual de difícil solução”. Segundo afirma, pensam assim aqueles que entendem saúde, educação, comunicação e cultura como mercadoria. “Eles não conseguem conceber uma empresa pública de comunicação que não tenha a lógica do mercado, só conseguem ver a comunicação como mercadoria, então para eles comunicação pública não tem valor”, explicou.

Direito humano

Os participantes da audiência pública também destacaram que a comunicação é um direito humano, e que no Brasil, a Constituição garante a complementariedade entre sistemas privado e público. Por isso, cabe ao Estado garantir um sistema público democrático e plural.

Representante da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, Bia Barbosa ressaltou que quando um presidente ataca a autonomia da comunicação pública, ameaça um direito fundamental. “Esse é um espaço central para liberdade de expressão da sociedade civil”, sublinha.

O presidente da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), Israel do Vale, expressa a mesma opinião. Para ele, “agir como tem feito o governo provisório é praticar o maior atentado contra a liberdade de expressão do país em períodos democráticos”. E pior que isso, acredita que o “desmonte da EBC, a partir da TV Brasil, pode ser o desmonte da comunicação pública em geral”.

Conforme a coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Renata Mielli, dentre os diversos mecanismos que garantem a autonomia da emissora um dos mais importantes é o conselho curador. Segundo ela, o presidente pretende apresentar projeto para acabar com esse conselho, composto por representantes da sociedade civil, escolhidos por consulta pública, e quatro indicados pelo governo.

A audiência foi realizada pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias; de Cultura e de Legislação Participativa. Assinaram os requerimentos os deputados Jean Wyllys (Psol-RJ), Luiz Couto (PT-PB), Luiza Erundina (Psol-SP), Margarida Salomão (PT-MG), Paulo Pimenta (PT-RS), Pedro Uczai (PT-SC) e Waldenor Pereira (PT-BA).

CDHM e CCULT abordam violações de Direitos Humanos de jornalistas no exercício da profissão

As Comissões de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) e de Cultura (CCULT) realizaram, no dia 23/11, audiência pública que discutiu violações de Direitos Humanos praticadas contra jornalistas no exercício da profissão. O debate foi marcado por denúncias e relatos de intimidações de toda ordem contra profissionais de imprensa.

Uma das intervenções mais emblemáticas foi a do jornalista Marco Aurélio Carone, editor de jornal *Novo Jornal*, de Belo Horizonte. Detido por nove meses em 2014 por supostos delitos descritos como “perturbação da ordem pública” e “prejudicar o andamento da eleição presidencial”, Carone havia publicado denúncias de fatos ilícitos ocorridos durante a gestão do ex-governador de Minas Gerais e à época candidato a presidente da República, Aécio Neves. As denúncias sobre o hoje senador eram de desvio de recursos públicos de estatais mineiras para financiamento de campanha, fraudes na licitação de exploração de nióbio em Minas, vínculos suspeitos com os responsáveis pelo helicóptero com 450 quilos de pasta base de cocaína, entre outras. Em razão de tais denúncias, o jornalista passou a sofrer uma série de pressões advindas de órgãos do estado e viu sua família ser intimidada, incluindo a divulgação de fotos íntimas de familiares a quebra de sigilos do seu neto de quatro anos de idade.

Até hoje o jornalista sofre perseguições, como a proibição de escrever artigos em novos portais noticiosos. “A máquina é montada para perseguir quem denuncia esse sistema”, conclui.

O jornalista Geraldo Elísio, que trabalhou com Marco Aurélio Carone no *Novo Jornal*, também sofreu a violência de ações policiais por conta de denúncias contra integrantes do governo mineiro. “Fui grampeado em conversas com o então deputado federal e delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz sobre assuntos não relacionados às denúncias que fizemos, mas mesmo assim vieram emviaturas policiais me intimidar e tentar obter os contatos das minhas fontes, informação protegida pela Constituição”.

Já o diretor de Assuntos Institucionais da Abert, Cristiano Lobato Flores, trouxe dados alarmantes sobre agressões sofridas por jornalistas no exercício da profissão. Apenas em 2015, oito jornalistas foram assassinados, 64 agredidos e 44 casos de ataques, seja por meio de vandalismo, ameaças, ofensas e intimidações.

Os dados de 2016 são igualmente preocupantes. Se por um lado os homicídios caíram de oito para dois, as agressões subiram para 205 casos, o que coloca o Brasil como o quinto país no mundo com mais ataques a jornalistas, à frente de países em guerra civil, como o Iêmen. Uma das razões para esse aumento de agressões, segundo o representante da Abert, foram as manifestações de cunho político.

As disparidades de renda dos profissionais de imprensa deram o tom da fala do representante do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Wanderlei Pozzebom. “Estamos tentando há anos sensibilizar os parlamentares a apoiar projetos que deem condições mínimas de trabalho aos jornalistas. As disparidades regionais são enormes para um profissional da imprensa que trabalha no Sudeste e o que está no Nordeste”.

Pozzebom ressaltou que se confundem profissionais que atuam em campo, na cobertura de manifestações, com o veículo em que trabalham. “Muitas vezes o agressor ataca o repórter por não discordar dele, mas por repudiar posições do veículo, sobretudo no caso dos grandes meios de comunicação.”

O colunista do jornal *Século Diário*, de Vitória-ES, Rogério Medeiros, narrou a ofensiva que o Poder Judiciário realizou contra ele após denunciar um esquema de corrupção cometida por juízes e desembargadores no seu estado, descritos no seu livro “*O Novo Espírito Santo: onde a corrupção veste toga*”. Rogério foi condenado a 3 anos e 6 meses de reclusão, por acusações infundadas de que estaria denegrindo a imagem de servidores, além de ter que pagar 100 mil reais de indenização, causando-lhe grandes danos pessoais e familiares.

O presidente da CDHM, deputado Padre João, destacou que muitas violações de Direitos Humanos estão sendo praticadas pelo Poder Judiciário, como foi observado nos casos denunciados à CDHM na audiência. “Há até mesmo um descaramento nas decisões, embasadas em flagrantes abusos da lei. Temos que partir para a ofensiva, processar, pedir indenizações, caso contrário, ficaremos sempre reféns deste tipo de conduta”.

A audiência foi fruto de três requerimentos apresentados à CDHM e CCULT, assinados por seis deputados federais: Chico D’Angelo (PT-RJ), Luiz Couto (PT-PB), Luiza Erundina (PSOL-SP), Paulo Pimenta (PT-RS), Paulo Teixeira (PT-SP) e Wadih Damous (PT-RJ).

Direitos LGBT

Seminário LGBT da Câmara reafirma a importância do diálogo e da tolerância

A Câmara dos Deputados realizou, em 16 e 17 de agosto, seu XIII Seminário LGBT com o lema: “O próximo pode ser você”, iniciativa das Comissões de Cultura, Direitos Humanos e Minorias e de Legislação Participativa, com a coordenação do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ).

A edição do seminário este ano colocou em destaque os preconceitos e a intolerância com as diferenças, apresentando uma questão preocupante: quanto menos iniciativas forem tomadas para aplacar a disseminação de preconceitos e intolerância, mais crescerá a possibilidade de que qualquer pessoa possa ser alvo de ataques de ódio, e não apenas a população LGBT ou segmentos historicamente marginalizados e oprimidos. Ou seja, ameaças às pessoas LGBT representam, também, ameaças à população como um todo.

As falas do primeiro dia do evento indicaram um consenso: o Legislativo federal é fechado para temas como a diversidade e pluralidade presentes na sociedade brasileira, havendo uma super-representação de segmentos que alimentam o preconceito e a intolerância e uma sub-representação dos que defendem o respeito à diversidade como princípio.

Outro ponto destacado pelos participantes do evento é a necessidade de resistência a projetos de lei como o Estatuto da Família e o Escola Sem Partido, que ao excluírem o debate em torno da identidade de gênero, do respeito à orientação sexual e ao vetarem a manifestação crítica, incentivam ou mesmo ajudam a proliferar o discurso de ódio e de desrespeito às diferenças. Tentam impor à coletividade, por meio de leis, normas de comportamento de segmentos da sociedade.

O seminário contou com a apresentação do Hino Nacional cantado pelas vocalistas trans da banda As Bahias e a Cozinha Mineira, e teve um formato diferente do habitual nos eventos da Câmara, adotando o modelo “talk show”, com convidados e mediadores se intercalando em suas falas e com maior dinâmica nos debates.

No segundo dia, dois temas pautaram os debates: a proliferação de discursos, crimes de ódio e campanhas difamatórias nas redes, como o “bullying” e o “porn revenge”, crime em que a vítima tem sua intimidade exposta por um parceiro ou parceira. Também foram abordadas iniciativas para diminuir a intolerância, promover o diálogo e construir pactos de cidadania, minimizando a cultura do ódio que se instala na sociedade brasileira.

Direito à Cidade

Audiência debate Direitos Humanos de populações de terrenos ocupados em Minas Gerais

A partir de um requerimento do presidente da CDHM, deputado Padre João (PT-MG), a audiência, realizada no dia 19/10, examinou casos de violação de direitos humanos de cidadãos que vivem em ocupações em Belo Horizonte e região metropolitana.

Nos casos avaliados, repete-se o tipo de relação do poder público com as famílias que vivem em ocupações, marcada pelo desprezo aos direitos constitucionais das pessoas pobres e por abusos e ilegalidades cometidas com o poder de Estado.

Segundo o Frei Gilvander Luís Moreira, da Comissão Pastoral da Terra, conhecedor profundo das ocupações, foram mais de 30 ações ilegais contra as famílias, entre as quais a falta de audiências de mediação, operações urbanas que privilegiaram a especulação imobiliária e a forte repressão policial. “Estamos muito preocupados. Realizamos mais de 100 marchas até a Cidade Administrativa (sede do governo de MG) e a Prefeitura nunca vem à mesa de negociação. Enquanto isso, representantes das construtoras dizem que tem de nos despejar”, afirma.

Para Leonardo Péricles Vieira, do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, a falta de planejamento e de política habitacional dá a tônica da gestão pública. “Entre 1994 e 2016, a Prefeitura construiu apenas 24 mil unidades habitacionais, sendo que 9 mil delas foram para reassentar famílias. Por outro lado, há um déficit estimado de 120 mil famílias sem moradia digna”. O ativista denunciou que foi ameaçado de morte por sua atuação na resistência às ações estatais.

O risco de uma tragédia é iminente, alerta Charlene Cristiane Egídio, coordenadora das Ocupações da Izidora, uma das maiores de Belo Horizonte. “Quem esteve numa ação da PM sabe como é, crianças e adolescentes atacados, idosos caídos no chão. A violência contra nós é pesada e os governantes são coniventes. Não é possível que o governador Fernando Pimentel autorize esse despejo e jogue 30 mil pessoas nas ruas de Belo Horizonte”, critica.

Lacerda dos Santos Amorim, do Movimento de Luta Popular / Ocupação Willian Rosa, lembra que só o fato de as pessoas irem viver uma ocupação já significa a primeira violação do Estado, ao negar o direito à moradia, previsto na Constituição. “O governo fala em democracia mas não garante perspectiva nenhuma à moradia, diz.

O alto índice de urbanização do Brasil, de 87%, o maior da América Latina, contrasta com a exclusão de setores significativos a serviços básicos. Esse aspecto foi ressaltado por Mariana Prandini, das Brigadas Populares. “A cidade é pensada para os ricos, com a desigualdade materializada na estrutura das cidades. Água encanada, asfalto tinindo nos bairros ricos, enquanto nos bairros pobres não há serviços básicos, transporte inadequado, cidade excludente. Ocupar é uma luta não só por moradia, mas também pela função social que cumpre. Lutamos por fazer valer a Constituição, o que não cumpre função social não deve ser protegido. É uma aberração”.

A membro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos Dirlene Marques, ressaltou que o Poder Judiciário raramente está ao lado dos mais necessitados. “Até os governos ditos populares acabam frustrando nossos anseios. Não dar condições à moradia para pessoas que têm renda e estão dispostas a obter sua casa por um valor justo é um atraso econômico e uma falta de inteligência”.

Após a audiência, o presidente da CDHM solicitou ao Governador do Estado, ao Ministro das Cidades, ao procurador-Geral de Justiça e aos prefeitos de Contagem, Ibirité, Betim e Belo Horizonte providências relacionadas às ocupações e pediu que soluções fossem adotadas por meio de políticas públicas construídas com o diálogo.

Igualdade Racial

Racismo institucional – o caso Gracinha

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou em parceria com a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres e a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher uma audiência pública para discutir as violações de direitos humanos no caso conhecido como “Caso Gracinha” a mulher quilombola que perdeu o poder familiar sobre as filhas por uma decisão judicial motivada pela situação de pobreza da mãe.

As crianças foram levadas pela polícia, sem prévia intimação, para um abrigo e nenhuma pessoa da família foi consultada sobre a possibilidade de ficar com as menores, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os advogados que acompanham o caso consideram que restou evidenciado o racismo institucional em diversos momentos do processo, principalmente ao descrever a senhora Maria das Graças como “promíscua” e “alcólatra” e ao considerar que ninguém da comunidade teria condição de ficar com as crianças. Existe ainda um questionamento

do Ministério Público estadual sobre a caracterização da comunidade como quilombola, a despeito da posição da Fundação Palmares e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A CDHM solicitou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão providências com relação ao caso, principalmente quanto à federalização do processo. O pedido de providências também foi enviado para o Conselho Nacional de Direitos Humanos. Uma representação foi protocolada no Conselho Nacional de Justiça pedindo a apuração da responsabilidade dos magistrados no caso, diante da evidência de racismo institucional.

CDHM recebe representantes do Fórum Permanente pela Igualdade Racial

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) recebeu no dia 29.11 representantes de entidades que integram o FOPIR (Fórum Permanente pela Igualdade Racial), uma nova coalizão de 14 organizações da sociedade civil que atuam no enfrentamento ao racismo no Brasil.

A reunião contou com a presença dos deputados federais Nilto Tatto (PT-SP), e Jean Wyllys (PSOL-RJ), ambos membros da CDHM, e da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), além de assessores de outros quatro parlamentares: Erika Kokay (PT-DF), Patrus Ananias (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP) e Valmir Assunção (PT-BA).

O objetivo da reunião foi apresentar o novo fórum e buscar fortalecer laços de cooperação na luta contra o racismo. De acordo com o FOPIR, o racismo é estruturante das desigualdades no Brasil, país em que os privilégios e o racismo institucional são pilares de sustentação da sociedade desde o período pós-colonial. Segundo os ativistas, uma das principais tarefas do fórum será desenvolver estratégias específicas de promoção de um debate franco sobre o racismo, o machismo e as políticas públicas de igualdade racial.

Os parlamentares que representaram a CDHM se comprometeram a contribuir com as iniciativas de debates no Congresso Nacional. Jean Wyllys apontou a necessidade de ampliar a interlocução institucional de fóruns como este. “É fundamental que o FOPIR busque ampliar o escopo de sua atuação junto às Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, dialogando com deputados e vereadores que possam ser canais das demandas dos que lutam pela igualdade racial ou que possam sensibilizar-se com a pauta, inclusive aqueles que não militam neste campo específico”, pontuou. A equipe técnica da CDHM irá levantar os projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados que envolvem promoção de políticas de igualdade racial.

Composição

Fazem parte do FOPIR, até o momento (uma vez que a construção visa ampliar a adesão de outras entidades ao fórum): Anistia Internacional, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), Baobá – Fundo para Equidade Racial (Fundo Baobá), Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), COJIRA – Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, Geledés – Instituto da Mulher Negra, Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laeser/UFRJ), Observatório de Favelas, Odara – Instituto da Mulher Negra, Redes de Desenvolvimento da Maré (Redes da Maré).

Saúde Mental

Especialistas temem retrocessos na política de saúde mental

Participantes da audiência pública sobre saúde mental promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no dia 08/06, alertaram para o risco de “desmonte” da estrutura criada pela reforma psiquiátrica no País. Os debatedores reclamaram sobretudo das indicações do presidente interino, Michel Temer, e do risco de alterações legais que permitam a destinação de recursos públicos a comunidades terapêuticas.

Desde a aprovação da Lei da Reforma Psiquiátrica (10.216/01), a política brasileira de saúde mental restringe as internações ao mínimo necessário. O atendimento é multidisciplinar e visa à inserção do indivíduo na comunidade.

De acordo o representante do Conselho Federal de Psicologia, Eduardo Mourão Vasconcelos, “a equipe de saúde mental do Ministério da Saúde foi sucateada, com funcionários exonerados ou intimidados a ponto de pedir demissão”. Vasconcelos lembrou que o novo ministro, Ricardo Barros, anunciou planos de reduzir recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e estimular os planos privados.

Coordenação de saúde mental

Vasconcelos destacou ainda que um dos cotados para assumir a coordenação de saúde mental do ministério é o psiquiatra Valencius Wurch. Segundo o especialista, a “única

marca” do candidato é ser dono do maior asilo psiquiátrico privado da América Latina, que já foi fechado por violação de direitos humanos. “O risco que corremos com esse golpe é de desmonte das políticas públicas e financiamento de instituições privadas”, sustentou.

Representante do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA), Rosemar Lemos afirmou que os movimentos sociais vão continuar mobilizados por uma coordenação de saúde mental alinhada com a política antimanicomial. “Temos quatro sedes do ministério da Saúde ocupadas nos estados contra os manicômios e para que a política atual seja mantida e ampliada”, disse.

Lógica punitiva

O representante da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila), Vinicius Soares de Oliveira, destacou que o atual ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, defende penas duras para usuários de drogas. “Essas pessoas necessitam é de cuidados”, reforçou.

Na opinião da deputada Érika Kokay (PT-DF), essa lógica de culpar o usuário “é fascista e traz a desumanização simbólica”. Para a deputada, é necessário reconhecer que a sociedade de consumo causa frustração e estimula o uso de drogas, e, nessa lógica, medidas punitivas são inócuas. A única saída, conforme acredita, é reconhecer os indivíduos como sujeitos de direitos.

Rosemar Lemos também reclamou de declarações de Osmar Terra. O ministro anunciou que pretende ampliar convênios com comunidades terapêuticas e defendeu que os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) atuem apenas após a internação.

Presidente da CDHM, o deputado Padre João (PT-MG) ressaltou que o atual sistema de atenção a pessoas com sofrimento psíquico resultou de muita luta da sociedade brasileira. “Essa é uma política construída com o povo, e passa a ser patrimônio do povo brasileiro”, asseverou.

Comunidades terapêuticas

Presente na reunião, o deputado Lincoln Portela (PRB-MG), disse discordar “de coisas que aconteceram e que estão acontecendo”, mas que o momento é de diálogo. Na concepção do deputado, é preciso “somar esforço com comunidades terapêuticas sérias, com a frente parlamentar da saúde para encontrar caminhos”.

Os demais participantes concordaram com a necessidade de diálogo, mas foram unânimes em se opor à destinação de recursos públicos a comunidades terapêuticas. Na concepção da pesquisadora em Saúde Mental da Fiocruz, não é um problema que essas instituições existam, “o problema é que sejam financiadas por dinheiro público e entrem em conflito com políticas oficiais do Estado laico”.

Segundo o enfermeiro, psicólogo e militante dos Direitos Humanos em Saúde Mental, Edmar Carrusca, o Estado já destinou R\$ 1,2 bilhão às comunidades terapêuticas. “Para onde vai esse dinheiro? A gente não sabe por que não há fiscalização”.

Eduardo Mourão Vasconcelos também concorda com existência das comunidades, desde que sem fins lucrativos e que não sejam filantrópico-religiosas. O psicólogo relata que participou de fiscalizações a esses locais e verificou “várias violações de direitos humanos com ausência de abordagem terapêutica”.

A representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Ana Paula Guljor, ressaltou que, na maioria dos casos, essas instituições segregam os pacientes. “Isso é grave, é o único espaço onde existe prisão perpétua”, sentencia.

A reunião foi realizada em parceria com a Comissão de Legislação Participativa.

Tráfico de Pessoas

Em audiência pública, palestrantes sugerem mudanças na lei para repressão do tráfico e desaparecimento de pessoas

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) realizou audiência pública no dia 08/12 sobre desaparecimento e tráfico de pessoas, atendendo a requerimento dos deputados Arnaldo Jordy (PPS-PA) e Luiz Couto (PT-PB).

O objetivo da audiência era aprofundar um debate sobre investigações acerca das diversas causas e origens do desaparecimento de pessoas. A própria Câmara dos Deputados realizou outras investigações sobre o tema, como a CPI dos Grupos de Extermínio do Nordeste, a CPI do Tráfico de Órgãos, a CPI do Tráfico de Pessoas e a CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

O diretor do Departamento de Política Judiciária da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, Cláudio Peret Dias, explicou medidas que o órgão vem tomando para a repressão e prevenção destes crimes. Uma aposta é o desenvolvimento de

metodologias de análise qualitativa, que tentam identificar padrões das vítimas, dos agressores, além de cruzar dados que possam indicar as áreas onde há recrudescimento do desaparecimento de pessoas. Segundo Peret, os 15 mil quilômetros de fronteiras do território brasileiro representam a área mais crítica de monitoramento desses episódios.

O desaparecimento forçado é um fenômeno que ocorre especialmente entre as populações mais alijadas de políticas públicas básicas, afirma a promotora de Justiça de São Paulo, Eliana Vendramini. Segundo ela, que coordena o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos, há dois tipos de desaparecimentos que requerem atenções direcionadas do poder público: o forçado, em que a vítima não tem escolha de seguir com o criminoso, e o voluntário, onde a pessoa desaparece por vontade própria, para escapar de uma situação que coloca em risco sua vida, ou por ser induzida por falsas promessas e ofertas profissionais ou financeiras.

A promotora mencionou também a importância de construir um banco de dados nacional onde União, estados e municípios possam fazer consultas e trocar informações. Apenas na cidade de São Paulo, por exemplo, foi possível localizar mais de 3 mil corpos que haviam sido enterrados como indigentes, mas que eram desaparecidos com famílias que procuravam por eles.

Atualmente há 139 inquéritos em andamento sobre crimes de desaparecimento de pessoas, afirma a chefe de Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal, Diana Calazans Mann. Esse número poderia ser mais alto, de acordo com a especialista, mas a tipificação do crime de desaparecimento de pessoas prejudica o início de novas investigações, pois era limitada aos crimes de desaparecimento com viés de exploração sexual. Diana fez um apelo aos parlamentares para que modifiquem o marco legal de definição do conceito de desaparecimento, incluindo novas formas de notificação do crime.

O advogado e ativista de Direitos Humanos Conrado Luciano Batista contou um dos crimes mais chocantes de desaparecimento de pessoas do Brasil, ocorrido no município mineiro de Santos Dumont. Na década de 80, crianças foram arrancadas de dentro das casas de pais e mães e levadas para adoção no exterior, com a conivência de juízes, promotores e advogados, que legalizavam processos que na verdade eram de sequestros. A Polícia Federal também participava do esquema, emitindo passaportes de saída para crianças que ganhavam um novo nome, fictício. Pessoas influentes da cidade como políticos e empresários também participavam, intermediando os crimes em troca de dinheiro.

Mais de 30 anos após os crimes, o advogado pediu apoio da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que realizou uma audiência pública em Santos Dumont onde, pela primeira vez, mães e pais puderam relatar o que sofreram. Para publicizar a história e tentar localizar filhos separados de mães, um grupo de vítimas criou uma associação chamada Rompendo o Silêncio, cruzando informações da época com novos dados. A partir desse trabalho, de 91 casos que chegaram ao conhecimento do advogado Conrado, dez famílias tiveram um reencontro com seus filhos tirados nos anos 80.

O despreparo de autoridades policiais para lidar com crimes de desaparecimento é outro elemento a ser avaliado, afirma a presidenta da ONG Mães da Sé, Ivanisi Experidião da Silva Santos. Até hoje, delegados se recusam a registrar de imediato ocorrências de pessoas desaparecidas, mesmo com uma lei que obriga o atendimento de casos como esse pelos órgãos investigativos. Segundo a ONG, todos os anos 200 mil pessoas desaparecem no país.

Parteiras Tradicionais

Trabalho de parteiras tradicionais precisa ser reconhecido, concluem participantes de audiência

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) e a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) promoveram audiência no dia 30.08 para avaliar e valorizar a importância do trabalho das parteiras tradicionais e dos partos humanizados. A audiência foi realizada a partir de requerimentos das deputadas Janete Capiberibe (PSB-AP) e Laura Carneiro (PMDB-RJ).

O objetivo do evento era considerar a relevância destas mulheres na realidade das comunidades rurais, cujo acesso a assistência médica é limitado, e verificar os bônus e ônus de uma possível regulamentação do trabalho das parteiras com abrangência nacional.

Segundo Maria Esther de Albuquerque Vilela, do Ministério da Saúde, o trabalho das parteiras é fundamental por várias razões. “Do ponto de vista cultural, trata-se da salvaguarda de um patrimônio imaterial, que significa muito para nossa história. Sob a ótica territorial, representa o direito de permanência no seu território e o sentido de pertencimento a ele. E no aspecto educacional, valoriza a cultura oral, os saberes e as práticas tradicionais”, apontou.

Éricka Filipelli, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, reforçou a necessidade de políticas transversais: “Precisamos construir a integração entre os órgãos nacionais de defesa da mulher, as comissões legislativas e as entidades para aprofundar o debate em torno do tema”, disse.

Políticas Públicas

O papel das políticas públicas voltadas às parteiras e ao parto humanizado foi destacado por Joelda da Silva Pais, da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo do Acre. O estado da região Norte conta com 424 parteiras, sendo que 101 delas são indígenas e 43,87% delas não são alfabetizadas. Como muitas delas tem mais de 50 anos de idade, sofrem com dificuldades de locomoção, o que exige especificidades no atendimento às suas demandas.

Além de retratar a vida das parteiras, a audiência também foi um espaço de chamamento dos parlamentares para a questão. Em sua participação, Suely Carvalho, da Rede Nacional das Parteiras Tradicionais e parteira há 42 anos, ressaltou que os deputados federais podem contribuir com as parteiras aprovando o PL 359/2015, de autoria da deputada Janete Capiberibe, que regulamenta a atividade de parteira profissional. Suely considera que a regulamentação seria um avanço, uma vez que profissões majoritariamente capitaneadas por mulheres (99,9% das parteiras são mulheres, segundo a convidada), sofrem discriminação.

O parto humanizado precisa ser desmistificado, salienta a professora de Enfermagem da UnB, Silvéria Maria dos Santos. “As parteiras cumprem um papel muito importante na vida da comunidade, pois conseguem auxiliar a gestante e contribuir para uma gravidez saudável em espaços onde o atendimento médico é muito difícil ou até mesmo inexistente. A arte de partejar transmite conhecimentos que transcendem a medicalização tradicional e devem ser preservados, explicou.

O objetivo do evento era considerar a relevância destas mulheres na realidade das comunidades rurais, cujo acesso a assistência médica é limitado, e verificar os bônus e ônus de uma possível regulamentação do trabalho das parteiras com abrangência nacional.

Segundo Maria Esther de Albuquerque Vilela, do Ministério da Saúde, o trabalho das parteiras é fundamental por várias razões. “Do ponto de vista cultural, trata-se da salvaguarda de um patrimônio imaterial, que significa muito para nossa história. Sob a ótica territorial, representa o direito de permanência no seu território e o sentido de

pertencimento a ele. E no aspecto educacional, valoriza a cultura oral, os saberes e as práticas tradicionais”, apontou.

Éricka Filipelli, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, reforçou a necessidade de políticas transversais: “Precisamos construir a integração entre os órgãos nacionais de defesa da mulher, as comissões legislativas e as entidades para aprofundar o debate em torno do tema”, disse.

Políticas Públicas

O papel das políticas públicas voltadas às parteiras e ao parto humanizado foi destacado por Joelda da Silva Pais, da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo do Acre. O estado da região Norte conta com 424 parteiras, sendo que 101 delas são indígenas e 43,87% delas não são alfabetizadas. Como muitas delas tem mais de 50 anos de idade, sofrem com dificuldades de locomoção, o que exige especificidades no atendimento às suas demandas.

Além de retratar a vida das parteiras, a audiência também foi um espaço de chamamento dos parlamentares para a questão. Em sua participação, Suely Carvalho, da Rede Nacional das Parteiras Tradicionais e parteira há 42 anos, ressaltou que os deputados federais podem contribuir com as parteiras aprovando o PL 359/2015, de autoria da deputada Janete Capiberibe, que regulamenta a atividade de parteira profissional. Suely considera que a regulamentação seria um avanço, uma vez que profissões majoritariamente capitaneadas por mulheres (99,9% das parteiras são mulheres, segundo a convidada), sofrem discriminação.

O parto humanizado precisa ser desmistificado, salienta a professora de Enfermagem da UnB, Silvéria Maria dos Santos. “As parteiras cumprem um papel muito importante na vida da comunidade, pois conseguem auxiliar a gestante e contribuir para uma gravidez saudável em espaços onde o atendimento médico é muito difícil ou até mesmo inexistente. A arte de partejar transmite conhecimentos que transcendem a medicalização tradicional e devem ser preservados, explicou.

Orgulho Autista

Políticas públicas são essenciais à inclusão de autistas, afirmam pais em audiência

Participantes de audiência pública sobre autismo realizada nesta no dia 16/06 pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias defenderam que o primeiro passo para a inclusão efetiva de autistas é adoção de políticas públicas eficientes. Dentre estas

ações, a principal seria a construção de uma escola pensada especialmente para atender esses indivíduos.

Para isso, a presidente da Comissão de Defesa do Direito da Pessoa Autista da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB-DF), Adriana Monteiro, argumenta que a sociedade, e principalmente a família, deve superar o que chama de “capacitismo” - a valorização das pessoas em função do que elas são capazes de produzir.

Orgulho

Na concepção da especialista, o verdadeiro respeito por essas pessoas pressupõe aceitá-las com suas limitações. “Meu convite é para termos orgulho desses meninos e meninas como são, porque são tão sujeitos de direito quanto qualquer outra criança”, afirma.

A deputada Érika Kokay (PT-DF) defende que essa exigência de superação dos filhos decorre da expectativa dos pais de que os filhos realizem o que eles mesmos não conseguiram. “Para aceitá-los como são precisamos superar esse ideal de perfeição em relação a eles, fazer o luto das expectativas e acolher essas pessoas como são, porque não há ser humano perfeito”, sustenta.

Também para a coordenadora estadual do Movimento Orgulho Autista do Brasil na Paraíba (Moab/PB), Karla Albuquerque, é preciso parar de querer que os autistas deixem de ser autistas. “Ninguém pede para um cego ver, ou para um deficiente andar, mas pede para um autista socializar”, comparou.

Síndrome

Conforme explicaram os participantes, todos pais de autistas, o autismo é uma síndrome comportamental congênita, que se apresenta em graus variados e caracteriza-se por dificuldade de inclusão, atraso na linguagem e movimentos repetitivos. Pessoas com a síndrome também têm o cérebro super estimulado, porque tem visão e audição extremamente aguçadas. Um autista ouve todos os sons do ambiente no mesmo volume.

Por isso, muitas vezes, têm dificuldade de permanecer muito tempo na sala de aula, por exemplo, ou começam a chorar repentinamente. Eles ficam muito cansados. A diretora de eventos do Movimento Orgulho Autista do Brasil (Moab), Tatiana Lima, reclama que quase nunca a escola está preparada para entender essa condição.

Ela ressalta que a lei obriga a escola a receber alunos especiais, mas “a maioria dos professores não tem compromisso com a verdadeira inclusão”. Segundo afirma, muitos

vêm as turmas especiais apenas como possibilidade de aposentadoria antecipada, e não como espaço para que o aluno possa ir depois para a classe normal.

Regulamentação

Os debatedores reclamaram ainda da regulamentação da Lei 12.764/12, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. “A regulamentação está toda errada”, diz categórico o editor-chefe do periódico Tribuna do Autista, Ronaldo Cruz.

Cruz explica que a regulamentação determinou que os autistas sejam tratados na rede de acolhimento psicossocial destinada a pessoas com transtornos mentais ou dependentes de álcool e outras drogas. “Isso não cabe e nunca vai caber aos autistas”, asseverou.

Por ser um transtorno específico, os participantes defendem que o ideal são clínicas-escolas, que ofereçam atendimento multidisciplinar. De acordo com o presidente Nacional e Fundador do Movimento Orgulho Autista do Brasil (Moab), Fernando Cotta, essas instituições “têm condições de inserir essas pessoas no mercado de trabalho para produzir, gerar PIB para o país”.

O deputado Luiz Couto (PT-PB) pediu que as entidades encaminhem a ele proposta para aperfeiçoar a legislação. “Nós podemos apresentar um projeto de lei complementar para corrigir esses problemas”, realçou.

Já Érika Kokay propôs a criação de um observatório, também capitaneado pelas entidades de defesa dos autistas, para acompanhar a implementação da lei. A partir daí, produziriam um relatório a ser apresentado à procuradora dos direitos do cidadão, Deborah Duprat.

Setor Privado

Responsabilidades das empresas com os direitos humanos carece de regulação, sustentam especialistas

As ações do Brasil para garantir o respeito aos direitos humanos pela iniciativa privada ainda são “incipientes”, segundo afirmou a representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça Luciana Peres, em audiência pública realizada no dia 07/07, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, atendendo a requerimento do deputado Ezequiel Teixeira (PTN-RJ). De acordo com Peres, o debate

entre Estado, empresas e sociedade civil “não foi feito de forma inclusiva e transparente, principalmente se comparado ao debate internacional”.

Mesmo no âmbito externo, não há nenhum mecanismo que obrigue as empresas a respeitarem e promoverem os direitos fundamentais. A Organização das Nações Unidas (ONU) editou apenas princípios orientadores e deixou a cargo de cada país criar seus planos nacionais sobre o tema.

Atualmente, segundo Luciana Peres, a Secretária de Direitos Humanos coordena a elaboração do plano brasileiro. Mas para ela o trabalho deve incluir outros órgãos de governo com maior interação com a iniciativa privada, como o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Perez defende ainda que o processo de criação de um plano nacional, para ser legítimo, deve contar com a participação de todos os envolvidos, principalmente das vítimas de possíveis violações.

Estruturas

Na opinião do ex-secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça Gabriel Sampaio, do ponto de vista legislativo, o Brasil “teve grandes avanços” nos últimos anos. No entanto, ressalta que, sem as estruturas para garantir o cumprimento das leis, esse processo pode “cair no vazio”. “Um Estado carente de estruturas para fiscalizar as ações da iniciativa privada é um Estado violador de direitos”, sustentou.

Sampaio acrescenta que, no atual estágio dos direitos humanos, não basta que o poder público fiscalize as empresas e imponha reparação. “É necessário que a iniciativa privada disponha de estruturas próprias para garantir esses direitos e atue nesse sentido”, afirmou.

“Tratamento universal”

Para o presidente da CDHM, deputado Padre João (PT-MG), o tratamento do tema deve ser “universal”, daí a importância da participação do Brasil em organismos internacionais. Isso porque, conforme ressaltou, com a internacionalização do capital, as empresas têm sede em países desenvolvidos, mas atuam no mundo todo. E, ao mesmo tempo em que cumprem a lei em seus locais de origem, muitas vezes violam direitos fundamentais em outras regiões, com a América Latina e a África, por exemplo.

Como exemplos, citou o caso da Nestlé, empresa suíça que compra café brasileiro produzido com mão de obra análoga à de escravo, ou de produtoras de agrotóxicos, que vendem no Brasil venenos proibidos nos países desenvolvidos. Além disso, Padre

João disse que quase sempre a iniciativa privada faz “pressão sobre parlamentos e governos muito mais na linha de precarizar a legislação do que de avançar”.

Indígenas

Líderes indígenas deram exemplos da fragilidade das estruturas brasileiras para garantir o respeito aos direitos humanos. A cacique Kátia Tupinambá ressaltou que o Estado começa por violar um direito básico dessas populações – o direito à terra, previsto na Constituição. “Índio sem terra não vive, ele peregrina”, sustentou.

Já o cacique Val Tupinambá destacou que, no Sul da Bahia, os índios que já estão assentados “vivem imprensados entre a mineração e as rodovias”. O líder indígena também reclamou dos empresários do agronegócio, que enxergam os povos tradicionais como “barreira ao desenvolvimento do país”.

Esse conflito entre direitos, aliás, é um dos aspectos que tornam a discussão ainda mais complexa, conforme a representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Luciana Peres. “Precisamos equalizar o direito ao desenvolvimento, ao lucro, ao ambiente saudável e às condições adequadas de vida das populações”, ressaltou.

Empresas

Do ponto de vista das empresas, o mais importante, segundo o advogado Gilmar Brunizio, é a segurança jurídica. Na concepção do jurista, cabe ao Estado nesse debate garantir regras claras e critérios objetivos que sejam cumpridos. “A simples imposição de normas que elevem custos não funciona, porque podem gerar transferência de custos para a sociedade, aí o Estado irá atuar apenas na reparação”, assegurou.

Já a deputada Érika Kokay (PT-DF) acredita que no licenciamento de grandes obras, por exemplo, deveria haver uma legislação própria. Nesse caso, o Estado deveria exigir não apenas o licenciamento ambiental, mas também o licenciamento social. “Esses empreendimentos têm de ter compromisso integral com os direitos humanos, às vezes duplicam a população dos municípios, acarretando problemas como aumento dos casos de estupros e da gravidez precoce”, exemplificou.

Criança e Adolescente

Apesar de avanço legal, direitos ainda são violados, avaliam expositores em audiência alusiva aos 26 anos do ECA

Apesar das “inegáveis conquistas”, ainda falta muito para que todos os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, lei 8.069/90) se tornem realidade, afirmaram participantes de audiência pública sobre os 26 anos da lei realizada no dia 13/07 pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Problemas como violência, inclusive abuso sexual, proposta de redução da idade penal com aumento de tempo de internação, além da possibilidade da diminuição dos recursos para educação e saúde, estão entre os mais graves, segundo os debatedores.

Dentre os avanços ocorridos desde a publicação da lei, a vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Ana Lúcia Starling, destacou “queda drástica da mortalidade infantil e universalização da educação de crianças e adolescentes, principalmente negros”. Starling lembrou ainda a redução da extrema pobreza, principalmente na última década, mais acentuada entre crianças de até 5 anos.

Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Erivan Hilário, que é mestre em educação, concorda que foi nesse campo que o país mais avançou. No entanto, reclama que “não no mesmo ritmo do encarceramento”.

Além disso, relatou que no campo há anos ocorre uma “política sistemática” de fechar escolas. Seriam mais de 37 mil na última década. “Agora essa luta se mostra também no espaço urbano, o que resultou em escolas ocupadas”, destacou.

Para Hilário, a ocupação de escolas é um sinal de que os jovens não aceitam mais que adultos escrevam a história deles. “Eles querem colocar a mão na massa, é a afirmação como sujeitos que constroem a sua própria vida”.

Representante dos adolescentes na comissão organizadora da Conferência da Criança e do Adolescente, Djeison Rique Barazatti concordou que os jovens assumem protagonismo ao participar de movimentos como esse de ocupação de escolas. “Estamos também em busca de democracia com direitos, mobilizados porque é mais do que inaceitável, é burrice aceitar esse ataque a nossa democracia”.

“Golpe político”

Apesar de concordar com os progressos possibilitados pelo ECA, o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Fábio José Garcia Paes, ressaltou as deficiências, que, para ele, tornam-se ainda mais graves no contexto do “golpe político”.

Paes defendeu que o governo interino, “em nome de princípios neoliberais, promove privatização da saúde e educação ao negar recursos para garantir serviços públicos de qualidade, estratégicos para alguns grupos”.

O deputado Pepe Vargas (PT-RS) explicou que a Proposta de Emenda à Constituição 241/16, “que o governo ilegítimo encaminhou ao Congresso, significa acabar com a vinculação mínima para saúde e educação, com perdas consideráveis”. O deputado lembrou ainda que a mudança de regime de exploração do petróleo no pré-sal, também vai significar menos recursos para esses setores. Atualmente, pela legislação, parte da arrecadação do Estado com o pré-sal deve ser destinada exclusivamente às duas áreas.

Outra representante dos adolescentes da comissão organizadora da Conferência da Criança e do Adolescente, Carolina Nunes Diniz lamentou que, em vez de comemorar os 26 anos do ECA com defesa de novos direitos, “o memento seja de fincar o pé no chão para não perder nenhum dos que já foram conquistados”.

A deputada Luiz Erundina (Psol-SP) fez coro com demais participantes ao afirmar que não basta a lei existir, porque o simples reconhecimento de um direito não garante que seja respeitado. “A lei existe, é avançada, uma conquista do povo”, disse. “Mas ainda tem tanta violência, o que significa que a sociedade ainda não se apropriou desse avanço, vai ser preciso muita mobilização para que não seja letra morta”.

Violência e discussão de gênero

O presidente do Conanda ressaltou também que atitudes conservadoras de integrantes do atual governo, como as que negam a discussão sobre a diversidade de gênero, geram estupro e outras violências contra meninos e meninas.

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e autor do requerimento para realização do debate, deputado Padre João (PT-MG), é preocupante o aumento dos casos de gravidez de crianças entre 10 e 13 anos. Na opinião do deputado, essa realidade preocupa ainda mais porque significa que a cultura do estupro ainda é encarada com “certa normalidade”. Até porque, conforme acrescenta, “os dados mostram que o principal violador é próprio pai”.

Romper com essa realidade, na concepção da subsecretária de Política para Crianças e Adolescentes do Distrito Federal, Perla Ribeiro, requer realmente a discussão de gênero. “Sem essa discussão, associada a racismo e direitos da população LGBT, todas interligadas com direitos humanos, vai ser muito difícil conseguir avançar”, sustenta.

Trabalho infantil

O vice-coordenador nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho (Coordinfância), Tiago Ranieri de Oliveira, chamou a atenção para o fato de o trabalho infantil continuar a ser “uma violação invisível”. Esse fato, para ele, fica claro quando se constata que a maioria dos brasileiros ainda concorda que é melhor estar no trabalho que nas ruas.

Ao contrário do que se acredita, segundo Oliveira, o trabalho infantil não dignifica. Ao contrário. “É o trabalho que adoeça e mutila crianças e adolescentes, que afasta da escola”, o que vai significar a perpetuação da violência, uma vez que um adulto sem qualificação não vai conseguir inserção satisfatória no mundo do trabalho.

Relações Internacionais

“Relatório parece falar da Suécia, não do Brasil”, diz PFDC sobre documento do Governo sobre direitos humanos*

O relatório que o Estado brasileiro irá apresentar às Nações Unidas para descrever a situação dos direitos humanos no País foi tema de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, no dia 07/12.

O documento integra o processo da Revisão Periódica Universal (RPU) – mecanismo adotado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU que determina aos 193 Estados-membros das Nações Unidas, incluindo o Brasil, uma revisão periódica acerca de sua situação na área de direitos humanos. A avaliação do relatório brasileiro será em maio de 2017.

Na oportunidade a Deputada Érika Kokay sugeriu que a CDHM apresentasse um relatório sobre retrocessos institucionais com impactos nos direitos humanos, proposta que foi bem recebida por representantes da sociedade civil presentes no evento.

Durante a audiência, representantes do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria Especial de Direitos Humanos apresentaram os pontos centrais do documento, que busca avaliar o cumprimento das recomendações do Conselho da ONU ao Brasil, no âmbito do II Ciclo do Mecanismo de Revisão Periódica Universal, realizado em junho de 2012. O texto lista as ações e políticas públicas implantadas pelo País para

a promoção e proteção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e do direito ao desenvolvimento.

O panorama apresentado pelo Governo Federal foi alvo de críticas: “De início, é importante destacar que a grande maioria das recomendações feitas pela ONU ao Brasil no último ciclo da RPU deixou de ser cumprida. Além disso, todos os avanços identificados pelo relatório ocorreram até 2014. Quase nada avançou após esse período”, chamou atenção a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat.

A representante do MPF ressaltou a contradição no destaque dado pelo relatório no que se refere ao combate à pobreza e à promoção da igualdade. Segundo Deborah Duprat, é curioso falar dessas garantias no momento em que o governo apresenta a Proposta de Emenda à Constituição Nº 55, que afeta a espinha dorsal da Constituição Cidadã de 88, cujo projeto é a erradicação da miséria e das desigualdades sociais. “Com o fim do financiamento dessas políticas haverá um impacto muito grande não apenas em direitos como saúde e educação, mas também em áreas como reforma agrária, demarcação de terras indígenas e todo o manancial de direitos humanos garantidos por nossa Constituição”, criticou.

A PFDC também destacou graves problemas na área de direitos humanos, como a violência no campo, a prevenção à tortura, a segurança pública e os direitos de crianças e adolescentes: “No que se refere aos conflitos no campo, 2016 já é apontado como o ano de maior violência, com 54 assassinatos de trabalhadores rurais. Em relação ao trabalho escravo, pela primeira vez o Governo Federal se recusa a publicar em seu site a lista de empregadores flagrados utilizando mão de obra escrava. É preciso dizer, também, que o orçamento destinado à Funai é o menor dos últimos dez anos e que o Comitê Nacional para Prevenção à Tortura está com suas atividades paralisadas desde julho deste ano”.

Deborah Duprat lembrou ainda de propostas legislativas que impõem retrocessos à agenda de direitos humanos – como o Estatuto da Família, o Estatuto do Nascituro e o Escola sem Partido: “são projetos que põem por terra todas as conquistas havidas no plano dos direitos sexuais e da igualdade de gênero”, pontuou.

No relatório, destacou Duprat, foram esquecidas a violência policial durante as manifestações públicas – “atuação que só se viu tão dura durante o período da ditadura militar” – e o fracasso da política nacional de combate às drogas, que faz o País ter a 4ª

maior população carcerária do mundo: “Enfim, ao lermos o relatório apresentado pelo Governo Federal para descrever a situação de direitos humanos que se vive no País, há a clara impressão de que o documento fala da Suécia, e não do Brasil”, concluiu a PFDC.

A audiência pública foi proposta pelo Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (CBDHPE). O Comitê foi criado em 2006 com o objetivo de fortalecer a participação cidadã e o controle democrático da política externa brasileira com impactos na proteção e promoção dos direitos em âmbito nacional e internacional. A coalização congrega entidades da sociedade civil e órgãos do Estado – incluindo a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

**Texto da assessoria da PFDC.*

CDHM apresenta contribuições ao mecanismo de avaliação dos direitos humanos da ONU

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados apresentaram no dia 25 de janeiro de 2017 à Secretaria Especial de Direitos Humanos um relatório com contribuições ao Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Essa contribuição da CDHM foi sugerido pela deputada Érika Kokay (PT-DF) na audiência pública que debateu o relatório do Estado brasileiro ao mecanismo da RPU da ONU.

O documento relaciona 40 proposições de leis que, na avaliação de membros da Comissão e da Frente, com base em tratados internacionais, ameaçam direitos humanos no Brasil. Os projetos encontram-se em tramitação no Congresso Nacional, e inclui direitos da área do trabalho, meio ambiente, acesso à terra e à alimentação adequada, dos direitos das mulheres e das pessoas LGBT, do direito à laicidade do estado, à educação, dos direitos das crianças e dos adolescentes, do direito à vida, dos direitos sociais e bem-estar, do direito à comunicação, do devido processo legal e do direito ao voto.

O relatório aborda também, com base em levantamentos da sociedade civil, retrocessos ocorridos durante 2016 no campo da democracia, da igualdade de gênero, saúde, habitação, assistência social, cultura e das privatizações.

Os deputados agregaram informações sobre as principais denúncias recebidas pela CDHM no último período, no que se refere à violência no campo, aos direitos dos povos indígenas, ao estado de exceção, à repressão aos movimentos sociais, ao sistema prisional, ao genocídio de jovens negros, à violência contra ocupações urbanas, ao tráfico de pessoas, ao trabalho escravo, à violência contra pessoas LGBT, às violações dos direitos das mulheres e aos direitos dos catadores de material reciclável. O documento aborda restrições do acesso à água no semiárido brasileiro e as denúncias relativas à tragédia de Mariana e do Vale do Rio Doce.

Presidente da CDHM recebe embaixador do Marrocos



O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), deputado Padre João (PT-MG), recebeu no dia 11/07 a visita do Embaixador do Marrocos no Brasil, Larbi Moukhariq, e o Ministro Conselheiro da embaixada, Sidi Sidi Abbah.

Durante o encontro, realizado a pedido da Embaixada do Marrocos, houve um intercâmbio de informações sobre questões de direitos humanos nos dois países, além de um histórico das diversas parcerias entre Brasil e Marrocos.

O deputado Padre João sinalizou a intenção de retribuir a visita em uma oportunidade futura, apresentando pontos da agenda de direitos humanos que podem ser aprofundados.

Presidente da CDHM recebe comitiva da República do Irã

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, deputado Padre João (PT-MG), recebeu visita oficial do presidente do Alto Conselho de

Direitos Humanos da República Islâmica do Irã, o Sr. Mohammad Javad Larijani. A audiência, solicitada pelo representante iraniano, foi realizada no dia 04/10 e teve o objetivo de intensificar as relações e a cooperação entre as duas instituições em áreas de interesse comum, sobretudo a temática de Direitos Humanos.

O encontro propiciou uma oportunidade de traçar um panorama da questão dos Direitos Humanos nos dois países. O presidente da CDHM ressaltou desafios preocupantes para os Direitos Humanos no Brasil, como por exemplo, a perda de status de ministério da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal, que dificulta o fortalecimento de políticas públicas na área, as violações contra populações pobres no país, em especial jovens negros nas periferias, e recrudescimento da violência contra a população do campo. “Observamos atualmente um estado de preocupação dos movimentos sociais brasileiros em função da crise política e democrática do país, com desrespeito sistemático de direitos de determinados grupos”, relatou Padre João

Do lado iraniano, o presidente do Alto Conselho dos Direitos Humanos manifestou as principais preocupações do país do Oriente Médio no momento. “O Irã hoje está muito atento ao jovem que pratica delinquência, como dar atenção a ele e dar condições que ele volte à sociedade recuperado. Outro ponto que nos deixa em alerta é a condição da mulher, que precisamos avançar”. Larijani ressaltou também alguns direitos que estão se consolidando no Irã, como o acesso à educação, à alimentação e à moradia, este último com alguns pontos a serem melhorados.

A questão Baha’i

A audiência tratou também as denúncias de violações de Direitos Humanos contra a comunidade baha’i residente no Irã. Por meio do deputado Luiz Couto (PT-PB), a CDHM apresentou um histórico de solicitações de auxílio por parte da comunidade baha’i residente no Brasil acerca da condição de vida no país.

Os relatos apontam que os baha’i sofrem perseguição política, religiosa e econômica, não sendo permitido a eles professarem sua fé tampouco se expressarem politicamente, além de sofrerem expurgos de cargos públicos, proibição de ingresso nas universidades e dificuldade de obtenção de licenças de trabalho e de constituição de empresas. A partir destas manifestações, os deputados Padre João e Luiz Couto perguntaram à delegação como o governo iraniano está tratando o assunto.

Segundo Mohammad Larijani, os baha’i conseguem ter liberdade e paz, desde que sigam a Constituição iraniana, que veta a expressão religiosa que não seja de uma das fés permitidas - lista que não inclui o código religioso dos Baha’i. “A aproximação da

comunidade Baha'i com Israel, considerado uma ameaça à segurança nacional do Irã, acaba ampliando as tensões entre os baha'i e as forças de segurança de nosso Estado, mas reitero que estamos monitorando o tema e somos abertos às lideranças para dialogar e tentar encontrar uma solução”, disse.

A comitiva iraniana contou, além do Sr. Mohammad Javad Larijani, com Zabihollah Khodaeiyan, vice-presidente do Poder Judiciário da República Islâmica do Irã; Gharib Abadi, assessor de Assuntos Internacionais do Poder Judiciário, e Mohammad Ali Ghanezadeh Ezabadi, embaixador do Irã no Brasil.

Presidente da CDHM e outros 20 parlamentares se solidarizam com os professores do México

Em nota, 21 deputados e senadores se manifestaram em nota pública perante professores, autoridades, mídia, organismos internacionais e aos povos contra a imposição de reforma educativa que o governo do México está impondo, com grandes sacrifícios para professores e a população.

A reforma favorece a educação como negócio possui caráter excludente, diz a nota, que afirmando que ela foi transformada em uma luta contra “o inimigo interno, violando até a Convenção de Genebra”, que regula as guerras.

O documento condena os assassinatos perpetrados por agentes do Estado e exige sua investigação cabal. Por fim, pede a instalação de uma mesa nacional de negociação para deter a guerra contra as comunidades, em nome dos direitos humanos.

Apelo às autoridades da Turquia pela paz e respeito aos direitos humanos do povo curdo

Depois de receber uma representação do Movimento Internacional de Mulheres Curdas, chefiada pela Sra. Melike Yasar, no dia 13 de dezembro de 2016, o Presidente da CDHM divulgou nota sobre a situação humanitária do povo curdo e a República da Turquia, à qual fez um apelo. É o seguinte o teor da nota:

“Preocupados com as massivas violações de direitos humanos ao povo Curdo na Turquia, vimos expressar, como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil, nosso apelo às autoridades da Turquia no sentido de parar essas violações e realizar genuínos esforços para a paz na região do Curdistão

Segundo informações recebidas por esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a tentativa de golpe de Estado na Turquia em julho deste ano, está sendo utilizado como pretexto para a repressão contra o povo curdo. O governo do presidente Recep Tayyip Erdogan enviou forças militares para o sudeste da Turquia, região curda do país. Houve assassinatos de civis, ao mesmo tempo que foram mantidos ataques contínuos contra o Partido Democrático dos Povos (HDP), terceira maior força política do país.

O governo turco já demitiu grande número de trabalhadoras e trabalhadores, muitos dos quais atuavam no sistema educativo do país; foram ordenados ataques contra as cidades de Şırnak, Cizre, Nusaybin e o distrito ao sul de Diyarbakir, destruindo infraestrutura das regiões e assassinando dezenas de civis; prendeu mais de cem jornalistas e fechou pelo menos 170 meios de comunicação; tornou ilegal 19 sindicatos e 370 associações, entre elas entidades de defesa dos direitos da criança; ordenou a prisão de mais de dois mil integrantes do HDP e de 11 deputados eleitos por esse partido, entre eles seus co-presidentes.

O mais preocupante é que, ainda que diversos setores da sociedade clamem pela retomada dos diálogos de paz com a guerrilha do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) – suspensas pelo Executivo em 2013 –, o governo de Ankara nega as iniciativas de pacificar a nação e construir uma sociedade que respeite o direito internacional e os direitos humanos universais.

Pelos fatos expostos, considerando a universalidade dos direitos humanos e a amizade que une a Turquia e o Brasil, nos posicionamos em apoio às liberdades democráticas na Turquia e em condenação à escalada repressiva contra as entidades da sociedade civil e, particularmente, ao movimento curdo e o HDP, reiterando nosso apelo humanitário ao governo da Turquia pela paz e pelo respeito efetivo aos direitos humanos do povo curdo”.